

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**Mulheres Camponesas do Oeste Catarinense:  
Organização, Trabalho e Cuidado**

**Yamira Rodrigues de Souza Barbosa**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**MULHERES CAMPONESAS DO OESTE CATARINENSE: ORGANIZAÇÃO,  
TRABALHO E CUIDADO**

**YAMIRA RODRIGUES DE SOUZA BARBOSA**

Sob a Orientação da Professora  
**Débora Franco Lerrer**

Dissertação submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no  
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ  
Junho de 2016

305.4098164 B239m T	Barbosa, Yamira Rodrigues de Souza. Mulheres camponesas do Oeste Catarinense: organização, trabalho e cuidado / Yamira Rodrigues de Souza Barbosa, 2016. 122 f.  Orientadora: Débora Franco Lerrer. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Bibliografia: f. 118-122.  1. - Movimentos de mulheres – Teses. 2. Agroecologia – Teses. 3. Feminismo camponês – Teses. I. Lerrer, Débora Franco. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.
---------------------------	---

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**YAMIRA RODRIGUES DE SOUZA BARBOSA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 16/03/2016.

---

Débora Franco Lerrer, Dra. CPDA/ UFRRJ  
(Orientadora)

---

Claudia Job Schmitt, Dra. CPDA/ UFRRJ

---

John Cunha Comerford, Dr. PPGAS/MN/UFRRJ

Dedico à minha mãe e a todas as mulheres do campo e da cidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha amada mãe, Marlene Rodrigues de Souza, meu exemplo de vida, mulher que me criou e educou para a vida, quem me acompanha, apóia e me ensina a lutar e viver a cada dia.

A minha irmã e cunhado, pelo apoio. Ao meu pai e minha avó (in memoriam).

Às mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, em especial às da Regional de Chapecó e às que me acolheram durante a realização da pesquisa e compartilharam comigo suas vidas, histórias e ensinamentos, além dos saborosos alimentos. Levo comigo esse momento como uma rica experiência de cuidado, amizade e aprendizado.

Às queridas Andréia Tecchio e Mariateresa Muraca pelo apoio e pelas conversas e reflexões sobre o MMC/SC.

À amiga Liza Uema, maishlanmmmm, por me apresentar o CPDA há anos atrás e me instigar a realizar o mestrado nesta instituição que é “a minha cara”.

À Alan e Lila, primeiros amigos cariocas, pela força e apoio quando cheguei ao Rio de Janeiro no começo de 2014.

À Ligia e Leandro, pela tranqüila convivência na moradia.

Ao pessoal da turma de mestrado e de doutorado de 2014, pelos agradáveis e fundamentais momentos de convivência, apoio e união. Agradecimento especial à Maria, Juanita, Nadja, Eric, Tiago e Rafa pela amizade.

Aos que colaboraram em alguma parte da pesquisa na elaboração das idéias e textos que se transformaram em dissertação, em especial Malu, Ossi e Demetrius nas fases iniciais da pesquisa e também Valdênio, que trouxe muitas contribuições para o primeiro capítulo da dissertação. Agradecimento especial também à Maria pelos comentários sobre a dissertação e à Juanita, Nadja, Rodrigo e Juan por participarem da “banquinha” e trazerem novos subsídios para o enriquecimento da pesquisa.

Às amigas de Brasília, Sinnara, Blenda e Dayane pelo apoio e momentos de alegria nestes anos e pela amizade que segue mesmo à distância. Um agradecimento especial à Dayane que leu desde o projeto de seleção até os dois primeiros capítulos da dissertação.

À orientadora Débora Franco Lerrer pela interação ao longo do mestrado e pela confiança e liberdade na elaboração da pesquisa.

Às professoras Claudia Job Schmitt e Maria José Teixeira Carneiro pelas contribuições durante a qualificação, o que ajudou a configurar os contornos finais da apresentação da pesquisa. Grande agradecimento à querida professora Claudia Job Schmitt, mais uma vez, e ao professor John Cunha Comerford pelas contribuições na banca de defesa.

A todas/os as/os professoras/es e funcionárias/os do CPDA por contribuírem para que este seja um local especial de convivência e interação.

À galera do “Samba de Benfica” e do nosso novo bloco carnavalesco “Quem é de bem, fica!” que tornou as manhãs de domingo dos últimos seis meses de pesquisa em importantes momentos de empolgação e aprendizado sobre a riqueza da música e da cultura popular brasileira!

Não poderia deixar de mencionar a discografia da Rita Lee que foi fundamental para manter a “animação” da rotina diária e solitária de escrita.

Ao “inverno” de janeiro de 2016 que propiciou ao verão carioca dias agradáveis que foram fundamentais para finalizar a dissertação e apreciar a beleza da chuva nesta reta final.

Por fim, a todas/os brasileiras/os, que por meio do pagamento de impostos possibilitaram que a CAPES pudesse me conceder uma bolsa de estudos para me dedicar exclusivamente a esta pesquisa no decorrer dos dois anos de mestrado.

“Um homem morava numa cidade grande e trabalhava numa fábrica. Todos os dias ele pegava o ônibus das 6:15h e viajava cinquenta minutos até o trabalho. À tardinha fazia a mesma coisa voltando para a casa. No ponto seguinte ao que o homem subia, entrava uma velhinha, que procurava sempre sentar na janela. Abria a bolsa tirava um pacotinho e passava a viagem toda jogando alguma coisa para fora do ônibus. Um dia, o homem reparou na cena. Ficou curioso. No dia seguinte, a mesma coisa. Certa vez o homem sentou-se ao lado da velhinha e não resistiu: ‘Bom dia, desculpe a curiosidade, mas o que a senhora está jogando pela janela?’ Bom dia, respondeu a velhinha. Jogo sementes. ‘Sementes? Sementes de quê?’ De flor. É que eu viajo neste ônibus todos os dias. Olho para fora e a estrada é tão vazia. E gostaria de poder viajar vendo flores coloridas por todo o caminho. Imagine como seria bom. ‘Mas a senhora não vê que as sementes caem no asfalto, são esmagadas pelos pneus dos carros, devoradas pelos passarinhos. A senhora acha que essas flores vão nascer aí, na beira da estrada?’ Acho, meu filho. Mesmo que muitas sejam perdidas, algumas certamente acabam caindo na terra e com o tempo vão brotar. ‘Mesmo assim, demoram para crescer, precisam de água’. Ah, eu faço minha parte. Sempre há dias de chuva. Além disso, apesar da demora, se eu não jogar as sementes, as flores nunca vão nascer. Dizendo isso, a velhinha virou-se para a janela aberta e recomeçou seu trabalho. O homem desceu logo adiante, achando que a velhinha já estava meio “caduca”. O tempo passou... Um dia, no mesmo ônibus, sentado à janela, o homem levou um susto, olhou para fora e viu margaridas na beira da estrada, hortênsias azuis, rosas, cravos, dalias. A paisagem estava colorida, perfumada e linda. O homem lembrou-se da velhinha, procurou-a no ônibus e acabou perguntando para o cobrador, que conhecia todo mundo. A velhinha das sementes? Pois é, morreu de pneumonia no mês passado. O homem voltou para o seu lugar e continuou olhando a paisagem florida pela janela. ‘Quem diria, as flores brotaram mesmo’, pensou. ‘Mas de que adiantou o trabalho da velhinha? A coitada morreu e não pode ver esta beleza toda’. Nesse instante, o homem escutou uma risada de criança. No banco da frente, um garotinho apontava pela janela entusiasmado: Olha mãe, que lindo, quanta flor pela estrada. Como se chamam aquelas azuis? Então, o homem entendeu o que a velhinha tinha feito. Mesmo não estando ali para contemplar as flores que tinha plantado, a velhinha devia estar feliz. Afinal, ela tinha dado um presente maravilhoso para as pessoas. No dia seguinte, o homem entrou no ônibus, sentou-se numa janela e tirou um pacotinho de sementes do bolso”.

Autor/a desconhecido/a.

## RESUMO

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Mulheres camponesas do Oeste Catarinense: Organização, trabalho e cuidado**. 2016. 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Oeste de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada com base no cruzamento de fontes orais e escritas além da observação participante que foi sistematizada no diário de campo. O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) surgiu nos anos 1980 na busca pela garantia de direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade às agricultoras, o que exigiu o reconhecimento profissional das mulheres agricultoras, sendo esta uma das primeiras bandeiras de luta do movimento. Em sua trajetória, o MMA passou a integrar a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) em meados dos anos 1990, cujo surgimento foi um embrião para a consolidação do MMC, que foi criado em 2004. Com o MMC, que reúne diversas organizações de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, dentre elas o MMA, emerge a identidade política camponesa e a defesa de um projeto de agricultura camponesa ecológica e feminista. Percebe-se que as discussões sobre feminismo ganharam destaque, sobretudo, a partir do diálogo com a Agroecologia e vêm se consolidando também com a emergência de uma nova categoria política no MMC/SC, a de jovens camponesas. Por fim, percebe-se que a construção de um feminismo camponês pelo MMC/SC é central para orientar a criação de relações mais igualitárias entre homens e mulheres, constituindo-se como elemento de uma nova ruralidade.

**Palavras-chave:** plantas medicinais, sementes crioulas, feminismo camponês.

## ABSTRACT

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Peasant women of west of Santa Catarina: Organization, work and care.** 2016. 122 p. Dissertation (Masters in Social Science in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Post Graduation Program in Social Science in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This following work aimed to study the trajectory of the Peasant Women's Movement (MMC) in the west of Santa Catarina. The study was conducted based on the intersection of oral and written sources, as well as the participant observation, which was systematized in the field journal. The Movement of Agricultural Women (MMA) emerged in the eighties due to the need for guaranteeing social rights such as retirement and paid maternity leave for women farmers, this being one of the first fights of the movement. In its trajectory, the MMA joined the National Articulation of Rural Women Workers (ANMTR) in the mid-nineties, whose emergence was an embryo for the consolidation of the MMC, created in 2004. With the MMC, which brings together different organizations of rural women workers in Brazil, among them the MMA, emerged a peasant political identity and a defense of an ecological and feminist peasant agricultural project. It is perceived that the discussions regarding feminism gained prominence, especially through the dialogue with Agroecology, and have also been consolidated with the emergence of a new political category within the MMC / SC, the young peasants. Finally, it is considered that the construction of peasant feminism by the MMC / SC is the core element to guide the creation of more egalitarian relationships between men and women, constituting as part of a new rurality.

**Key-words:** medicinal plants, native seeds, peasant feminism.

## RESUMEN

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Mujeres campesinas del Oeste Catarinense: Organización, trabajo y cuidado.** 2016. 122 p. Disertación (Master en Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales, Programa de Posgrado de Ciencias Sociales en Desarrollo, Agricultura y Sociedad, Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

El presente trabajo tuvo como objetivo general analizar la trayectoria del Movimiento de las Mujeres Campesinas (MMC) en el Oeste de Santa Catarina. La investigación fue realizada con base en el cruce de fuentes orales y escritas, además de la observación participante que fue sistematizada en el diario de campo. El Movimiento de las Mujeres Agricultoras (MMA) surgió en los años 1980 en la búsqueda de garantizar derechos sociales como jubilación y sueldo a las madres, lo que exigió el reconocimiento profesional de las mujeres agricultoras que fue una de las primeras banderas de lucha del movimiento. En su trayectoria, el MMA pasó a integrar a la Articulación Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales (ANMTR) a mediados de los años 1990, cuyo surgimiento fue un embrión para la consolidación del MMC que fue creado en 2004. Con el MMC, que reúne diversas organizaciones de mujeres trabajadoras rurales de Brasil, entre ellas el MMA, emerge la identidad política campesina y la defensa de un proyecto de agricultura campesina ecológica y feminista. Se percibe que las discusiones en torno al feminismo lograron destacar, sobretodo, a partir del dialogo con la Agroecología y viene consolidándose también con la emergencia de una nueva categoría política en el MMC/SC, la de las jóvenes campesinas. Finalmente, la construcción de un feminismo campesino por parte de MMC/SC es fundamental para orientar la creación de relaciones más igualitarias entre hombres y mujeres, y se constituye como elemento de una nueva ruralidad.

**Palabras clave:** Plantas medicinales, semillas criollas, feminismo campesino.

## LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação  
ACARESC - Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado de SC  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia  
CEB - Comunidades Eclesiais de Base  
CELAM - Conselho Episcopal da América Latina  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT– Comissão Pastoral da Terra  
CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens  
CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia  
EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
EUA – Estados Unidos da América  
FAPTR - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural  
FETRAF- SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MASA - Movimento Aprendiz da Sabedoria  
MCP - Movimento Camponês Popular  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras  
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONG - Organizações não governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PJR - Pastoral da Juventude Rural  
PL – Projeto de Lei  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PPL - Pastoral Popular Luterana  
PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar  
PRONARA - Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos  
PRORURAL - Programa de Assistência Rural  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RS – Rio Grande do Sul  
SAIC - Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó  
SC – Santa Catarina  
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUS - Sistema Único da Saúde  
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UNOCHAPECÓ- Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de São João Batista.....	33
Figura 2: Primeira reunião do MMA/SC. Fonte: Paim & Gaspareto (2007).....	45
Figura 3: Uma das primeiras reuniões do MMA/SC. Fonte: Paim & Gaspareto (2007).....	45
Figura 4: Projeto de Agricultura Camponesa do MMC. Ilustração de Daniel Salvador. Retirada da cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”.....	68
Figura 5: Linha do tempo do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas. ....	83
Figura 6: Analogia mulher e mãe Terra. Ilustração de Daniel Salvador. Retirada da cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”.....	87
Figura 7: Dos feminismos aos ecofeminismos. Elaborado pela autora com base em Siliprandi (2009). ....	90

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Oeste Catarinense. Fonte: Wikipedia.....	16
Mapa 2: Rotas dos tropeiros. ....	24

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre a população dos municípios da pesquisa.....	17
---	----

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b><u>CAPÍTULO I - DA COLONIZAÇÃO À MODERNIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DE UMA REGIÃO.....</u></b>	<b><u>23</u></b>
1.1. “OCUPAÇÃO” DO OESTE DE SANTA CATARINA: DE CABOCLOS A COLONOS.....	23
1.2. CAMPESINATO E CAMPESINIDADE .....	26
1.3. A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E OS SEUS IMPACTOS NA REGIÃO .....	34
<b><u>CAPÍTULO II - DE DOMÉSTICAS A TRABALHADORAS RURAIS: A EMERGÊNCIA DAS MULHERES AGRICULTORAS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO .....</u></b>	<b><u>41</u></b>
2.1. ANTECEDENTES.....	41
2.2. POR QUE UM MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS?.....	45
2.3. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS: LUTAS E CONQUISTAS. ....	50
2.4. A LUTA NÃO PODE PARAR: ESTRATÉGIAS E NOVA IDENTIDADE POLÍTICA .....	55
<b><u>CAPÍTULO III – MULHERES CAMPONESAS: CONSTRUINDO IDENTIDADE POLÍTICA E UM PROJETO DE AGRICULTURA .....</u></b>	<b><u>61</u></b>
3.1. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DA MULHER CAMPONESA .....	61
3.1.1. FORMAÇÃO, MÍSTICA E MEMÓRIA .....	62
3.2. PROJETO DE AGRICULTURA CAMPONESA: USO DE PLANTAS MEDICINAIS E RESGATE DE SEMENTES CRIOULAS.....	68
3.2.1. SAÚDE: CONHECIMENTO E TRADIÇÃO .....	68
3.2.2 RESGATANDO SEMENTES, SONHOS, VIDA .....	75
<b><u>CAPÍTULO IV – FEMINISMO CAMPONÊS: BUSCA POR UMA NOVA RURALIDADE.....</u></b>	<b><u>85</u></b>
4.1. SIMBOLOGIA DAS SEMENTES: RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO .....	85
4.1.1. - O “PODER” DO CUIDADO: O CUIDADO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE.....	92
4.2. DINÂMICAS E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO: ENVELHECIMENTO E MIGRAÇÃO.....	97
4.2.1. JUVENTUDE CAMPONESA: UMA NOVA CATEGORIA POLÍTICA .....	100
4.3. PERCEPÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE O FEMINISMO CAMPONÊS .....	106
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</u></b>	<b><u>113</u></b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</u></b>	<b><u>118</u></b>

## INTRODUÇÃO

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) foi criado no início dos anos 1980 no Oeste de Santa Catarina (SC), a partir da atuação de pastorais sociais da região vinculadas à Teologia da Libertação, sendo o seu surgimento ligado à busca pela garantia de direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade às mulheres agricultoras. Antes disso, porém, as mulheres agricultoras precisaram obter o seu reconhecimento profissional, já que apesar de trabalharem na roça e serem também as responsáveis quase que exclusivamente pelo trabalho doméstico, as mulheres não eram reconhecidas socialmente enquanto trabalhadoras.

A partir de 2004 o MMA passou a compor o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entidade de caráter nacional que reúne mulheres de diversas organizações na defesa de um projeto de agricultura camponesa ecológica e feminista.

Neste sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a trajetória do MMC na região Oeste Catarinense. Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- Apreender aspectos relacionados ao histórico da região e compreender como ocorreu o processo de organização do MMA nos anos 1980;
- Analisar alguns elementos relativos à construção da identidade política camponesa do MMC;
- Investigar as ações envolvidas no projeto de agricultura camponesa, em especial o uso de plantas medicinais e resgate de sementes crioulas;
- Analisar os significados e percepções do feminismo que vem sendo construído pelo MMC/SC como parte do projeto de agricultura camponesa e feminista.

O interesse que motivou a pesquisa surgiu no período em que trabalhei junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Centro-Sul do Paraná, no apoio aos projetos de fortalecimento dos processos de transição agroecológica em curso naquele território. Em virtude disso, tive a oportunidade de tomar conhecimento sobre o trabalho de resgate de sementes crioulas de hortaliças que vinha sendo realizado pelas mulheres do MMC/SC. Além disso, participei do I Encontro Nacional do MMC em fevereiro de 2013, que ocorreu em Brasília, e da comemoração dos 30 anos do MMC em SC, neste mesmo ano. Sem dúvida, essa aproximação, iniciada devido ao meu vínculo com o MST, contribuiu para facilitar o meu acesso ao MMC/SC como pesquisadora.

A realização da pesquisa de mestrado com foco no MMC/SC buscava contemplar minhas duas principais motivações à época: a produção de sementes crioulas e as discussões sobre gênero e feminismo no âmbito dos movimentos sociais rurais. A sensibilização pelas questões de gênero foi se ampliando a partir da observação das dificuldades vivenciadas por algumas mulheres do MST no que se refere a “sair de casa” e participar de atividades coletivas. Tais empecilhos poderiam ser devido à responsabilidade com as tarefas da ordenha das vacas, atividades da horta, trato de pequenos animais, cuidados com as crianças e a casa, ou até mesmo, pela desaprovação do marido.

Desta maneira, o estudo sobre o MMC/SC possibilitaria tanto buscar compreender as experiências com as sementes crioulas como a percepção sobre as relações de gênero que são construídas em um movimento autônomo de mulheres. Enfrentariam as mulheres do MMC/SC dificuldades em participar do movimento e de outras atividades “fora de casa” devido à responsabilidade com tarefas domésticas? Como as questões sobre gênero e feminismo são abordadas no MMC/SC? Existem diferenças significativas entre os

movimentos autônomos de mulheres e os movimentos mistos no que se refere à construção de projetos alternativos de agricultura com base nos princípios da agroecologia?

Neste sentido, como proposta inicial o estudo tinha como objetivo investigar a trajetória do programa de resgate de sementes crioulas do MMC/SC, identificação de variedades de sementes resgatadas, vantagens e desvantagens relacionadas ao uso, além de recuperação de hábitos alimentares, memórias, sabores e saberes tradicionais envolvidos no seu uso. No entanto, ao longo do mestrado os objetivos foram se reestruturando, num processo contínuo de (re) criação à medida que se aprofundava nas questões de interesse.

Sendo assim, a pesquisa se construiu com base no cruzamento de fontes orais e escritas, inicialmente com a revisão bibliográfica sobre os temas e consulta aos materiais produzidos pelo MMC, como cartilhas, folhetos e informativos. Na pesquisa de campo, empregou-se o método de observação participante que foi sistematizada no diário de campo, além da realização de onze entrevistas semi-estruturadas.

### **Esclarecimentos sobre a pesquisa e referencial teórico**

A pesquisa foi realizada com mulheres lideranças<sup>1</sup> do MMC/SC residentes nos municípios de Chapecó, Marema e Palmitos, no Oeste de SC. O mapa abaixo mostra a região em estudo.

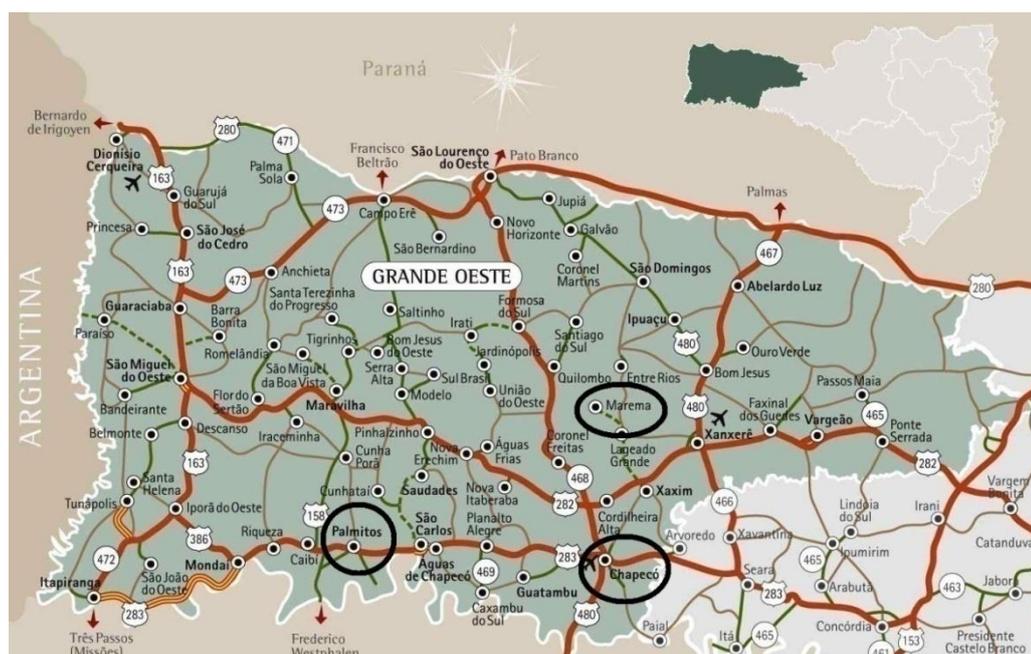


**Mapa 1: Região Oeste Catarinense. Fonte: Wikipedia<sup>2</sup>.**

A região delimitada acima corresponde à mesorregião Oeste Catarinense, uma das seis mesorregiões do estado, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O processo social é um dos fatores determinantes para a divisão regional do Brasil em mesorregiões, além do quadro natural, elemento condicionante para os processos sociais, e também a rede de comunicação e de lugares que atuam na articulação espacial. A mesorregião Oeste Catarinense é formada por cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê. A pesquisa foi realizada nos municípios de Chapecó, Palmitos e Marema, os dois primeiros pertencentes à microrregião de Chapecó e o último referente à microrregião de Xanxerê. O mapa abaixo destaca os municípios da pesquisa.

<sup>1</sup> Apenas uma das dez mulheres que participaram da pesquisa não é liderança.

<sup>2</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o\\_do\\_Oeste\\_Catarinense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Oeste_Catarinense). Acesso em: 14/04/2016.



**Mapa 2: Municípios onde a pesquisa foi realizada<sup>3</sup>.**

Distante 555 km da capital do estado, Florianópolis, Chapecó é um município de médio porte, sendo a maior parte de sua população, mais de 90%, residente na cidade. Já Marema, que dista aproximadamente 50 km de Chapecó, é um pequeno município onde 65% de sua população residem no campo. Por fim, o município de Palmitos, que está localizado a cerca de 60 km de Chapecó, possui expressiva população urbana, porém, aproximadamente 40% da população total moram no campo. A tabela abaixo apresenta os dados da população dos três municípios, com base nas estimativas do IBGE.

Município	População total em 2010	Homens	Rural	Homens área rural	População estimada em 2015
		Mulheres	Urbana	Mulheres área rural	
<b>Chapecó</b>	183.530	90.626	15.417	8.447	205.795
		92.904	168.113	6.970	
<b>Marema</b>	2.203	1.135	1.443	753	1.999
		1.068	760	690	
<b>Palmitos</b>	16.020	8.018	6.149	3.220	16.262
		8.002	9.871	2.929	

**Tabela 1: Dados sobre a população dos municípios da pesquisa.**

A pesquisa se iniciou com a primeira ida a campo, de caráter exploratório, durante a realização da XII Assembleia do MMC em SC, realizada em Dionísio Cerqueira em 30 e 31 de julho de 2014. No ano seguinte, após a escolha da regional de Chapecó como foco do estudo, entrei em contato com a secretaria do movimento que me disponibilizou os contatos das lideranças desta regional. Após algumas ligações, combinei que gostaria de poder passar o

<sup>3</sup> Disponível em: <http://goo.gl/ilrIjR>. Acesso em: 14/04/2016. Vale destacar que a classificação Grande Oeste, delimitada no mapa, desconsidera a microrregião de Concórdia e Joaçaba, que integram a mesorregião Oeste Catarinense. A denominação Grande Oeste é utilizada pela secretaria de turismo do governo de Santa Catarina, a qual distingue ainda a região do Vale do Contestado, que seria correspondente ao Meio Oeste.

mês de julho daquele ano na região. Sendo assim, estive entre os dias 27 de junho a 29 de julho de 2015 no trabalho de campo, permanecendo a maior parte do tempo no município de Chapecó.

Como dito anteriormente, na pesquisa de campo utilizou-se o método de observação participante. Neste sentido, o meu cotidiano se resumia a acompanhar as mulheres em sua rotina nas tarefas domésticas, de militância no MMC/SC e outras atividades de caráter coletivo, como visitas, reuniões e festas locais. Em algum momento do campo cheguei a me questionar sobre o conceito de “observação participante”, já que por vezes me sentia mais realizando algo como “participação observadora”. Embora a observação fosse o objetivo maior, ela estaria em primeiro plano, constituindo a minha participação no ambiente num elemento secundário, ou ao contrário, a minha presença ali seria o fato principal sendo a observação, inclusive, determinada pela minha inserção e participação naquele ambiente?

Com relação às entrevistas que foram concedidas pelas mulheres, de forma geral estas foram gravadas em suas respectivas casas<sup>4</sup> e após algum período de convivência, variável. Neste sentido, Rita<sup>5</sup> pode ser considerada a minha principal informante, já que passei aproximadamente vinte dias em sua casa, localizada na Linha<sup>6</sup> Faxinal dos Rosas, em Chapecó. A partir dela recebi algumas indicações das demais lideranças da regional que eu poderia conhecer/visitar; além disso, decidi incluir algumas lideranças mais jovens no grupo pesquisado, sendo duas delas, das três que são consideradas aqui como da nova geração do movimento, filhas de duas lideranças atuantes desde o início do movimento.

Assim, na Linha Faxinal dos Rosas estive na casa de Clara, prima de Rita, e nas proximidades do Faxinal dos Rosas estive na Linha Simonetto na casa de Esther e na Linha Boa Vista na casa de Elaine. Saindo do município de Chapecó, estive com Lorena, no município de Marema, e Eduarda em Palmitos. A vivência no campo envolveu além das conversas e momentos com as mulheres e suas famílias, o acompanhamento de atividades coletivas, como os encontros com as mulheres na casa de Rita para fazer os remédios; o encontro de retomada do programa de resgate e melhoramento de sementes crioulas e duas oficinas com grupos de mulheres, uma ministrada por Eduarda em Palmitos e outra por Lorena em Xaxim.

Embora tenha sido de difícil escolha, optou-se em usar nomes fictícios para se referir às mulheres participantes da pesquisa, no entanto, as denominações das localidades foram mantidas. Ocultar a identidade dos depoentes da pesquisa é um dos aspectos que distingue a antropologia da história oral, segundo Weber (1996). A história oral é uma metodologia de pesquisa que surgiu em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita, e cuja consolidação está relacionada ao processo de valorização da subjetividade e da experiência individual como elementos importantes para se compreender o passado (Alberti, 2000).

Neste sentido, no limiar entre a história oral e a antropologia, a pesquisa buscou trazer algumas histórias de vida de mulheres lideranças, com destaque para algumas que estão a mais tempo no MMC/SC. Embora não possamos atribuir a esta pesquisa um caráter plenamente antropológico, buscou-se exercitar o exercício etnográfico, buscando assim

---

<sup>4</sup>Entrevistei apenas um homem, pastor da Igreja Luterana, entrevista que ocorreu durante a realização do XII Encontro Camponês, no dia 26 de julho, em Palmitos. Apenas uma das entrevistas com as mulheres não ocorreu na sua casa, a que foi realizada com Taís, após uma atividade no Centro de Formação Maria Rosa. Vale destacar que Taís é residente no município de Mafra/SC, ou seja, não faz parte da Regional de Chapecó, onde a pesquisa se focou.

<sup>5</sup> Os nomes que aparecem aqui são fictícios, enquanto os nomes das localidades foram mantidos.

<sup>6</sup>Vale destacar que linha é o termo nativo utilizado pelos moradores da região para se referir à localidade onde vivem. Em alguns momentos podemos empregar o termo comunidade para nos referirmos às localidades ou linhas onde as mulheres residem, porém, não ignoramos os aspectos críticos relacionados ao termo que pressupõem um ideal, ou seja, uma instituição social harmônica com uma unidade.

descrever as condições em que os depoimentos foram colhidos, tal como sugerido por Weber (1996). Estar entre as mulheres, e suas famílias, possibilitou adentrar no universo de suas histórias e experiências de vida. Essa relação, longe de ser neutra e objetiva tal como pressupõe a ciência positivista, foi uma ligação que envolveu a criação de laços de confiança.

De acordo com Silva et. al.(2007), as biografias são empregadas na metodologia de pesquisa qualitativa, a partir da interlocução entre pesquisador e sujeito, sendo o vínculo, a confiança e a construção do sentido elementos fundamentais e diferenciais do método. Mas o uso de histórias de vida nas ciências sociais é criticado por autores como Bourdieu (2006), devido à “produção de si” onde o sujeito busca dar sentido à vida que se constrói como história.

No entanto, para Queiroz (1983) o emprego de histórias de vida possibilita conhecer um grupo a partir de seu interior evitando a atribuição de esquemas, categorias e teorias previamente, possibilitando informações mais próximas do real; apesar disso, a autora alerta que é importante que o seu uso ocorra em associação com outras formas de dados. Além disso, Pollak (1989) destaca que embora a lembrança guarde silêncios e “não ditos”, e ocorra “uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”, o emprego da história oral possibilita vir à tona "memórias subterrâneas" que não raro se opõem às memórias oficiais, embora a memória individual também guarde um “sem números de contradições e tensões”.

Não descartando as contradições e os “não ditos” que possam estar presentes no discurso das mulheres camponesas ao relatar suas histórias de vida, pretendemos evidenciar a existência de suas memórias como parte de um processo crítico com relação à construção da própria História que privilegia certas narrativas em detrimento de outras. São as memórias subterrâneas a que Pollak (1989) se refere que queremos trazer à luz e embora alguns eventos sejam de caráter individual, não estão desconectadas de uma memória coletiva da região em estudo.

Esse processo em que se busca dar ênfase à cultura dos grupos pesquisados implica em “escutar a explicação do outro sobre o mundo social do qual faz parte [...] pressupõe o reconhecimento de seu discurso como um saber, o que põe em questão nossas formas de pensar, relativizando-as” (SARTI, 2004, p.47). Certamente conseguir descrever e compreender em detalhes a rica vivência que o trabalho de campo propiciou não é tarefa das mais fáceis, porém, o esforço realizado aqui foi de tentar se aproximar ao máximo da realidade tal como me foi possível captá-la.

Desta maneira, vale destacar algumas questões referentes à relação pesquisadora/pesquisadas. Uma primeira questão se refere à forma como fui recebida no campo. Embora existam diferenças culturais que influenciam esta relação, considero que a minha experiência anterior com o MST no Paraná tenha contribuído para amenizar o choque cultural que muitas vezes pode ocorrer entre pesquisador/a e campo. Além disso, por parte das mulheres o choque cultural é também amenizado já que muitas delas costumam receber visitas de fora, já que o MMC/SC possui uma trajetória de receber “estudantes” que pesquisam o movimento.

Neste sentido, me parece interessante destacar que a minha chegada ao campo, na Linha Faxinal dos Rosas, coincidiu com a data da realização de uma “promoção”<sup>7</sup>, neste caso a festa junina da comunidade. Como já havia sido informada da festividade anteriormente, inclusive não queria deixar de perder a festa, ao chegar a Chapecó me dirigi diretamente para o pavilhão onde ocorreria o evento, embora soubesse que Dona Rita, que iria me receber, estivesse ausente no horário da minha chegada; desta maneira, fui recebida no pavilhão pelas

---

<sup>7</sup> Categoria nativa usada pelos moradores da região para referir-se a festas e comemorações que permitam obter a arrecadação de recursos para a comunidade com a comercialização de comidas, bebidas, dentre outros.

pessoas que ali estavam trabalhando nos preparativos da festa. Para minha surpresa, eu era chamada de “estagiária” da Dona Rita. Ser vista como “estagiária” trouxe aspectos positivos, já que isso de certa maneira simbolizava uma situação de estar ali na condição de aprendiz, de quem deseja conhecer e compreender sobre as plantas medicinais, que é um dos principais trabalhos de Rita.

Vale lembrar que inicialmente minha preocupação centrava-se em conhecer as práticas de uso de plantas medicinais e resgate de sementes crioulas, no entanto, a própria convivência e confiança estabelecidas no campo propiciaram ampliar os objetivos da pesquisa buscando assim uma compreensão mais profunda da atuação das mulheres e dos significados que isso tem, ou melhor, dos significados que eu pude atribuir à atuação delas. Além disso, como passei mais tempo no Faxinal dos Rosas e participei de algumas atividades comunitárias, como as do grupo de idosos, pude perceber que havia certo interesse que eu fizesse “estágio” em outras propriedades, o que demonstra a abertura e interesse das pessoas do local com a minha presença. Porém, em virtude do tempo<sup>8</sup> e do foco nas mulheres do MMC que, diga-se de passagem, estão em minoria na comunidade do Faxinal dos Rosas, fiz apenas algumas visitas no local e não pude conhecer outras propriedades.

Porém, se minha “condição” abriu portas, por um lado, é possível que também outras tenham se fechado, afinal a relação que foi estabelecida em função desta condição - “estagiária” - além de carregar responsabilidades e expectativas, pode também ter determinado o que poderia ou não ser dito/feito, assim como ocorre em qualquer relação. Assim, um elemento que pode ter minimizado a compreensão sobre as relações de gênero na localidade se deve ao próprio fato de ser mulher, o que para a realidade local, fortemente marcada pela divisão sexual, pressupõe a existência de limites e certo distanciamento com relação ao universo “masculino”.

Por fim, ainda no que se refere à minha presença no campo, fator determinante para a forma de coleta de dados, como resultado da conexão estabelecida entre eu e as mulheres foram criados laços afetivos e mesmo de amizade. O período relativamente longo na casa de Rita, cerca de 20 dias, me levou a me “sentir em casa” e também a ser chamada por alguns membros da família de “tata”, cujo significado está relacionado a alguém que é amiga, companheira, quem cuida, cuida das crianças. Essa questão coloca a pesquisa como um elemento de ligação entre nós - pesquisadora/pesquisadas - mas que não se restringe a ela, embora determine diretamente a forma de conduzi - lá, o que equivale a dizer que existe um compromisso ético para com as mulheres e histórias que aqui aparecem.

Neste sentido, de forma a se somar ao crescente número de pesquisas sobre gênero e campesinato<sup>9</sup>, pretendemos seguir os conselhos de Woortmann (2009), para quem: “O esforço para entender o mundo camponês deve ser no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos [...] Para entender o camponês é preciso olhar o mundo através dos ‘óculos’ pelos quais ele o lê” (WOORTMANN, 2009, p. 128).

No referencial teórico empregou-se a noção de campesinato de Wanderley (2003), em especial a abordagem de caráter político ideológico que se opõe ao modelo dominante de agricultura moderna. Empregou-se também a visão de Klaas Woortmann (1990) de campesinato como ordem moral, ética, que se distingue da ordem pregada pela modernidade, sendo possível falar de uma qualidade definida como campesinidade.

---

<sup>8</sup> Tempo pode aqui ser entendido tanto no que se refere à contagem dos dias, quanto ao “tempo” em seu sentido climático, já que foi um mês bastante chuvoso na região, o que sem dúvidas limita a circulação das pessoas, embora muitas ou a maioria possua carro.

<sup>9</sup> Sobre o assunto ver: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

Para tratar da identidade política camponesa, partiu-se da concepção de Prado (2002) sobre as identidades políticas, onde os sujeitos envolvidos nos processos de mobilização social passam a reconhecer as relações de opressão, constituindo uma identidade coletiva e demarcando assim antagonismos e fronteiras políticas.

No tema sobre gênero e feminismo, empregaram-se as noções de trabalho leve e trabalho pesado de Paulilo (1987) assim como de trabalho familiar de Paulilo (2004). Recorremos ainda à abordagem de gênero como categoria de análise de Joan Scott (1989) e ao conceito de empoderamento utilizado por Iorio (2002). A tese de Siliprandi (2009) sobre mulheres e agroecologia também foi utilizada como referência para abordar aspectos relacionados aos ecofeminismos.

Por fim, o conceito “cuidado” de Boff (2005), como modo-de-ser inerente aos seres humanos foi empregado para propor este termo como categoria de análise para compreender a busca por construir novas relações entre homens e mulheres e destes com a natureza. As discussões em torno do conceito de ruralidade se apoiaram nas perspectivas trazidas por Schneider (2009) e Carneiro (1998).

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo teve como objetivo se aproximar da região em estudo, buscando compreender alguns aspectos relacionados ao seu processo de ocupação, pois embora fosse originalmente habitado por indígenas, em meados do século XIX o Oeste Catarinense passou a ser povoado por população de origem cabocla, período que se seguiu com a colonização por descendentes de imigrantes europeus. Estes dois grupos étnicos, caboclos e colonos, constituem o campesinato que se formou na região. Nas narrativas das mulheres camponesas do Oeste de SC aparecem elementos de uma campesinidade, simbolizada pelas relações entre terra, trabalho, família, natureza, e outras categorias culturais. Por fim, foram analisados alguns elementos relativos à modernização do campo na região, que ocorreu a partir dos anos 1970, fator que contribuiu para a emergência de processos de organização de movimentos sociais na década seguinte, dentre eles o MMA.

No segundo capítulo o propósito foi entender o processo de organização e mobilização das trabalhadoras rurais do MMA no Oeste Catarinense. Assim como outros movimentos sociais que surgiram na região, o seu surgimento está relacionado com a atuação das pastorais sociais ligadas à corrente da Teologia da Libertação. O MMA surgiu num período em que se ampliava a luta pelos direitos das mulheres no Brasil, com o objetivo de garantir o reconhecimento profissional das trabalhadoras rurais, assim como direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade. Pretendeu-se ainda analisar alguns aspectos relacionados ao contexto da década de 1990, marcado pelo neoliberalismo e disputa por um novo modelo de desenvolvimento rural; neste período surgiu a ANMTR, da qual o MMA fazia parte, culminando com a criação do MMC em 2004, o que fez emergir uma nova identidade política, a de mulheres camponesas.

O próximo capítulo buscou analisar a construção da identidade política camponesa e do projeto de agricultura camponesa, expresso principalmente pelo trabalho com plantas medicinais e resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas. A construção da identidade camponesa é um processo realizado através da formação política, com destaque para o papel da mística e da constituição e resgate da memória de mulheres lutadoras. Com relação ao projeto de agricultura camponesa do MMC/SC há uma valorização de práticas tradicionais como o uso de plantas medicinais, e percebe-se que há uma ligação entre conhecimentos populares e científicos, sendo as oficinas os principais espaços de troca de conhecimentos e experiências. As ações de resgate de sementes crioulas, para além de seu aspecto simbólico de recuperação de histórias, memórias e saberes relacionados às sementes crioulas, visam à produção de alimentos saudáveis para consumo da família e geração de renda para as mulheres.

Por fim, o objetivo do quarto capítulo foi buscar compreender algumas transformações no campo, os desafios relacionados ao projeto de agricultura camponesa e como a abordagem de gênero e feminismo pode contribuir para a consolidação de novas relações entre homens e mulheres. Procurou-se analisar como as ações ligadas ao projeto de agricultura camponesa podem atuar para o empoderamento das mulheres, e também o “poder” do cuidado, como elemento chave para a criação de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Buscou-se também investigar algumas dinâmicas que vêm ocorrendo no campo, como o envelhecimento da população e a migração das/os jovens para as cidades, este um fenômeno que não pode ser bem compreendido sem recorrer a uma abordagem de gênero. Por fim, foram abordadas as percepções e definições das mulheres camponesas sobre o feminismo que vem sendo construído pelo MMC/SC, tema que passou a se consolidar a partir de 2004 com as discussões sobre agroecologia.

## **CAPÍTULO I - DA COLONIZAÇÃO À MODERNIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DE UMA REGIÃO.**

O primeiro capítulo tem como objetivo analisar algumas características da região em estudo, desde o processo de ocupação e colonização até a transformação socioeconômica que ocorreu com a modernização do campo. A primeira seção aborda elementos relacionados à ocupação da região, em especial à fase habitada por população de origem cabocla, à qual seguiu a colonização por colonos descendentes de imigrantes europeus, sobretudo de origem italiana. Na seção seguinte aparecem aspectos referentes ao campesinato brasileiro e elementos de uma campesinidade, simbolizada pela relação das/os agricultoras/es com terra, trabalho, família, natureza e outras categorias culturais. Por fim, buscou-se analisar, brevemente, alguns elementos relacionados à modernização do campo na região ocorrida a partir dos anos 1970, fator que contribuiu para a emergência de processos de mobilização e organização de movimentos sociais nos anos 1980, dentre eles o MMA.

### **1.1. “Ocupação” do Oeste de Santa Catarina: de caboclos a colonos**

Território ocupado inicialmente por indígenas da etnia Kaingang, o primeiro encontro entre estes e os colonizadores europeus ocorreu a partir de 1641 com a passagem do primeiro grupo de bandeirantes paulistas a caminho do Rio Grande do Sul (RS). Em 1720, o bandeirante Zacarias Dias Cortes chegou ao Rio Inhanguera, atual Rio Chapecó e em 1736 a região teria sido percorrida pelo major José de Andrade Pereira. A região foi alvo de disputas entre Portugal e Espanha, no âmbito do Tratado de Madrid, posteriormente por Brasil e Argentina e por fim entre Paraná e Santa Catarina (Rossetto, 1989).

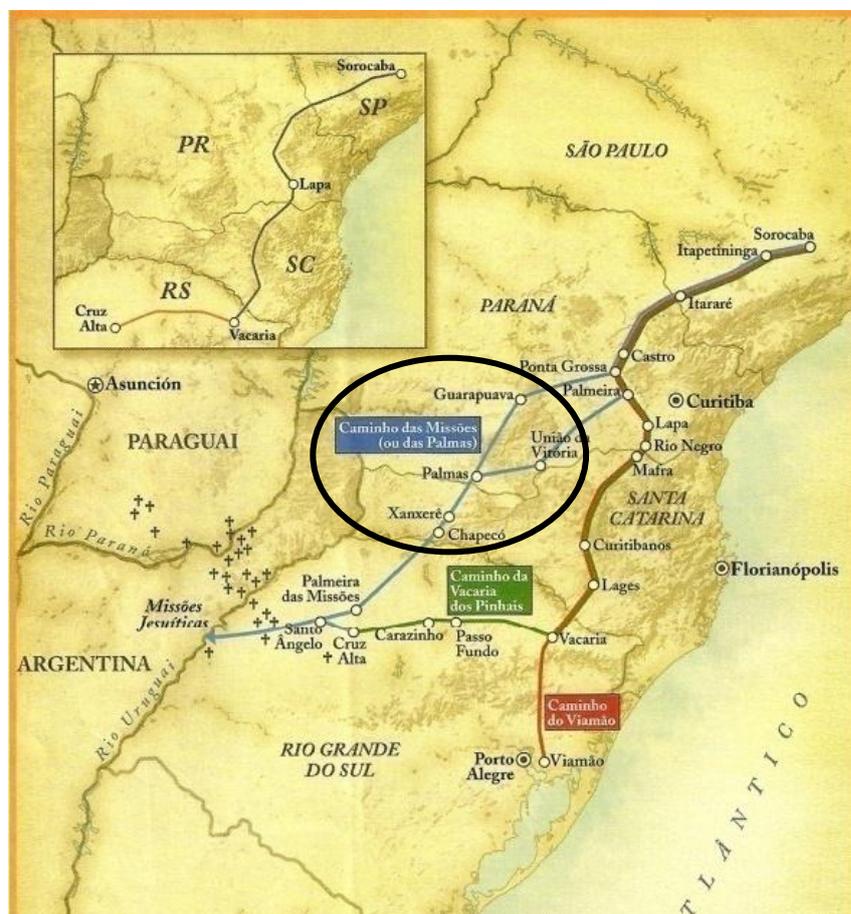
À ocupação indígena seguiu-se uma fase de povoamento por caboclos, ou luso-brasileiros, indivíduos que tinham na agricultura de subsistência, no corte da erva mate e no tropeirismo suas principais atividades econômicas. Embora estes sejam originários do cruzamento racial de indivíduos já miscigenados, a definição de “caboclo” está mais ligada a aspectos sociais e econômicos que raciais (Poli, 2006). Dentre as atividades econômicas realizadas pelos caboclos destaca-se o tropeirismo. Segundo Thomé (2012), esta atividade, que existiu<sup>10</sup> por cerca de 200 anos, está ligada aos ciclos econômicos do sudeste e sul do país; os tropeiros eram homens que conduziam as tropas de muares e gado bovino dos pampas gaúchos e da região do Prata, de onde eram capturados, para serem vendidos em São Paulo e foram os responsáveis pela abertura de “picadas”, criando pousos que se tornariam vilas e povoados.

Preocupado apenas em assegurar a posse do território, o governo brasileiro abriu uma estrada que ligava Palmas, no Paraná, à região das Missões, no RS, para o trânsito das tropas até São Paulo. A estrada representava uma forma de ocupar o território diante da presença de argentinos que negociavam a erva mate na área e ainda se aproximar de Corrientes, na Argentina, que produzia muares, animais utilizados nos cafezais com funções de transporte. Para os tropeiros, a construção da estrada permitiu diminuir a distância percorrida pelas tropas, que antes passavam pelo litoral, além da fuga de impostos

---

<sup>10</sup> De acordo com Herrlein Jr (2004), o cercamento das terras e o surgimento do transporte ferroviário impactaram as atividades que se desenvolveram em torno da criação e movimentação dos rebanhos, reduzindo a quantidade de peões e tropeiros.

intermediários, que eram pagos em Lages (Poli, 2006). O mapa abaixo mostra as rotas dos tropeiros, com destaque para o Caminho das Missões ou das Palmas.



Mapa 2: Rotas dos tropeiros<sup>11</sup>.

Os pousos formados ao longo da estrada que passava pela região Oeste Catarinense deram origem a pequenas vilas e povoados, marcando a fase de ocupação cabocla na região. Em 1882 foi criada a Colônia Militar de Chapecó, localizada próxima ao caminho das tropas, que concedeu terras a colonos caboclos para exploração da erva mate (Poli, 2006). A estratégia de promover a “ocupação” do território devido à disputa pela posse da região com a Argentina favoreceu a instalação de caboclos, no entanto, uma série de fatores dificultou posteriormente a manutenção destes na área. Assim, segundo Poli (2006), com a queda da exportação da erva mate e a situação de miséria criada com o declínio desta atividade, somada às dificuldades em obter o título de propriedade da terra, muitos destes habitantes tiveram que vender suas terras a preços baixos.

A questão da posse da terra pelos caboclos em Santa Catarina resultou na eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916), tendo a construção da ferrovia que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo o fator que deflagrou o conflito armado na região, o qual devido ao foco deste estudo e considerando a vasta bibliografia sobre o tema, não será analisado aqui. No entanto, vale destacar que, segundo Gallo (2001), tratava-se de uma guerra santa para os caboclos. Além disso, como Rossetto (1989) afirma, embora o oeste e extremo

<sup>11</sup> Em vermelho o primeiro caminho de tropa, ou caminho de Viamão de 1728; em verde o caminho da Vacaria dos Pinhais, rota clássica do tropeirismo; por fim, em azul, o caminho de Palmas, ou das Missões, aberto no século XIX. Fonte: Revista Globo Rural, edição especial, fascículo 1:1. Disponível em: <http://goo.gl/mogcOI>. Acesso em: 05/10/2015.

oeste de Santa Catarina não seja parte da área geográfica do conflito, a colonização desta região pelos gaúchos só foi possível depois que a área foi “limpa” dos caboclos.

Após a Guerra do Contestado chegaram ao Oeste Catarinense os gaúchos descendentes de imigrantes europeus. Segundo Petrone (1982), a criação em 1824 da colônia de imigrantes alemães em São Leopoldo/RS é considerada o marco inicial da história da imigração no Sul do Brasil. A colonização por imigração estava ligada a razões estratégicas como assegurar a posse da província pelo Estado brasileiro diante das ameaças de controle espanhol sobre a região (Petrone, 1982; Herrlein Jr, 2004).

Havia ainda outros aspectos políticos e econômicos envolvidos na colonização por imigrantes: valorização de terras; mão de obra para as fazendas de café; “branqueamento” e “aprimoramento” da raça<sup>12</sup>. Os imigrantes eram atraídos pela propaganda - “no Brasil não há patrões, em sua de casa comanda o colono” - que frisava a existência de terras em abundância e de fácil acesso, o que, no entanto, nem sempre aconteceu (Petrone, 1982). Segundo Vicenzi (2006), a imigração italiana se intensificou a partir de 1875 em virtude da penetração do capitalismo no campo, sobretudo no norte da península.

De acordo com Seyferth (2013), colono é a categoria oficial que passa a ser usada pelo senso comum para qualificar, etnicamente, os “pioneiros” e seus descendentes, cujos relatos destacam a vida difícil do “desbravamento” da floresta e da ausência do Estado. Neste sentido, ao analisar as representações sobre o trabalho e a condição feminina nas áreas coloniais no Vale do Itajaí/SC, a autora destaca que as dificuldades vivenciadas pelas famílias imigrantes nas linhas coloniais eram especialmente danosas para mulheres e crianças; o parto aparece como uma das causas da mortalidade de crianças e mulheres, além de doenças, situação que se relaciona à falta de assistência médica nas áreas coloniais.

No entanto, salve as dificuldades que os/as colonos/as vivenciaram, de acordo com Herrlein Jr. (2004), foi em virtude do dinamismo socioeconômico gerado pelas primeiras colônias de imigrantes europeus que se configurou na sociedade gaúcha uma transição capitalista com padrão de acumulação fragmentado e desconcentrado. A produção colonial levou ao desenvolvimento mercantil, e houve no final do século XIX um deslocamento da economia do sul da província - baseada na pecuária extensiva, em declínio devido ao fim do escravismo e crise econômica no setor de produção de charque e couros - para o norte, onde se concentrava a agropecuária colonial. Assim, ocorreu o avanço da fronteira agrícola regional com o estabelecimento dos descendentes das primeiras colônias (Herrlein Jr, 2004).

Com a expansão agrícola do noroeste do RS, os camponeses gaúchos descendentes de imigrantes europeus eram atraídos pela propaganda de prosperidade que a região Oeste Catarinense propiciava. Assim, a partir de 1918 a empresa Bertaso S/A atuou colonizando as fazendas Campina do Gregório, Chapecó, Rodeio Bonito, Campina do Butiá e Saudades (Rossetto, 1989; Vicenzi, 2006).

Vale frisar que a colonização apenas se iniciou após a resolução da disputa entre Paraná e Santa Catarina pela posse da região do “Contestado”, que incluía o Oeste. Assim, de acordo com Rossetto (1989), a disputa foi resolvida com a intervenção do então presidente da República, Venceslau Braz, através da Lei nº 1.147 de 25 de agosto de 1917, que desmembrou a região do município de Palmas/PR e criou os municípios de Joaçaba, Porto União, Mafra e Chapecó em SC.

A sede do município de Chapecó foi estabelecida apenas em 1931, numa localidade que antes era conhecida como Passo dos Índios, que estava situada entre Passo Bormann e Xanxerê, locais que disputavam a sede municipal. Vale destacar que o antigo Chapecó tinha 14.071 km<sup>2</sup> de área quando foi fundado e deu origem à maior parte dos municípios do Oeste Catarinense (Rossetto, 1989). Devido às emancipações ocorridas, atualmente o município de

---

<sup>12</sup>Sobre este tema ver a obra de SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Chapecó possui uma área de apenas 624,3 km<sup>2</sup>, no entanto, mantém sua importância como cidade pólo da região e capital da agroindústria.

Com a colonização inicia-se o processo de exploração dos recursos florestais e do solo através da instalação de diversas indústrias (Rossetto, 1989). Desta maneira, segundo Nodari (2010), houve um processo de mudança na paisagem, em que a densa floresta<sup>13</sup> até então existente se transformou em pequenos fragmentos, já que a atividade madeireira foi uma importante fonte de renda para as empresas colonizadoras que exportavam madeira para a Argentina.

Embora tenha sido decretada uma lei para defesa do patrimônio florestal em 1938, pelo interventor federal no estado Nereu Ramos, esta não surtiu efeito prático. Foram criadas entidades ligadas à classe madeireira como o Instituto Nacional do Pinho e a Sociedade Madeireira Xapecoense Limitada, ambas criadas em 1941, além da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda, em 1944. Com o declínio das florestas na região e também em virtude do código florestal de 1965, as empresas madeireiras passaram a investir em projetos de reflorestamento com espécies exóticas (Nodari, 2010).

A formação do Oeste Catarinense privilegiou o acesso à terra aos colonos gaúchos descendentes de imigrantes europeus, em detrimento de indígenas, habitantes originários, e de caboclos. No entanto, apesar disso, podemos perceber brechas que rompem com a linearidade e homogeneidade própria às construções históricas oficiais, como veremos a seguir. De toda maneira, a questão da falta de acesso à terra pelas populações caboclas e posteriormente também pelos colonos euro brasileiros, será um elemento central para a organização de movimentos de luta pela terra na região. Estes dois grupos, que aqui designamos por caboclos e colonos, constituem a classe camponesa que se formou na região. A seguir buscaremos trazer alguns elementos que nos ajudam a compreender este campesinato formado no Oeste Catarinense.

## 1.2. Campesinato e campesinidade

A História do Brasil, desde os tempos de Colônia até os dias atuais, é marcada pela existência de uma economia baseada na produção de mercadorias agrícolas para exportação, o que contribuiu para ofuscar e até negar a existência de um setor camponês atuante no abastecimento de alimentos para o mercado interno. Para Wanderley (2003), a natureza estrutural do capitalismo agrário brasileiro foi “responsável, em grande parte, por determinar o ‘lugar’ social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se primeiramente de um lugar negado, não reconhecido” (WANDERLEY, 2003, p. 56).

Uma das primeiras autoras brasileiras a destacar a existência e importância deste setor para a sociedade brasileira foi a socióloga paulista Maria Isaura Pereira de Queiroz. Desta maneira, Queiroz (1973), que classifica os sítios tradicionais brasileiros como camponeses, buscou contestar a difundida tese (à época) do isolamento destas populações ao afirmar que havia constante circulação entre estas devido a atividades econômicas e/ou religiosas. Segundo a autora: “Ninguém procurou definir o que significa ‘distância’ ou ‘isolamento’ em termos de vida cabocla real ou da maneira de pensar dos indivíduos que a essa vida estão ligados” (QUEIROZ, 1973, p. 9).

Também Forman (1979), ao analisar o dilema do papel dos camponeses no desenvolvimento da nação brasileira, afirma que apesar da ausência de dados primários, desenvolveu-se no Brasil um setor camponês que fornecia alimentos e força de trabalho para

---

<sup>13</sup>“A região Oeste de Santa Catarina até o final do século XIX e início do século XX era coberta por duas formações florestais: a floresta estacional decidual e a floresta ombrófila mista ou floresta da araucária” (NODARI, 2010, p. 138).

o sistema *plantation*. Segundo o autor, as informações sobre a população camponesa livre podem ser encontradas nas “entrelinhas” das páginas da História do Brasil.

O campesinato pode ser entendido de duas maneiras distintas e complementares: enquanto economia, onde a unidade de produção da agricultura camponesa é de gestão familiar, e enquanto sociedade ou cultura (Woortmann, 1990; Wanderley, 2003). Aproximando-se da segunda vertente, Woortmann (1990) defende uma visão de campesinato como ordem moral, ética, que se distingue da ordem pregada pela modernidade.

Segundo Kumar (1997), modernidade engloba todas as mudanças intelectuais, sociais e políticas que levaram à constituição do mundo moderno, sendo modernização definida como os processos sociais e econômicos da modernidade, que se iniciou com a Revolução Francesa, em 1789, e se materializou com a Revolução Industrial. Ainda segundo o autor, a ideia de moderno é uma invenção da Idade Média cristã, mas foi somente no final do século XVIII que moderno passou a adquirir o sentido a que nos referimos hoje em dia, já que antes havia uma concepção depreciativa com relação ao tempo terreno, afinal tudo o que era novo era visto como superficial em comparação ao tempo sagrado, de caráter eterno.

Voltando à abordagem de Woortmann (1990) do campesinato enquanto ordem moral, para o autor esta perspectiva não está ligada a um grupo social específico que se queira definir enquanto camponês; trata-se de uma qualidade que pode ser definida como campesinidade e está presente em diferentes lugares e tempos, de sítios do nordeste, posseiros do centro oeste e norte, a colonos do sul. Categorias como terra, trabalho e família são interconectadas entre si - e por sua vez se articulam com conceitos teóricos como honra, reciprocidade e hierarquia - e remetem a um ordenamento moral desta campesinidade. Neste momento<sup>14</sup>, vamos considerar o campesinato enquanto sociedade e utilizar a noção de campesinidade de Woortmann (1990) para narrar memórias de trajetórias de vida de mulheres camponesas que fizeram parte da pesquisa, e em cujas narrativas percebe-se a ligação entre terra, trabalho, família e outras categorias culturais.

Nascidas e residentes na Linha Faxinal dos Rosas, em Chapecó, Rita, 63 anos, e Clara, 56 anos, são primas (suas mães eram irmãs). O avô materno delas era um tropeiro gaúcho e de origem cabocla. Segundo Rita, o avô, de sobrenome Rosa, comprou das colonizadoras<sup>15</sup> da época uma área na região do Passo dos Índios, atual município de Chapecó, instalando-se inicialmente onde hoje é a Linha Sarapião, área de “roció” que era usada para plantação e criação. A área escolhida para a moradia e internada era “mais limpa”, com pouco mato, ou seja, “de fachada” e assim, ficou estabelecido o nome do local como “Faxinal dos Rosas”. Segundo Campigoto & Bona (2009), o termo faxinal é utilizado para se referir a um sistema onde existe a utilização comum das terras para a criação de animais, podendo ser classificado como manifestação cultural de povos tradicionais, os faxinalenses.

O avô de Rita e Clara se instalou na Linha Faxinal dos Rosas com sua esposa e os sete filhos, sendo seis mulheres e apenas um homem. A mãe de Rita tinha por volta seis anos quando chegou ao Faxinal e teve sete filhos, sendo quatro mulheres e três homens (além de um filho adotivo que era seu afilhado). Já a mãe de Clara, teve nove filhos. Clara e Rita são as filhas mais novas de suas respectivas famílias. A história desta família cabocla que formou a

---

<sup>14</sup> No segundo capítulo irá aparecer uma terceira visão sobre campesinato, apontada por Wanderley (2003) e que se refere a uma abordagem de caráter político ideológico que se opõe ao modelo dominante de agricultura moderna.

<sup>15</sup> A chegada da família se deu por volta de 1917, ano em que a posse da região passaria a ser de domínio do estado de Santa Catarina. A principal colonizadora da época, Bertaso, segundo os dados consultados, passaria a atuar na venda de lotes a partir de 1918. Fica a questão, o avô pode ter sido um dos primeiros a adquirir as terras pela colonizadora; ter adquirido de colonos caboclos que venderam a terra após a queda dos preços de erva mate ou pode ter tomado posse da área sem haver comprado as glebas, já que “na maioria das áreas do povoamento no Oeste Catarinense no início do século, e mesmo em ocupações anteriores, a melhor forma encontrada para conseguir acesso a terra era o intrusamento ou posse” (POLI, 2006, p. 164).

Linha Faxinal dos Rosas, numa região colonizada por colonos euro brasileiros nos mostra como a realidade não se apresenta de maneira completamente linear e homogênea, como a História oficial muitas vezes nos leva a crer.

Lorena, 69 anos, residente em Marema, nasceu no Rio Grande do Sul, sendo filha de mãe de origem cabocla e pai de descendência alemã. A mãe, que era agricultora e parteira, teve nove filhos e como ficou viúva foi responsável pela criação dos filhos. Lorena tinha menos de dois anos de idade quando saiu do Rio Grande para viver em Santa Catarina; a princípio se mudaram para o município de Seara e depois para Quilombo. Já Eduarda, 65 anos, nasceu na Linha Pavão e atualmente reside na Linha Santa Terezinha, ambas as localidades em Palmitos. O pai e a mãe de Eduarda, gaúchos de descendência alemã, se conheceram em Palmitos, casaram e tiveram quatro filhos. Eduarda é a mais velha das três filhas mulheres, uma delas já falecida. Eduarda é também a única que ainda reside na área rural em Palmitos, já que o irmão e a irmã vivem a alguns anos na cidade de Chapecó.

Rita, Clara, Lorena e Eduarda compartilham um passado em comum expresso pela origem gaúcha de suas famílias camponesas - pai/mãe, avôs/avós, ou a própria origem - que migraram do RS em direção ao Oeste de SC. Outro elemento em comum entre as trajetórias é o casamento e a formação de uma família, embora cada caso guarde suas especificidades. Com base no relato de uma delas, nesta época a autoridade dos pais era muito rigorosa, especialmente com as mulheres, e o casamento era muitas vezes uma forma das jovens adquirirem “liberdade”. No entanto, após o casamento a tal “liberdade” encontrava dificuldades para se efetivar plenamente, afinal, o casamento impunha obrigações como esposa, mãe e “dona de casa”. Além disso, as mulheres continuavam sob a “tutela” de um homem, agora não mais o pai, mas o marido.

Lorena se casou quando tinha por volta dos 16 anos. Ela vive com seu marido, com quem está casada há 52 anos e teve cinco filhos, há aproximadamente 32 anos no pequeno município de Marema. Dos cinco filhos, sendo duas mulheres, quase todos foram estudar e viver em outras cidades; atualmente apenas um deles, o mais novo, retornou ao município em função de saúde do pai. O marido de Lorena, também nascido no RS, foi criado em Quilombo, local onde conheceu a esposa. Ele, que gosta de música e aprendeu a tocar violão há alguns anos, se emociona ao tocar modas de viola que relembram a história de sua família, de origem ítalo-brasileira. A família migrou do RS, onde plantava trigo, em direção à Quilombo, em busca de melhores condições de vida; aí conseguiram comprar um pedaço de terra, no entanto, já que a terra era pouca o marido de Lorena, o mais velho dos dez filhos, tinha que trabalhar como safrista<sup>16</sup>.

Eduarda é viúva há 16 anos. Seu marido, também de descendência teuto-brasileira e de confissão protestante, morava perto da cidade de Palmitos; após seus pais comprarem terras na Linha Santa Terezinha foi ali que ele e Eduarda foram morar após o casamento. O casal teve apenas uma filha, Denise, de 42 anos. Eduarda e Denise residem na Linha Santa Terezinha em Palmitos, na propriedade de aproximadamente 25 há, juntamente com os quatro cachorros que possuem.

Rita, por ser a filha mais nova, sempre morou com os pais. Como era ela a responsável pelo cuidado destes, que já eram de idade, para se casar havia a exigência de que o marido fosse morar junto com Rita na casa dos pais. E assim em 1971, Rita se casou. Seu marido, filho de pai caboclo e mãe gaúcha, ítalo-brasileira, nasceu nas proximidades do Faxinal dos Rosas, no Sarapião, antiga Linha Cascavel, que naquela época englobava também a Linha Boa Vista. O casal teve três filhos, sendo uma mulher. Todos os filhos residem no Faxinal dos

---

<sup>16</sup> Safrista era o nome que denominava quem trabalhava no sistema de criação de porcos soltos, onde após a derrubada e queima do mato se plantava milho e abóbora para alimentação dos animais que eram então soltos na área. A partir desta definição, consideramos que o safrista era o sujeito que abria novas áreas para cultivo.

Rosas, sendo que uma filha e um dos filhos vivem na propriedade dos pais, cada qual possui sua casa onde vive com sua família.

Quando frisamos as descendências étnicas destas famílias queremos destacar que houve um processo de miscigenação entre as etnias, porém, vale destacar que o casamento entre caboclos e “gringos” – termo usado para se referir aos descendentes de imigrantes de origem italiana – a princípio não era aceito na Linha Faxinal dos Rosas, e possivelmente também em outros locais. Segundo Clara, na sua família havia resistência com relação ao casamento com os “gringos” que passaram a se instalar nas proximidades da comunidade. De maneira geral, talvez essa resistência inicial esteja relacionada com a demarcação de uma identidade que se considerava superior à dos caboclos, conforme Vicenzi (2006) aponta:

Os sujeitos autodenominam-se de “italianos”, ainda que sejam brasileiros filhos, netos e bisnetos de imigrantes itálicos. Em determinados momentos, essa identificação serviu e foi utilizada como forma de subestimar outras etnias. Ou seja, de construir uma identidade que assegurasse superioridade em relação ao outro. Nesse processo, para justificar a identidade e pretendida superioridade, criou-se um conjunto de representações que refletiam um modo de ver e de pensar o mundo. Exaltava-se e valorizava-se a língua, as canções, a alimentação, a vocação ao trabalho, a acumulação econômica, a fé católica apostólica romana e a nacionalidade dos antepassados (VICENZI, 2006, p. 311).

Os imigrantes eram chamados pejorativamente de “gringos” pelos brasileiros, termo que se tornou sinônimo de descendente de italianos/as, embora a palavra não pejorativa usada para se referir a eles é “de origem”. A diferença cultural pode ser considerada a maior diferença existente entre os/as caboclos/as e os/as “de origem”, por isso as uniões matrimoniais entre estes grupos foram ocorrendo de maneira vagarosa ao vencer aos poucos os preconceitos existentes entre eles/as. (Poli, 2006).

É o que ocorreu na família de Clara, onde a resistência à mistura entre as etnias foi rompida quando o pai autorizou que a filha mais velha se casasse com um “gringo”, e com isso, permitiu que Clara, a filha mais nova, também o fizesse posteriormente. Desta maneira, ela se casou com um “gringo” com quem teve cinco filhos, sendo três mulheres. O casal reside no Faxinal dos Rosas numa propriedade de aproximadamente 25 há. Dos filhos, apenas um deles não mora no Faxinal; uma das filhas vive na casa com os pais, uma das filhas e um filho, ambos casados, moram na propriedade com suas famílias (o filho é responsável pela produção de leite na propriedade). A família de Clara se destaca pelo seu perfil de militância, já que boa parte dos membros está envolvida com movimentos sociais. Clara e seu marido sempre estiveram vinculados à atuação sindical, Clara e a filha Ângela são militantes do MMC; uma das filhas trabalha no MST e um filho trabalha no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em São Miguel do Oeste, onde reside a alguns anos<sup>17</sup>.

Os laços entre as famílias de Rita e Clara, que são primas, se fortaleceram ainda mais, já que duas filhas de Clara se casaram com os dois filhos de Rita. Um dos casais tem dois filhos, uma menina de 15 e um garoto de 9 anos, e vivem na propriedade de Rita, enquanto o outro casal tem três filhas e reside na propriedade de Clara.

Percebe-se que a família é uma instituição social central nas trajetórias de vida das mulheres camponesas, espaço este fundamental para buscar compreender os valores morais e

---

<sup>17</sup> Ele é engenheiro agrônomo e atualmente está fazendo doutorado na UFSC, sendo que sua pesquisa está relacionada ao melhoramento do milho crioulo realizado por famílias do MPA em São Miguel do Oeste.

as relações sociais que são construídas entre seus membros. Neste sentido, para Woortmann (1990), duas características essenciais da campesinidade são o caráter familiar do trabalho e a hierarquia familiar, onde o pai ocupa a posição superior do grupo doméstico. Como veremos no próximo capítulo, o trabalho familiar - que reconhece a atuação da mulher como “ajuda” e não trabalho – e a hierarquia familiar serão elementos a serem questionados pelas mulheres organizadas no MMA.

Mas se, por um lado, estas mulheres buscarão romper com alguns valores morais, por outro se observa que há uma preocupação na “manutenção” e transmissão de outros valores. Neste sentido, somos levadas a refletir, ainda que brevemente, sobre a definição do conceito de tradição e elementos relacionados à transmissão de valores entre indivíduos que se relacionam entre si, com destaque aqui, para a família como lócus de análise.

Ao se remeter às sociedades africanas, Vansina (2010) afirma que numa sociedade oral a fala é além de meio de comunicação diária, um meio para a preservação da sabedoria de ancestrais pela tradição oral, na qual se transmite um testemunho verbalmente de uma geração a outra. Segundo a autora, apesar dos limites em encontrar uma definição de tradição oral que contemple a sua complexidade, “uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte”, embora nem toda informação verbal se constitua em tradição, mas sim apenas as que transmitem sinais. Outro elemento enfatizado por Vansina (2010) se refere à estrutura mental das tradições, que sempre idealizam, criam estereótipos para modelos de ideais e valores.

Neste sentido, percebemos que mensagens transmitidas verbalmente e também através do próprio fazer e modo de viver dos antepassados de Rita se constituem em tradições ligadas à sua “herança cabocla”, herança que ela busca manter como, por exemplo, fazer doce de cana, ou melado, que seu pai fazia para alimentação e venda. Embora tenha deixado de fazer farinha de mandioca e cobertas de lã de ovelha, feitas por sua mãe, evidenciamos a importância dos ideais herdados na família quando Rita se lembra de um dos ensinamentos de sua mãe, que dizia que nunca se devia morar na terra e comprar uma mandioca ou batata. A mãe de Rita, que faleceu aos 95 anos e ainda querendo “pegar na enxada”, considerava um absurdo uma família camponesa não cultivar os próprios alimentos, o que demonstra a força de valores que ligam família, trabalho e terra. Vemos assim, elementos de uma campesinidade, onde comida, trabalho e terra, conforme Woortmann (1990) destaca, são categorias centrais da moralidade camponesa, sendo transmitidas ao longo das gerações.

Outro elemento que queremos enfatizar e que está interconectado aos demais acima citados é o hábito de plantar e colher quando “a lua está boa”, demonstrando que existe uma relação entre cultivo, ou trabalho que provê comida, e observação/conhecimento sobre a natureza, a qual orienta as épocas adequadas para a realização das atividades agropecuárias. Para Woortmann (2009), existe uma complexidade no conhecimento relacionado à prática agrícola; há também uma percepção moral da relação com a terra, certa “humanização” da natureza expressa nas concepções sobre consórcio e classificação de plantas, classificação de terras, relação da lua com o cultivo. Segundo a autora:

A lógica simbólica da lavoura camponesa expressa, destarte, uma ética de equilíbrio, na medida em que cria condições para o sustento da família e que é feita segundo uma perspectiva “etno-ecológica” que envolve o cuidado com a natureza – a “natureza de Deus” – desde a mata e as nascentes de água até a terra cultivada. Respeitando a natureza, o camponês estará respeitando Deus (WOORTMANN, 2009, p. 122-123).

Manter saberes considerados tradicionais não significa ignorar inovações; os camponeses incorporam novas práticas, mas de forma cautelosa, onde possam testar e avaliá-

las de forma a não comprometer a reprodução social de sua família (Woortmann, 2009). Além disso, percebe-se a mistura de tradições ocorrida com o casamento entre etnias diferentes. Desta maneira, no que se refere à alimentação, a couve, que é um alimento bastante presente na culinária cabocla, se une à polenta, prato ligado à cozinha italiana.

É interessante observar a associação entre o cultivo/consumo da couve e a cultura cabocla. Segundo Clara, a couve era considerada um alimento sagrado pelo monge João Maria, um dos líderes da Guerra do Contestado, devido a seu elevado valor nutricional e facilidade de cultivo, o que tornou a couve um alimento importante durante o conflito. Ainda com relação à cultura cabocla, Amanda, 38 anos, filha de Rita, destaca que:

[a gente] tem essa origem cabocla, muito cabocla, da minha vó, do meu vô que eram bem da partilha. Dificilmente a gente vende alguma coisa aqui, a gente muito troca né. E assim vai essa troca, principalmente porque a nossa comunidade aqui, hoje não mais, mas no início era muito mais familiar, eram as famílias que tavam interagindo.

Conforme a fala acima aponta, a comunidade era antes composta majoritariamente por parentelas, o que justificava o costume da partilha em oposição à venda, já que assim como Woortmann (1990) apontou, “com parente não se neguceia”. No entanto, vale destacar que essas relações de reciprocidade ainda estão presentes no cotidiano das mulheres do Faxinal dos Rosas, embora a comunidade não seja mais formada exclusivamente por parentes, como antigamente. Além disso, a reciprocidade não se restringe ao perímetro da comunidade, sendo estabelecida também entre mulheres do Faxinal e mulheres de localidades, ou linhas, próximas.

Assim, quando se visita uma comadre, parente, e/ou amiga, é comum levar algo, voltar com algo e/ou ambos. A reciprocidade pode ser estabelecida em torno do mesmo produto, em que se “empresta” carne, por exemplo: após ter matado algum animal se “empresta” a carne que depois é retribuída pela pessoa que ganhou quando na sua vez de matar um boi ou porco. A reciprocidade parece ser firmada em função de algum produto que se tenha “em demasia” em determinado momento. No caso da carne, por exemplo, que é um alimento bastante valorizado por estas populações, o ato de reciprocidade resulta na “devolução” do empréstimo realizado, ou seja, pela doação do mesmo tipo de carne e na mesma quantidade, de forma aproximada. No entanto, a reciprocidade pode ser favorecida de maneira mais espontânea no caso de outros alimentos, como uma colheita farta de gengibre ou a elaboração de uma chimia<sup>18</sup> de abóbora, por exemplo, em que a devolução não é algo implícito, caracterizando-se mais como doação. Essa reciprocidade estabelecida entre as mulheres implica uma troca, mas não se restringe a ela, pois, segundo Woortmann (1990):

É, todavia, a noção de reciprocidade, mais do que a noção de troca, que permite entender a campesinidade em sua dimensão mais geral. Isto porque a reciprocidade não significa, necessariamente, a troca, mesmo que a tenha como paradigma. Reciprocidade não implica, necessariamente, a circulação de objetos concretos [...] [há um] espírito de reciprocidade, em oposição ao que a modernidade individualizante construiu como o espírito da mercadoria, ou o fetiche da mercadoria. O espírito da reciprocidade se afirma pela negação do *negócio*, ainda que nada seja trocado (WOORTMANN, 1990, p. 57).

---

<sup>18</sup> Termo de origem alemã usado para se referir a um doce de consistência similar à geléia que geralmente se come com pão.

Outro elemento que merece ser mencionado como valor moral transmitido ao longo das gerações refere-se à religiosidade das populações caboclas. Na família de Rita, fé é sinônimo de tradição. Santa Rosa foi a santa escolhida para ser a padroeira do Faxinal dos Rosas, em homenagem ao sobrenome da família e, segundo Rita, a santa escolhida veio de Erechim, “chegou numa carroça, forrada com farelo e maravalha pra não quebrar”. Rita destaca que foi com as tias-avós, que eram solteiras e cuidavam da Igreja, que ela aprendeu todas as obrigações vinculadas às datas religiosas, além de cuidados e organização da Igreja, cujo terreno foi doado pelo avô.

A devoção aos santos está muito presente na religiosidade cabocla. Uma das irmãs de Rita e que também mora no Faxinal, é benzedeira e me contou que sua mãe, devota de São João, rezava para o santo todos os dias, ao acordar e ao anoitecer, além de anualmente fazer festa no dia 24 de junho, dia de São João. Segundo Benatte et.al. (2011), a devoção aos santos é algo comum nos faxinais, sendo São João um dos santos mais celebrados. As comemorações, que na verdade se classificam como rezas, são na verdade uma forma de agradecer ao santo e realizar pedidos. Aliás, o número de dias santos nos faxinais é maior que no calendário eclesiástico oficial. A devoção aos santos se relaciona com a busca de proteção e soluções para dificuldades enfrentadas, como por exemplo, referentes à saúde, colheita e tempo favorável à atividade agropecuária. É uma espécie de culto doméstico onde as pessoas buscam apoio nos santos, diante de perigos e da falta de assistência por entidades políticas e religiosas, já que os faxinalenses se encontravam distantes das cidades (Benatte et.al., 2011).

Ainda com relação à religiosidade cabocla, segundo Renk (2008), houve nas últimas décadas um “retorno” de alguns elementos vinculados ao catolicismo popular, ou antigo, que foi desqualificado com a chegada do catolicismo romanizado quando da chegada dos colonos à região. O retorno às práticas tradicionais de caboclos é motivado com o surgimento de mediadores como a Pastoral Cabocla e a Associação Puxirão Caboclo, dentre outros, com o objetivo de resgatar valores e materialidades consideradas tradicionais desta cultura. Desta maneira, ressurgem as festas religiosas caboclas, como a de São Sebastião, que foi o primeiro padroeiro da região de Chapecó, a do Divino Espírito Santo, de São Roque e São João, este último considerado o santo dos caboclos (Renk, 2008).

Diante das dificuldades da vida, a fé parece assumir grande destaque na vida de Rita e sua família<sup>19</sup>. Um exemplo que evidencia esse aspecto se refere à passagem de um tornado na Linha Faxinal dos Rosas ocorrido no dia 13 de junho de 2015. Rita conta que naquela noite de sábado ela, que estava em casa com seu marido, estava muito gripada e havia sentido um aperto no peito. Assim decidiu rezar um terço para São João e Santo Antônio, este último o santo do referido dia. Segundo ela, “a oração deve ter livrado do mal”, já que apesar do susto e dos estragos causados pelo evento climático, em especial na casa de um dos filhos, que felizmente não se encontrava em casa no momento do tornado, nada de pior aconteceu.

Alguns dias depois, em 24 de junho de 2015, depois do abalo causado pelo tornado, Rita fez a tradicional festa de São João no quiosque<sup>20</sup> de sua propriedade, demonstrando a sua

---

<sup>19</sup> O inverno de 2015 se caracterizou pelo grande volume de chuvas na região Oeste de Santa Catarina, em especial o mês de julho, o que causou estragos e deixou muitas pessoas desabrigadas. Numa das noites de temporal, ocasião que pude presenciar, choveu mais de 150 ml em menos de 24 horas. Segundo Rita, a última vez que viu uma enchente como essa foi nos anos 1960. Mais uma vez é possível perceber que em momentos como esse, de medo e desespero diante de uma adversidade, é à fé que estas mulheres recorrem: Rita, uma de suas irmãs, que estava passando uns dias ali (pois não mora no Faxinal) e a filha de Rita, conversando entre si, relatam ter rezado o terço durante a noite de temporal.

<sup>20</sup> Local utilizado para a realização de festas e eventos, localizado a poucos metros de distância da casa. O quiosque é confeccionado com madeira e piso de cerâmica, possui um salão grande, uma cozinha e uma pequena dispensa. Possui formato aproximadamente circular.

preocupação em manter a tradição de sua mãe. Porém, a devoção aos santos no Faxinal dos Rosas foi perdendo força. Conforme Rita relata, antigamente cada família era devota de um santo e fazia festa todos os anos para o imaculado a quem devia devoção. Atualmente, no entanto, ela é uma das poucas que ainda se preocupa em manter a tradição e espera que os filhos/as e netos/as continuem a festejar São João todo dia 24 de junho.



**SÃO JOÃO BATISTA**

**Figura 1: Imagem de São João Batista<sup>21</sup>.**

Outro elemento importante que queremos ainda destacar se refere à relação entre religiosidade e “natureza”, neste caso, o elemento “natureza” é simbolizado por um animal doméstico. Na lua cheia do mês de julho de 2015, ao observarmos as ovelhas que deram cria, Rita comenta que sua mãe sempre dizia que é bom ter ovelha na propriedade. A explicação dada por ela não se encontra, contudo, em razões de ordem econômica ou ligada a hábitos alimentares, mas sim, na religiosidade. Segundo Rita, a ovelha protege dos males, já que o animal aparece ao lado de santos como São João e também em histórias bíblicas. Mais uma vez a fé ligada à crença católica aparece na vida e cotidiano das mulheres camponesas.

Além da fé e devoção aos santos, outra tradição familiar que Rita revela se refere a uso de plantas medicinais. Segundo ela, foi com uma das tias-avós - que benzina e tinha além da horta de consumo outra só com flores, chá e “remédio” - que Rita despertou o interesse e a paixão pelo uso de plantas medicinais, o qual se tornaria no futuro uma de suas principais atividades. Na família, havia também os tios “Fonseca”<sup>22</sup> que faziam remédios homeopáticos<sup>23</sup>, os quais eram usados frequentemente pela mãe de Rita. Eduarda, do município de palmitos, também relata que o avô materno fazia e indicava remédios

<sup>21</sup> Disponível em: <http://goo.gl/zRHyXi>. Acesso em: 18/10/2015.

<sup>22</sup> A alusão aos “Fonseca” refere-se a uma família de origem mineira que se instalou e ainda reside na linha Boa Vista, próxima à Linha Faxinal dos Rosas. Os tios mencionados eram na verdade maridos das tias de Rita.

<sup>23</sup> A homeopatia é uma terapia criada e sistematizada pelo médico alemão Samuel Hahnemann (1755-1843). Um dos princípios fundamentais da homeopatia é a lei dos semelhantes, a qual simboliza que os sintomas de uma doença devem ser curados por medicamentos que produzam os mesmos sintomas que a doença causa. Os medicamentos podem ter origem vegetal, mineral, animal, sendo principalmente formulados a partir de substâncias de origem vegetal. O processo de obtenção do medicamento se dá através da diluição e dinamização da substância, ou seja, a sua ação se dá a nível energético, já que não existem resíduos materiais das substâncias utilizadas. No Brasil, a homeopatia foi divulgada através do francês Benoit Mure que chegou ao Brasil em 1840.

homeopáticos. Acreditamos que o conhecimento e uso da homeopatia como método terapêutico parece ter presença marcante para as populações camponesas em tempos passados, tema que necessitaria maiores esforços de investigação.

Se por um lado podemos perceber nas narrativas das mulheres camponesas do Oeste de SC elementos de uma campesinidade, simbolizadas pelas relações entre terra, trabalho, família e natureza, por outro lado aparecem narrativas sobre as transformações socioeconômicas que ocorreram, sobretudo a partir dos anos 1970, com a modernização do campo na região, tema que veremos a seguir.

### **1.3. A modernização do campo e os seus impactos na região**

Analisar a modernização e seus impactos em uma dada região não é tarefa das mais simples, ainda mais considerando que este não é o foco principal desta pesquisa, mas sim tema central que está relacionado ao contexto da região em estudo. Neste sentido, pese as nossas limitações nesta tarefa buscando minimamente pontuar alguns elementos, em especial algumas questões pertinentes ao ambiente sociopolítico criado a partir da emergência da modernização do campo na região Oeste Catarinense, que culminou com a organização de diversos movimentos sociais, dentre eles o MMA.

Mas antes de buscar compreender alguns elementos sobre a modernização do campo no Oeste Catarinense, vale destacar as bases que propiciaram a transformação da região, ocorrida, sobretudo, a partir dos anos 1970. Segundo Paim (2006), até os anos 1950 Chapecó era ainda um vilarejo voltado para exploração e comercialização de madeira, agricultura e pequeno comércio, onde o milho constituía um dos principais cultivos dos colonos, em complemento com a criação de suínos, que absorvia o excedente da produção deste grão.

Assim, o sistema produção de milho/criação de suínos realizado pelos colonos se constituiu como uma das bases para o estabelecimento de empresas agroindustriais na região. A primeira agroindústria do município, a Chapecó Alimentos, iniciou suas atividades em 1952, iniciativa realizada pelo empresário Plínio Arlindo De Nês. Denominada Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC), o frigorífico iniciou suas atividades em 1955 com 28 funcionários no abate de 40 suínos/dia. Em 1974, o SAIC ingressou na avicultura quando foi construída uma unidade em Xaxim com capacidade para abater inicialmente 500 aves por dia<sup>24</sup>.

Além do sistema produção de milho/criação de suínos, outro elemento fundamental que favoreceu a modernização do campo na região se refere ao ambiente “favorável” criado na região a partir da colonização por descendentes de imigrantes, sobretudo de ítalo-brasileiros. Isso porque segundo Vicenzi (2006), na narrativa criada por estes grupos havia uma exaltação ao trabalho e à acumulação:

A tradição inventada pelos imigrantes objetivava conferir maior coesão à comunidade e maior poder ideológico e simbólico nas trocas e relações com os “brasileiros”, “caboclos” e “indígenas” da região. Criou-se uma narrativa sobre a região que subordinava culturas e fazia prevalecer as auto-atribuições da tradição italiana [...] Segundo essa narrativa, imbuídos da vontade de acumular capital-riqueza, através do trabalho, os ítalo-gaúchos chegavam às novas terras, nas quais foi lhes atribuída pelo Estado e pela Colonizadora a responsabilidade de ‘construtores de progresso’, que até então não fora possível assegurar à região, pelas outras culturas e etnias ali

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://revistaagromais.com.br/site/materias/chapeco-de-olho-no-futuro>. Acesso em: 20/10/2015.

estabelecidas. Ainda, nessa narrativa, a atribuição de uma função messiânica regional, associada à idealização étnica do colono abriu poderosamente um verdadeiro abismo entre os recém-chegados e os nativos, garantindo e facilitando os objetivos de domínio e rentabilização mercantil desses territórios [...] **A narrativa apologética sobre o trabalho do “italiano” facilitou que o capitalismo se enraizasse fortemente na região** (VICENZI, 2006, p. 312, grifo nosso).

Embora a região tenha se constituído em um ambiente favorável para a penetração do capitalismo através da modernização do campo, esta não é um fenômeno exclusivo da região. De acordo com Delgado (2009), a modernização conservadora da agricultura brasileira que ocorreu nos anos 1970 foi o resultado de um conjunto de políticas públicas que tinham como objetivo transformar o latifúndio em uma grande empresa capitalista ao invés de democratizar a estrutura agrária brasileira através da reforma agrária. Dentre as principais características da modernização conservadora enumeradas por Delgado (2009) destaca-se a política de crédito rural subsidiado promovida pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965.

O crédito rural concentrou-se nas regiões sul e sudeste do país, privilegiando grandes e médios produtores e produtos agrícolas destinados à exportação, fatores que foram possíveis devido a uma conjuntura financeira mundial favorável, onde havia oferta de crédito internacional e demanda por produtos. Desta maneira, houve expansão da produção de soja, especialmente no sul do Brasil e expansão dos complexos agroindustriais, a montante e a jusante, liderados por empresas multinacionais. “De 1966 a 1986, diversas firmas multinacionais instalaram-se no país e ingressaram no mercado, entre elas, estão presentes a Purina e a Cargil, ambas de capital norte-americano” (PAIM, 2006, p. 131). Neste período, “rural era sinônimo de agrícola e desenvolvimento rural era igual a desenvolvimento agrícola que, por sua vez, era identificado com modernização da agricultura” (DELGADO, 2009, p. 10).

A promoção deste modelo de agricultura no Brasil teve papel central do Estado na criação de estratégias que pudessem viabilizar tal modelo, o que implicou além da concessão de créditos, a criação de entidades voltadas para a pesquisa agropecuária, como a criação em 1973 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e em 1974 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), ambas as empresas públicas vinculadas ao então Ministério da Agricultura, atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Na região Oeste Catarinense, conforme Paim (2006) ressalta o desenvolvimento de raças de animais mais produtivos e a intensificação do uso de insumos químicos que aumentavam a produtividade foram difundidos pela Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC). Segundo o autor, a partir de 1960 e, sobretudo dos anos 1970, foram instaladas novas indústrias em Chapecó, dentre elas a Sadia Avícola S.A e a Aurora<sup>25</sup>; ocorreu ainda a expansão do frigorífico SAIC e a instalação de indústrias de rações na região. A modernização do campo inaugurava um novo sistema de criação de aves e suínos, denominado sistema de integração, que alterava de forma significativa as relações entre produtores e indústria. Segundo Paim (2006):

---

<sup>25</sup> A Cooperativa Central Aurora Alimentos foi criada em 1969 por Aury Luiz Bodanese, que em 1967 havia se tornado presidente da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó, e em conjunto com homens que representavam cooperativas da região deram origem à Aurora. Fonte: <http://goo.gl/oaHYgW>. Acesso em: 20/10/2015.

Essa forma de produzir está baseada num sistema de “parceria”, na qual o produtor deve participar com a propriedade, as instalações e a mão-de-obra, enquanto que, a agroindústria controla de maneira bastante rígida toda a produção. Estão a seu encargo as produções de pintos ou perus, que após o nascimento serão distribuídos aos criadores, todas as assistências, a produção de alimentos, e fornecimento de medicamentos. Tudo é determinado pela empresa, inclusive o momento em que os animais serão retirados dos aviários e levados para o abate. Estrutura semelhante também é empregada na criação de suínos (PAIM, 2006, p 131).

Essas transformações nas formas de produzir se baseavam no paradigma da Revolução Verde cuja ideologia, conforme Petersen, Kessler e Caporal (2009) ressaltam difundiu valores como modernização, progresso técnico-científico, eficiência produtiva, crescimento econômico, princípios estes que foram legitimados pela ciência. Segundo os autores, para isso, foi necessário deslegitimar o conhecimento não científico, negando assim o papel dos agricultores como detentores de conhecimento, a fim de expropriar o saber-fazer das comunidades rurais e torná-las dependentes das tecnologias. Segundo Wanderley (2003), outro efeito da modernização do campo e da industrialização da agricultura foi a “profissionalização” da atividade agrícola, a qual não mais se associava a um modo de vida:

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).

De forma geral, estas são algumas características das transformações advindas com o processo de modernização conservadora do campo. Vejamos a seguir como estas mudanças atingiram os modos de vida das mulheres camponesas e suas famílias. Considerando alguns dos discutidos anteriormente relacionados a uma campesinidade, é possível imaginar que as mudanças em curso se chocavam com os valores culturais dos/as camponeses/as na região.

Foi no ano de 1972 que Rita e seu marido se tornaram uma família “integrada” à empresa Sadia<sup>26</sup> que foi criada em 1944 no município de Concórdia, na atividade de abate de suínos. A empresa teve rápida evolução, nos anos 1950 já tinha uma unidade industrial em São Paulo, na década seguinte iniciou na avicultura e nos alimentos congelados e nos anos 70 além de começar a produção e abate de perus, já exportava frango para o Oriente Médio.

A sede da fábrica da Sadia em Chapecó se instalou a cerca de 5 km da Linha Faxinal dos Rosas. Desta maneira, como Rita destaca, houve muito incentivo para que os agricultores da localidade ingressassem no novo sistema de produção, afinal para a empresa a adesão dos agricultores/as do Faxinal e de comunidades vizinhas possibilitaria a diminuição de custos com transporte. Segundo Rita, para os/as agricultores/as a produção de adubos gerada a partir da criação dos animais confinados era um dos principais atrativos para a adesão ao sistema, já que poderiam assim utilizá-los para melhorar a fertilidade das terras<sup>27</sup>. Desta maneira, de acordo com Rita, a maioria das pessoas na Linha Faxinal dos Rosas aderiu à integração.

---

<sup>26</sup> Atualmente BRF Brasil Foods S.A., já que em 2009 houve fusão entre as empresas Sadia e Perdigão.

<sup>27</sup> No entanto, vale destacar que a criação de suínos se tornou uma atividade altamente poluente, já que o excesso de esterco pode atuar como contaminante do solo.

Além do aviário para criação de perus, Rita e o marido também criavam porcos no sistema de integração. Segundo ela a empresa fornecia assistência técnica e o banco financiava os recursos para a construção dos aviários, que eram pagos durante aproximadamente dez anos com parcelas a cada seis meses. Apesar das “facilidades” para aderir à integração, a criação dos perus no aviário demandava grande carga de trabalho; higienização, alimentação, aquecimento dos pintinhos, e do ambiente, enfim, todo o trabalho era realizado de forma manual (hoje boa parte dos processos é automatizada). Nas palavras de Rita: “tinha que tá sempre lá dentro do aviário, não podia sair de lá por nada bem dizer”.

Ela destaca ainda a pressão e exigência dos técnicos da empresa para cumprir as normas de produção, as quais passavam por constantes mudanças o que demandava investimento quase contínuo. Apesar disso, percebe-se a importância da atividade para geração de renda à família, afinal o aviário foi mantido na propriedade por mais de 30 anos, e apenas há poucos anos atrás a atividade foi abandonada devido ao investimento necessário para a reforma do barracão e ao desinteresse dos filhos em tocar a atividade, realidade que vem ocorrendo com outros vizinhos da região.

Para Esther, 68 anos, residente na Linha Simonetto, em Chapecó, o aviário “dava bastante serviço”, no entanto, apesar do trabalho implicar na permanência diária e contínua dentro do aviário, segundo ela, a vantagem era que o trabalho era realizado na sombra, já que a estrutura dos aviários é coberta para a proteção dos animais. Embora o trabalho fosse cansativo, de acordo com Esther no início o lucro compensava. O primeiro aviário que ela e o marido construíram foi instalado em 1979, em integração ao frigorífico da SAIC<sup>28</sup> para a criação de perus e porcos. Esther destaca que o lucro era bom, afinal, ao fim do primeiro ano ela e o marido conseguiram comprar uma Kombi quase à vista. O rendimento com a atividade pode ser observada pela quantidade de aviários que Esther e o marido chegaram a ter na propriedade, cinco no total.

Percebe-se assim que o novo sistema de produção sob a forma de “integração” implicou em mudanças nos padrões de trabalho; as relações de trabalho e as visões sobre elas são reflexões referentes ao tema da modernização do campo que merecem atenção, com destaque para o papel dos técnicos e agrônomos envolvidos na difusão de novas tecnologias e para as formas de adesão, oposição e/ou adaptação destas. No entanto, apesar das mudanças nas relações de trabalho, não se pode negligenciar que a integração representava uma forma de expressiva garantia de renda aos agricultores/as, ainda que isso demandasse custos com o investimento na instalação e manutenção do sistema.

Apesar do sistema de integração ter sido (e de certa maneira ainda é) bastante frequente na região é possível encontrar situações em que houve “resistência” ao projeto modernizador, como é o caso de Eduarda. Ela e o marido além dos alimentos para o consumo da família tinham no plantio do feijão uma importante fonte de renda, já que o município de Palmitos era um dos maiores produtores de feijão de SC. A renda proveniente do cultivo e comercialização do feijão garantiu, ao longo de alguns anos, dinheiro para a construção da casa nova (a antiga é hoje o galpão).

Além do feijão, eles também criavam porcos, porém, diferentemente da maioria dos agricultores da região, Eduarda e o marido não quiseram se tornar uma família integrada às

---

<sup>28</sup> Depois, com a falência do SAIC (por volta de 2004) se integraram à Seara. Segundo ela, a família ganhava um porco para matar caso não houvesse morte de nenhum dos animais do lote, o que nunca ocorreu (cada lote era formado por 300 animais criados por um período de três meses). Diferentemente do contrato com o SAIC, que pagava bem, a Seara queria pagar um valor muito inferior ao que recebiam antes. Por conta disso, criaram apenas dois lotes e por fim decidiram sair do sistema de integração e há cerca de quinze anos montaram o seu próprio frigorífico. Inicialmente eram responsáveis por todo o processo produtivo, desde a compra das porcas à elaboração da ração, porém para manter alguma margem de lucro há dois anos começaram a comprar as porcas já gordas.

agroindústrias. Ela conta que as empresas impediam a criação de porcos pretos, que segundo os técnicos tinham mais banha, o que era considerado ruim, já que havia incentivo para substituir o uso da banha pelo óleo. Para Eduarda, a integração era também um projeto de viés racista, pois havia diferenciação entre porcos e suínos, os pretos – porcos – se distinguiam dos brancos – suínos. Embora seja de ocorrência minoritária, experiências de resistência quanto ao paradigma modernizador como as de Eduarda seriam fundamentais para a consolidação de estratégias ligadas a “outro projeto de desenvolvimento rural”, ocorrida a partir dos anos 1990 na região.

É importante destacar também que a modernização do campo não apenas modificou processos ligados aos sistemas de produção de alimentos, houve também alterações no padrão de alimentação das famílias integradas. Estas passaram a não ter mais produção de ovos nem de carne de frango caipira na unidade de produção, já que a instalação dos aviários proibia a criação de galinhas caipiras, pois segundo os técnicos de assistência técnica estes animais transmitiam doenças às aves confinadas. Segundo Esther:

Eles [os técnicos] andavam por aí vacinando as galinhas, diziam até que iriam matar as galinhas dos vizinhos, imagina que loucos! Não chegaram a fazer isso, porque nois olhava e não tinha. E nois criando peru. Nunca gostemo de peru e ai tinha que sempre ficar comprando galetto pra comer, ou uma galinha caipira, quando acha, que é mais difícil. Tinha o seu Ademir que ficou quatro anos [cuidava dos aviários], daí um dia ele pediu pro técnico, “será que não da pra fazer uma gaiolinha ali pra trás da casa, comprar os galetinho e criar pra comer”. Mas de jeito nenhum porque eles transmitem doença pros perus [diziam os técnicos].

Assim, além de impedir a criação de galinhas caipira e assim obter ovos e carne, fazendo com que as famílias integradas tivessem que comprar estes alimentos, outra mudança que ocorreu no consumo alimentar das famílias se refere à incorporação de alimentos industrializados, como o arroz. Segundo Esther, ela deixou de plantar o arroz “pro gasto” da família, fenômeno que ocorreu devido ao acesso ao produto industrializado:

Acho que foi dos anos 1980 para cá que foi mudando [a alimentação] e cada dia pior. Porque a gente plantava o arroz, eu plantava quando tinha os piazinhas mais velhinhos. Sempre colhia o arroz pra ter pro gasto, colhia tipo três bolsa. E ia moer no moinho, no descascador. Guardava, durava às vezes três meses aquele arroz. E duns anos (dos 80) pra cá larguei mão de plantar, não sei por que, se acomodou né. Não sei se porque tinham muito bichinho que estragava também e aí começou a comprar, tá ali tudo no pacotinho não precisa nem escolher. A mudança foi muito radical mesmo.

Esther admite que o abandono da lavoura de arroz ocorreu em parte devido à facilidade na compra do produto industrializado, porém, outro elemento relacionado com o abandono da atividade se refere à busca pela diminuição dos seus afazeres, afinal, era um “trabalho a menos” para ela, já que houve um tempo em que o marido trabalhou como empregado e era ela a responsável por todo o serviço na roça, no aviário, com os filhos/as e dentro de casa.

Embora estes aspectos sejam consideráveis, por trás das mudanças ligadas à produção e ao consumo advindas com a modernização do campo algo mais grave estava acontecendo: o abandono de agricultores/as de suas terras e a migração para as cidades. De acordo com Paim

(2006), em Chapecó o impacto da mecanização agrícola aliado à ampliação das famílias com o casamento dos filhos, dificultou que a terra pudesse suprir a necessidade das famílias; assim muitas migraram para o Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e Rondônia; porém, boa parte da população do campo foi trabalhar como assalariada na cidade de Chapecó.

Segundo dados da prefeitura de Chapecó, 68% da população do município era rural no ano de 1960; em 1970 esse número caiu para 59% e em 1980 reduziu para apenas 34%<sup>29</sup>. Ou seja, em apenas duas décadas o município se urbanizou e metade da população rural deixou o campo. Para exemplificar isso, temos o caso de Esther que foi a única pessoa, numa família de doze filhos, que optou em continuar na roça; o pai, a mãe e os onze irmãos foram todos morar na cidade nos anos 1980, segundo ela. Esther e o marido, porém, decidiram continuar no campo onde residem até hoje com os três filhos e uma filha, todos casados.

Desta maneira, é preciso considerar a migração como um fenômeno complexo que envolve movimentação e deslocamento, sendo importante buscar compreender as racionalidades que podem justificar as escolhas de ficar, partir e/ou retornar, como veremos no caso da juventude no último capítulo. Por fim, nos interessa destacar como a modernização do campo contribuiu de maneira decisiva para a conformação de um ambiente sociopolítico que foi criado a partir das modificações ocorridas na região e que culminaria com a organização de diversos movimentos sociais. Esse ambiente parece ter sido deflagrado no final dos anos 1970 com a tentativa de impor a padronização de uma nova raça de suínos na região, como aponta Paim (2006). Segundo o autor, a fim de enquadrar e padronizar a criação de suínos, a doença denominada peste suína africana<sup>30</sup> foi usada como pretexto para sacrificar os porcos comuns da região impondo assim a nova raça. Segundo o autor:

As evidências da não-existência da doença foram tantas que a população, auxiliada pela Igreja, veterinários e técnicos agrícolas, “descobriu” que a peste suína nada mais foi do que uma farsa, uma estratégia do governo e das agroindústrias para eliminar definitivamente a produção autônoma de suínos na região; o que causou indignação geral. Em protesto, ocorreu uma grande manifestação pública, que reuniu mais de 25 mil pessoas no estádio Índio Condá. Os manifestantes seguiram pelas ruas da cidade de Chapecó. Foi a primeira grande manifestação no fim da década de 1970, ainda na vigência do regime militar. Este protesto foi um marco na memória do Oeste Catarinense, o que reforçou e desencadeou o surgimento de quatro importantes movimentos sociais na região (PAIM, 2006, p 135).

O processo de organização e mobilização social originou o MMA, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), a organização de indígenas do Toldo Chimbanguê, em Sede Trentim, distrito de Chapecó, para a retomada de suas terras<sup>31</sup>, além do MST (Paim, 2006). Com exceção do MMA, a questão do acesso à terra é um dos fatores que levou à

---

<sup>29</sup> Segundo o relatório “Chapecó em dados”, de 2015, p. 21, em 1960, a população total era de 52.089 habitantes; em 1970 a população era de 49.865 hab. e em 1980 a população total era de 83.768 hab. Disponível em: <http://goo.gl/POhGR1>. Acesso em: 11/05/2016.

<sup>30</sup> Sobre o assunto ver a tese de doutorado de Francisco Cecílio Viana “História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984: passos e descompassos”.

<sup>31</sup> “Outros grupos continuam lutando, como estão fazendo os Guaranis, que estão em processo de retomada de suas terras em Araçaí, nos municípios de Saudades e Cunha Porã, ambos no Oeste Catarinense” (PAIM, 2006, p. 135).

organização dos movimentos sociais acima mencionados. Günter Adolf Wolff<sup>32</sup>, 64 anos, é assessor de movimentos sociais rurais da região desde os anos 1980, e também pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e integrante da Pastoral Popular Luterana (PPL). Segundo Günter, em 1985 o MST promoveu a ocupação de doze fazendas do Oeste marcando o início da organização deste movimento no território e que o MST foi formado pelo campesinato sem acesso à terra na região, ou seja por caboclos, que moravam na beira dos rios, e filhos de colonos de descendência europeia. No próximo capítulo veremos outros aspectos relacionados à organização dos movimentos sociais rurais na região, em especial o MMA.

---

<sup>32</sup> Entrevista realizada no dia 26 de julho em Palmitos durante a realização do XII Encontro Camponês. Pastor aposentado da Igreja Luterana, ele acompanhou as lutas dos movimentos sociais da região e ainda atua como assessor, em especial, do MPA.

## **CAPÍTULO II - DE DOMÉSTICAS A TRABALHADORAS RURAIS: A EMERGÊNCIA DAS MULHERES AGRICULTORAS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

*Onde pisa uma mulher há sentimento. Onde pisam duas mulheres, há determinação. Onde pisam três mulheres, a organização nasce. Mas, quando mais mulheres se juntam e pisam na terra firme, germina a esperança. Já é possível planejar a colheita da safra de um mundo novo.*

*Sandor Sanches*

Neste capítulo será analisado o processo de organização e mobilização de trabalhadoras rurais no Oeste de SC, ocorrido através da atuação das pastorais sociais ligadas à corrente da Teologia da Libertação. Apesar da região em foco ter sido um “celeiro” de movimentos sociais rurais, por que um deles foi formado apenas por mulheres? Antes de responder a esse questionamento a primeira parte do texto expõe alguns antecedentes da organização dos trabalhadores rurais no Brasil e em seguida, são analisados os fatores que propiciaram o surgimento do MMA no início dos anos 1980. Posteriormente, são consideradas algumas das conquistas obtidas pelas mulheres, tais como o direito à aposentadoria e ao salário maternidade. Por fim, são apontados, brevemente, alguns aspectos relacionados ao período compreendido entre meados dos anos 1990 até 2004, num contexto marcado pelo neoliberalismo e disputa por um novo modelo de desenvolvimento rural, o que resultou na emergência de uma nova identidade política em 2004 com a criação do MMC.

### **2.1. Antecedentes**

A partir dos anos 1950 e, sobretudo dos 1960, o Brasil passou por intensas transformações sociais no campo e na cidade, quando os lemas da nação eram modernização e industrialização. Este período de mudanças coincide com o início do processo de mobilização dos trabalhadores rurais, que emergiram no cenário político brasileiro como novos sujeitos sociais, despertando assim interesses, disputas e temores em torno de suas ações e reivindicações.

Segundo Martins (1981), se antes os termos utilizados para designar os camponeses eram de caráter pejorativo e variável de acordo com a região - caipira, caiçara, tabaréu, caboclo - camponês surge como termo político que expressa uma classe, oposta ao latifundiário. Para o autor, as lutas camponesas que ocorreram no país - Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, Revolta de Trombas e Formoso, Insurreição do Sudoeste do Paraná e Ligas Camponesas - foram expressões da luta contra a renda da terra. Porém, como Medeiros (2014) enfatiza os conflitos por terra eram localizados e somente nos anos 1950/60 ocorreu uma articulação entre os trabalhadores do campo consolidando-os então como atores políticos.

O processo de organização dos trabalhadores rurais contou com a participação de mediadores políticos, dentre eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Medeiros (2010), em 1954 o PCB atuou na criação de associações de trabalhadores rurais e na fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); em 1955, foi criado o primeiro núcleo das Ligas Camponesas, que passou a ser força concorrente com o PCB nos anos 1960, diferenciando-se em demandas e formas de luta. À disputa pela representação dos camponeses que ocorria entre PCB e Ligas Camponesas, somou-se a partir dos anos 1960 a atuação da Igreja Católica no campo, buscando apoiar as reivindicações sociais dos trabalhadores.

Conforme Medeiros (2010) aponta, esse processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais levou à atuação do Estado; assim o início dos anos 1960 marca o reconhecimento pelo Estado de alguns direitos aos trabalhadores do campo, como a regulamentação da sindicalização rural, ocorrida em 1962, e a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. No entanto, o temor das classes ligadas ao latifúndio diante das mobilizações dos trabalhadores rurais levou à atuação de organizações patronais nas articulações do golpe militar de 1964 (Medeiros, 2010).

A política para o campo no regime militar promoveu a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Amazônia, reprimindo lideranças envolvidas nos conflitos do campo e controlando os sindicatos. O Estatuto da Terra, aprovado em 1964, se apropriou do termo reforma agrária privilegiando a modernização tecnológica do campo (Medeiros, 2014). Segundo Delgado (2005), a modernização conservadora do campo ocorreu devido à derrota política do movimento pela reforma agrária, pelo Golpe de 1964, e em resposta aos desafios da industrialização, urbanização, e à necessidade de diversificação e elevação das exportações primárias. Desta maneira, “A agricultura brasileira completou, entre 1965 e 1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária”. (DELGADO, 2005, p. 62).

Com relação aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores rurais, para Ferrante (1975) o Estatuto do Trabalhador Rural não levou em conta as especificidades das relações de trabalho rural, mais complexas e diversificadas que o trabalho urbano. Além disso, segundo Brumer (2002), o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FAPTR), criado em 1963, não se concretizou pela ausência de previsão de recursos necessários para o seu funcionamento, o que somente veio a ocorrer em 1969 quando o FAPTR passa a se denominar FUNRURAL.

De toda forma, o FUNRURAL foi parte de um jogo ideológico do regime militar, elemento da “política assistencialista proposta pelo governo para diluir qualquer reivindicação política da classe trabalhadora rural” (FERRANTE, 1975, p. 201). A regulamentação do FUNRURAL em 1972 estimulou então a criação de sindicatos rurais, já que o enquadramento sindical representava o reconhecimento profissional dos trabalhadores do campo (Medeiros, 2014). De acordo com Brumer (2002), em 1971 foi criado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), ligado ao FUNRURAL:

Entre outras medidas, o PRORURAL previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de ½ salário mínimo; pensão equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. *As mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família (algo muito raro no Sul do Brasil) ou assalariadas rurais* (BRUMER, 2002, p. 55-56, grifo nosso).

Neste sentido, salvo as assalariadas rurais e mulheres chefes de famílias, o reconhecimento político da classe de trabalhadores rurais não incluía as mulheres agricultoras, que eram tidas apenas como “do lar”. No entanto, além da responsabilidade pelo trabalho doméstico, as mulheres também trabalhavam na roça e o seu reconhecimento profissional enquanto agricultoras foi um dos motivos que contribuiu para a emergência de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais nos anos 1980, como o MMA.

Apesar da repressão política do regime civil militar, dos mediadores políticos que vinham contribuindo no processo de organização dos trabalhadores rurais destacam-se setores progressistas da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Segundo Silva (2006), dentre os fatores que contribuíram para a emergência da Teologia da Libertação na América Latina destacam-se a convocação pelo papa João XXII do Concílio Vaticano II em 1962; a formulação da Teoria da Dependência pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a vitória da Revolução Cubana em 1959.

O marco do surgimento da Teologia da Libertação foi o encontro realizado pelo Conselho Episcopal da América Latina (CELAM) em Medellín, Colômbia, em 1968. A Teologia da Libertação teve diversas vertentes, moldadas segundo as realidades político culturais das regiões. No Brasil, adquiriu caráter mais reformador do que revolucionário, predominando em seu discurso valores como cidadania, participação política e democracia, e se disseminando através dos grupos populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que chegaram a ter apoio da Cúpula da Igreja, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, se por um lado isso conferia maior prestígio e força aos teólogos libertários brasileiros, por outro lado resultou num discurso menos radical e mais suave que em outras regiões, como no caso da Nicarágua<sup>33</sup> (Silva, 2006).

As CEB's eram espaços de reflexão social, política e religiosa, onde a partir da leitura da Bíblia e da realidade os grupos aprendiam a se organizar e exercer cidadania (Silva, 2006). Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que visava apoiar posseiros em áreas de fronteira no Centro Oeste e Norte do país na luta pela terra. De acordo com Medeiros (2014) havia um descontentamento com a atuação dos sindicatos rurais, já que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que havia sido criada em 1963, tinha uma atuação menos radical e mais voltada para a apropriação da lei em defesa do trabalhador rural.

O descontentamento com a estrutura sindical levou nos anos 1980 à constituição de movimentos sociais autônomos quebrando assim o monopólio de representação dos trabalhadores rurais e intensificando as lutas no campo (Medeiros, 2014). A constituição destes movimentos sociais produziu novas identidades que questionaram a categoria ‘trabalhador rural. Emergem assim novas identidades como os sem-terra, os atingidos por barragens, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, agentes que inovaram em suas formas de luta contra os efeitos da modernização (Medeiros, 2010).

No Oeste de Santa Catarina, a atuação pastoral foi fomentada pelo bispo da Diocese de Chapecó Dom José Gomes<sup>34</sup>, que chegou à região em 1968 (Paim, 2006). As ações das pastorais sociais ligadas à Teologia da Libertação e lideradas regionalmente pelo bispo Dom

---

<sup>33</sup>Com a vitória da Revolução Cubana em 1959, a luta armada surge como forma de libertação do continente. Sacerdotes como Gustavo Gutierrez, considerado um dos precursores da Teologia da Libertação, e Camilo Torres, que se tornou guerrilheiro, defendiam a revolução como única saída possível para eliminar a exploração do povo. Na Nicarágua, os teólogos libertários não contavam com o apoio da Conferência Episcopal do país, estando os setores progressistas isolados. A Teologia da Libertação neste país teve forte atuação na Frente Sandinista de Libertação Nacional que foi vitoriosa na Revolução de 1979 e no novo regime revolucionário, já que alguns dos padres tornaram-se ministros de governo (Silva, 2006).

<sup>34</sup> Sobre o bispo ver a obra de UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes: Mestre e Aprendiz do Povo**. Chapecó, ed. Arcos, 2002.

José foram determinante para lançar as sementes de transformação que germinariam com a organização de movimentos sociais rurais autônomos na região, os quais tiveram nas CEB's sua principal referência.

Além do MMA, dos movimentos que se organizaram nesta época na região queremos destacar o MAB e o MST. De acordo com Carvalho & Medeiros (2005), a ampliação do sistema elétrico brasileiro, impulsionada a partir de 1960, levou à construção de grandes hidrelétricas no país provocando deslocamentos compulsórios de um contingente da população atingida por tais empreendimentos. Em 1979 foi anunciado pela ELETROSUL um plano para construção de 23 barragens na bacia do rio Uruguai. Neste ano, formou-se a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), o núcleo inicial do MAB.

São múltiplos os efeitos da instalação de grandes hidrelétricas, já que além do deslocamento de pessoas existem os impactos ambientais causados pelo desmatamento e inundação das áreas. Na Bacia hidrográfica do rio Uruguai, que é uma sub-bacia do rio da Prata, a construção da usina hidrelétrica de Itá, localizada nos estados do RS e SC inundou uma área de 10.400 hectares, deslocando 14.240 pessoas (Carvalho & Medeiros, 2005).

O início do MST/SC ocorreu em maio de 1980 com a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, por mais de 300 famílias; com a vitória da ocupação, cuja área foi desapropriada em novembro do mesmo ano, a organização dos sem terra tomou impulso, principalmente no Oeste Catarinense. Em maio de 1985, quando foi apresentado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo governo José Sarney, da Nova República, o MST passou a planejar a ocupação de terras improdutivas para serem desapropriadas. Em 25 de maio de 1985, cerca de 2.000 famílias planejaram a ocupação de terras no Oeste, onde permaneceram quase dois anos acampadas esperando a criação do assentamento. As metas previstas no PNRA no estado de SC previam entre os anos de 1985/1986 assentar 2.900 famílias, no entanto, foram assentadas apenas 1.453 famílias. Segundo dados da secretaria do MST/SC, até o início de 1986 o MST estava organizado em 40 localidades, apenas no Oeste Catarinense, e existiam 140 mil famílias sem terra no estado (Lisboa, 1996).

Os acampamentos do MST eram formados principalmente por arrendatários, ou seja, aqueles que trabalhavam como parceiro, meeiro ou agregado para um patrão e que moravam na terra do patrão. Em menor proporção, cerca de 20%, estavam os peões e bóias frias - peões moram perto ou na casa do patrão, sendo um trabalhador assalariado, enquanto bóias frias vêm de outras localidades para se tornarem trabalhadores assalariados. As diferenças entre as categorias expressam ainda diferenças étnicas, sendo que os ex-arrendatários em geral eram descendentes de imigrantes alemães ou italianos, enquanto os peões eram descendentes de índios ou caboclos (Lisboa, 1996).

Neste contexto de organização e mobilização de movimentos sociais, outro evento sociopolítico de destaque ocorrido na região, e relacionado ao próprio processo de organização social dos movimentos rurais, se refere à formação de um novo partido político. Assim, segundo Paim (2006):

No contexto desses movimentos e lutas sociais, que foram se desenvolvendo no Oeste de Santa Catarina, tendo como pólo articulador o município de Chapecó, em 11 de junho de 1981 foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT). Foram os trabalhadores rurais que impulsionaram o partido; depois vieram os intelectuais e mais tarde apareceram timidamente os operários, os quais, com medo da perseguição das empresas foram cautelosos na abertura de seus posicionamentos políticos (PAIM, 2006, p. 137).

A consolidação do PT foi central no processo de articulação da conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Chapecó ocorrida em 1981 numa reunião em Itaberaba, na época distrito de Chapecó (Boni, 2004; Paim, 2006). Segundo Boni (2004), durante a proposta de criação da chapa de oposição ao STR de Chapecó, havia poucas mulheres envolvidas na articulação o que suscitou a proposta pela sindicalização da mulher, afinal as viúvas eram as únicas mulheres que podiam se associar ao sindicato. Desta maneira, com a vitória da chapa de oposição em 1982 iniciou-se a campanha pela sindicalização da mulher.

Foi este contexto de organização sociopolítica, influenciado pelas CEB's, que propiciou o surgimento do PT e do movimento de oposição ao STR de Chapecó, além de outros movimentos sociais, dentre eles o MMA. A seguir veremos alguns detalhes relacionados ao surgimento dessa organização autônoma de mulheres rurais.

## 2.2. Por que um Movimento de Mulheres Agricultoras?



Figura 2: Primeira reunião do MMA/SC. Fonte: Paim & Gaspareto (2007).



Figura 3: Uma das primeiras reuniões do MMA/SC. Fonte: Paim & Gaspareto (2007).

No dia 01/05/1983, em Nova Itaberaba, na época distrito de Chapecó, foi realizada a primeira reunião das mulheres agricultoras, onde foram levantados temas como discriminação da mulher, igualdade entre homens e mulheres e necessidade de organização (Paim & Gaspareto, 2007). As discussões em torno da sindicalização da mulher haviam contribuído para suscitar questões relativas à dependência das mulheres com relação aos homens. Até então, as mulheres não eram reconhecidas enquanto indivíduos autônomos, já que estavam sempre associadas à figura de um homem: quando solteiras eram dependentes dos pais, sobretudo do pai; quando se casavam a “tutela” passava do pai para o marido. Apenas quando se tornava viúva possuía relativa independência, mas isso pela ausência do marido, não por si enquanto mulher.

Desta maneira, percebe-se que ao longo dos processos de mobilização e organização social e política na região Oeste de Santa Catarina, as mulheres foram tomando consciência de sua condição de desigualdade perante os homens. Ao perceberem que existiam interesses específicos a elas, o que demandava uma organização autônoma, as mulheres se organizaram no MMA em busca de sua “libertação”. Como Marques (2007) afirma, o apoio da Igreja foi fundamental para conferir legitimidade ao movimento, inclusive perante a família. Amanda, filha de Rita, enfatiza o suporte da Igreja quando se iniciou a luta das mulheres do MMA:

Uma das coisas que pra nós mulheres foi bem forte foi o apoio da Igreja quando se iniciou a luta das mulheres, porque queira ou não queira a Igreja tem um grande referencial [...] se não fosse pela Igreja [...] a gente não tinha conseguido [...] eu gosto sempre de lembrar de Dom José, o nosso Bispo aqui, que foi um mentor que ajudou as mulheres. [Ele dizia] “Vocês querem as coisas, mas vocês lutam pelas coisas?”.

Apesar da efervescência gerada pelo ambiente de mobilização social e política na região, no que se refere à organização autônoma das mulheres esta chegou a ser motivo de preconceito, já que o nome do movimento foi alvo de gozações e piadas “de que as mulheres estavam em movimento”, como enfatiza Choinaski (2000). Segundo a autora:

Nós bancamos o nome Movimento de Mulheres Agricultoras. Para nós, esse nome significa que não estamos aceitando a paralisia, a submissão, e que as pessoas estão começando a se movimentar para construir algo diferente. Portanto, até no nome tivemos de enfrentar o preconceito. Por que era Movimento dos Sem Terra e não podia ser Movimento de Mulheres Camponesas? (CHOINASKI, 2000, p. 226).

A mudança de nomenclatura, de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) a Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) só ocorreu em 2004, tema que veremos com mais detalhes a seguir. O MMA surgiu como organização com abrangência estadual, Santa Catarina, num contexto de organização das mulheres em nível nacional, quando estas passaram a se constituir enquanto nova categoria política no país e no mundo.

Dentre os fatores que confluíram para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 1970 destacam-se a declaração do Ano Internacional da Mulher em 1975, pela Organização das Nações Unidas (ONU), além de mudanças que já vinham ocorrendo com a expansão do mercado de trabalho, o maior acesso ao sistema educacional e o uso de métodos de contracepção. Apesar da influência dos movimentos de origem europeia e norte-americana, no Brasil o feminismo surge com especificidades próprias, como consequência da associação que ocorreu entre classes médias, populares e Igreja no combate e resistência à repressão da

ditadura militar. Nos anos 1980, o feminismo brasileiro se consolida como força social e política<sup>35</sup> (Sarti, 2004).

No início dos anos 1980, as mulheres rurais passaram a se organizar em movimentos autônomos nas regiões nordeste e sul do país. Além do MMA, em 1982 aconteceu o I Congresso da Mulher Camponesa no RS e em 1984 foi criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Sertão Central de Pernambuco. No ano de 1985, a reivindicação pela sindicalização das mulheres rurais se tornou questão pública. As principais questões dos movimentos autônomos eram: acesso à terra por meio da titulação conjunta; reconhecimento da profissão de trabalhadora rural; garantia de direitos sociais e previdenciários; direitos sindicais; questões ligadas à saúde das mulheres. No nordeste prevaleceram reivindicações por terra e salário, no contexto de proletarização do campesinato, enquanto no sul predominava a luta pela previdência e garantia de produção para agricultura familiar (Siliprandi, 2009).

Nesse contexto de organização, é interessante compreender, a partir do ponto de vista das mulheres, os fatores que levaram à sua inserção no MMA. Neste sentido, antes mesmo do surgimento do MMA, Rita teve a oportunidade de fazer um curso de atendente rural para trabalhar com saúde pública<sup>36</sup>. A formação era voltada para líderes comunitárias em um projeto organizado pela Ação Social Diocesana, através do Bispo Dom José. Rita, que além de catequista era também coordenadora de catequese, foi escolhida para fazer o curso que ocorreu em 1976, ano em que estava grávida de Amanda, sua primeira filha. Em seguida, com a Campanha da Fraternidade deste ano, que teve como tema “Vida e Saúde para Todos”, foi criada a Pastoral da Saúde. Rita é, portanto, uma das pioneiras desta Pastoral, da qual participa até hoje. Na Pastoral, o trabalho acabou se voltando mais para a questão do uso das plantas medicinais, sendo a pomada milagrosa um dos primeiros remédios que as mulheres começaram a fazer.

No trabalho da Pastoral da Saúde, Rita lembra que muitas vezes era preciso fazer algumas viagens para realizar treinamentos. No entanto, viajar e deixar os filhos e a casa não era uma atitude bem vista na localidade e mesmo por algumas pessoas da família, sendo que as críticas recebidas tinham o objetivo de que Rita se sentisse culpada em “sair de casa”. Nesta época, em que era preciso pedir permissão do marido “para tudo”, Rita enfatiza que seu marido a apoiava, até porque, como ela lembra, quando viajava era precisava usar o documento do marido, pois ela tinha apenas certidão de casamento e certidão dos filhos.

Vemos assim que a posição da mulher era, portanto, de total dependência do homem, não sendo a mulher vista como pessoa portadora de direitos, o que se exemplificava pela ausência de documentação própria. Nesse contexto, Rita lembra que foi através dos grupos de reflexão das CEB's que se começou a debater que “as mulheres também eram gente e também tinham seus direitos”.

---

<sup>35</sup> Atingidas pelo regime militar tanto sexualmente como também pela manipulação em torno do vínculo materno com seus filhos torturados, o protagonismo das mulheres na resistência à ditadura representava “profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres”. Nos anos 1980, os movimentos feministas adquirem atuação mais técnica e profissional, onde diversos grupos se transformam em organizações não governamentais (ONGs) buscando influenciar políticas públicas, institucionalizando assim parte do movimento e levando ao direcionamento das questões às prioridades das agências financiadoras (Sarti, 2004).

<sup>36</sup> Além de noções sobre saneamento básico e higiene, havia conteúdos relacionados ao cuidado de pessoas doentes - primeiros socorros, conferir pressão, fazer curativo e ponto (tipo borboleta), aplicar injeção, fazer soro e vacinas. Num acordo entre Igreja e a prefeitura de Chapecó, a primeira se responsabilizava pela realização do curso enquanto a segunda seria responsável pela contratação das mulheres para trabalhar meio período do dia nas comunidades. No entanto, o acordo, que havia sido firmado num ano de eleição, não se concretizou e não houve contratação. Quem quisesse trabalhar mesmo sem receber iria ganhar os materiais para montar um mini laboratório para atendimento nas comunidades. Das 25 lideranças escolhidas para fazer o curso, apenas cinco assumiram o trabalho voluntário, sendo Rita uma delas.

Conforme foi possível perceber durante a pesquisa de campo, trabalho é uma categoria que costuma se associar à luta, sendo comum ouvir as pessoas dizerem “lutar” com galinhas, leite, aviário, o que denota o caráter penoso das atividades na roça. A associação entre trabalho e luta já havia sido enfatizada por Comerford (1999), sendo o termo “luta” usado em diferentes contextos para se remeter a uma noção de sofrimento que expressa parte do cotidiano de famílias camponesas, seja em sua luta para viver ou se luta por direitos. Portanto, nessa perspectiva pode-se dizer que a “luta” das mulheres é então dobrada, ou mesmo triplicada, já que além do trabalho na roça e do trabalho doméstico, a estas atividades podem se somar ainda as relativas à atuação no movimento social.

No entanto, no que se refere ao trabalho, até a época de organização do MMA apenas o homem era reconhecido como trabalhador; a mulher não era vista como trabalhadora, mas sim como “do lar” e as tarefas ligadas ao cuidado da casa e da família também não eram consideradas trabalho, mas sim como obrigação da mulher. Esther enfatiza que sempre trabalhou bastante, a princípio na casa do pai e depois, quando casada, tanto na roça quanto em casa:

Primeiro fazia o servicinho da casa, quando tinha vaquinha tirava a vaquinha de leite primeiro né e daí fazia o cafezinho, dava comida pros filhos e depois tudo pra roça. Daí depois que colocaram o aviário, bastante serviço também.

Embora esteja claro que as mulheres também estavam presentes na realização das tarefas na roça, ela, no entanto, estavam excluídas dos direitos trabalhistas. Nas palavras de Rita:

A gente trabalhava muito na roça e não tinha direito a acidente de trabalho, se a gente se machucava quem tinha direito era o homem [...] A terra era minha, a escritura era minha e as notas, era só no nome dele porque a mulher era vista assim sempre como a doméstica.

A fala acima demonstra a insatisfação com relação à ausência de reconhecimento enquanto trabalhadora rural, ainda mais considerando que era ela a proprietária das terras. Como é possível perceber pelos relatos, as mulheres eram trabalhadoras, provavelmente até mais do que os homens, já que o trabalho doméstico é quase que exclusividade delas. Depreende-se, portanto, que dos fatores que impediam o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras estavam os valores morais relacionados à sua posição na sociedade. Ora, se a mulher não era tida como indivíduo independente da figura de um homem, tampouco o que era feito por ela poderia ser valorizado.

Analisando o trabalho agrícola em diferentes regiões e com diferentes culturas, Paulilo (1987) destaca que existe uma distinção entre trabalho leve e pesado, no entanto, essa diferenciação não se refere à natureza do trabalho, ou seja, “leve” não é sinônimo de trabalho brando, mas sim uma forma de desqualificá-lo. A distinção é estabelecida em função do sexo de quem trabalha: o trabalho é leve quando realizado por mulheres (e crianças) e quando é remunerado possui rendimento mais baixo que o trabalho “pesado”. Assim:

Como se vê “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades específicas

das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (PAULILO, 1987, p.7).

Além disso, as tarefas domésticas não costumam ser vistas como trabalho, já que é quase sempre atribuição das mulheres e embora seja determinante para a reprodução/manutenção da família. Com relação às categorias trabalho doméstico e trabalho produtivo, tão comuns na literatura feminista, Paulilo (2004) enfatiza que há uma ênfase, sobretudo no aspecto econômico<sup>37</sup> do trabalho, negligenciando assim a importância da esfera reprodutiva. Além disso, segundo a autora, no caso das propriedades familiares é difícil realizar a separação entre o que é trabalho doméstico e o que é trabalho produtivo; na prática é doméstico se é atribuído à mulher.

Devido à visão que se tem sobre o que é ou não trabalho, a desigualdade entre homens e mulheres se reflete também na divisão da herança na família, sendo comum que as mulheres não recebam terra, podendo herdar outras benfeitorias, como casa e pequenos animais. No entanto, na família de Rita ela conta que seu avô, embora ficasse “brabo quando nascia mulher”, já que ele teve seis filhas mulheres e apenas um filho homem, cada filha recebeu um pedaço de terra de herança. Além disso, segundo Rita, a divisão de terras entre homens e mulheres também foi realizada por seus pais, embora não temos clareza se a divisão ocorreu de maneira igualitária ou não.

Segundo Paulilo (2004), o menor acesso à terra pelas mulheres é um problema global, pois a partilha da herança não é feita de forma igualitária entre homens e mulheres. Segundo a autora, nas regiões de colonização alemã e italiana no sul do Brasil, são os homens os principais herdeiros, salvo algumas exceções<sup>38</sup>, enquanto as mulheres em geral acessam a terra pelo casamento. Filhos e filhas que vão estudar na cidade não recebem terra, pois “já ganharam o estudo” e os que vão trabalhar na cidade também não. Esses fatores levam a autora a pensar que a herança parece ser mais uma forma de retribuição ao trabalho na terra do que um bem a que filhos e filhas tenham direito.

Sendo as desigualdades entre homens e mulheres reflexo dos valores morais relacionados à posição da mulher na sociedade, parece conveniente refletir sobre o próprio significado do que simboliza ser mulher. Na época de organização do MMA, a associação da mulher como sinônimo de mãe e esposa era muito frequente; ser mulher, então, significava ser casada (o que implicitamente pressupunha ser mãe). É o que nos conta Márcia, 58 anos, residente na Colônia Bacia em Chapecó. Ela relata que quando foi convidada para participar das reuniões do movimento de mulheres dizia que não iria porque não era mulher, já que não era casada. Porém, foi impulsionada a participar do movimento quando a disseram que “a mulher quando nasce mulher já é mulher”.

Vemos assim que a participação das mulheres no movimento, independentemente do estado civil a que pertenciam, simbolizava um primeiro enfrentamento com relação aos valores morais que pesavam sobre as mulheres. O MMA surgiu num período em que se ampliava a luta pelos direitos das mulheres no Brasil e com a organização de movimentos de

---

<sup>37</sup> A autora não discorda de seu aspecto econômico e enfatiza que o conceito de trabalho produtivo foi “cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista” (PAULILO, 2004, p. 245).

<sup>38</sup> Aparecem exceções quando não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros (PAULILO, 2004, p. 234).

mulheres rurais em diversas regiões do país. Participar do MMA simbolizava antes de tudo questionar a posição da mulher na sociedade e na família, até então em forte condição de desigualdade com relação aos homens. Vejamos a seguir como se deu o processo de organização e consolidação das lutas dessas mulheres em movimento.

### 2.3. Movimento de Mulheres Agricultoras: lutas e conquistas.

As mulheres que se juntaram ao MMA na época de seu surgimento eram motivadas a se organizarem para lutar por seus direitos enquanto mulheres, fenômeno que tem um simbolismo muito forte, e que buscava romper com os valores morais que as colocavam em posição inferior aos homens, ou seja, não reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais. Apesar da relevância dos motivos para a organização das mulheres, a participação delas no movimento pressupunha certa negociação e apoio de suas famílias. Além disso, se distanciar das opiniões que não viam com bons olhos tal “movimentação” era fundamental. Rita relata que a participação no MMA não gerou discórdia do marido, já que no diálogo entre eles, ela enfatizava que:

Eu vou sempre defender muito a **nossa classe**, pra mim, pra você, vai ser bom pra você, vai ser bom pros nossos filhos e o que eu quero ser, eu não quero sujar meu nome, assim pra ser uma mulher vagabunda, uma mulher à toa como eles comentavam [...] A gente vai mostrar a nossa responsabilidade e vai mostrar que a gente é capaz e é competente (Grifo nosso).

A negociação para obter apoio das famílias (e dos maridos), assim como não dar ouvido às críticas de terceiros parece ter sido fundamental para a participação das mulheres no movimento. No que se refere à capacidade de diálogo com os companheiros, o que chama atenção no relato acima é o uso do termo “nossa classe”. Percebe-se assim, que embora organizadas de forma autônoma, a “unidade” da classe trabalhadora rural é central; as relações entre gênero e classe aparecem sempre interligadas, não parecendo haver sobreposição nem antagonismo de uma em relação à outra.

A capacidade de negociação dentro da família foi fundamental para a aceitação da participação de Rita no movimento, porém, como ressaltado no trecho acima, era preciso também mostrar para os demais, neste caso as pessoas que criticavam a sua “movimentação”, que a iniciativa era benéfica para a família como um todo. Rita segue relatando que nunca houve discórdia de separação com o marido por esse motivo e quando voltava dos encontros contava onde foi, o que fez, e sempre que podia levava os filhos também. A filha Amanda, quando não acompanhava a mãe, assumia as tarefas e funções da casa.

Participar de um movimento social aparece então como um dos primeiros desafios que as mulheres tiveram que lidar, principalmente com relação aos posicionamentos de quem estava distante deste universo. Eduarda, que começou a participar do movimento por volta 1985/1986, relata que também não houve resistência por parte do marido, mas parentes e vizinhos faziam muitos comentários de desaprovação, falavam que as mulheres do movimento “andavam muito na rua e seriam presas”.

Impulsionada por sua mãe e também para acompanhar uma amiga, Márcia relata que começou a participar do movimento e logo depois de algumas reuniões foi escolhida para representar o município na comissão de mulheres, sendo em seguida eleita como delegada

municipal nas eleições do sindicato. Segundo Boni (2004), as primeiras dirigentes do sindicato de Chapecó vieram do MMA, que já tinha se organizado, contudo apesar da sindicalização das mulheres nos anos 1980, poucas delas ocupavam cargos de direção no sindicato.

Clara também fazia parte do MMA e trabalhava no sindicato. Rita, Clara, Márcia e outras lideranças da época, algumas já falecidas, eram da coordenação do MMA do município de Chapecó. Uma das primeiras bandeiras de luta das mulheres do MMA foi pela aposentadoria da mulher agricultora e para isso, as mulheres realizaram uma campanha para coleta de assinaturas que seriam entregues em Brasília. De acordo com Paim & Gaspareto (2007), houve no dia 12 de agosto de 1986 em Xanxerê um ato com a participação de 1.500 mulheres provenientes de 73 municípios do estado, quando foram recolhidas as 100.000 assinaturas relacionadas aos direitos da aposentadoria que seriam entregues ao governo por uma comissão representativa formada por 36 mulheres.

Márcia foi uma das mulheres escolhidas para a viagem à Brasília. É interessante olhar para esta experiência a partir do olhar das mulheres que a vivenciaram. Desta maneira, quando consideramos o cotidiano das mulheres percebe-se que a realização de uma viagem é muitas vezes algo que assume um valor central, conforme aparece no relato de Márcia sobre os detalhes desse capítulo da história do movimento, e também de sua vida. Antes de entregar as assinaturas em Brasília, era preciso ir a Florianópolis pedir um ônibus para o governador do estado. Márcia destaca que na época tinha aproximadamente 25 anos e nunca havia saído do município e região, se deslocando apenas entre Bacia, Itaberaba e Chapecó. A viagem à Florianópolis foi realizada juntamente com outra companheira do MMA, que também morava na Colônia Bacia e um representante do STR de Águas de Chapecó e foi bem sucedida, já que conseguiram o ônibus para Brasília.

Ao me mostrar as fotos da delegação, Márcia relembra que a viagem à Brasília foi realizada junto com um grupo de mulheres do RS e havia discordância entre elas quanto à idade para se aposentar. A proposta das catarinenses era aposentadoria para as mulheres aos 45 anos e aos 50 para os homens; no entanto, as gaúchas defendiam 55 para mulheres e 60 para homens. Maria enfatiza que apesar da discordância inicial, as gaúchas aceitaram a proposta dos 45/50, o que mostra o poder de negociação das mulheres de SC, bem como sua capacidade estratégica em defender uma idade menor sabendo que provavelmente iriam conseguir idade maior.

Segundo Eduarda, do município de Palmitos, nessa primeira delegação que foi à Brasília, no ano de 1986, a garantia do direito à aposentadoria implicava em obter documentação que comprovasse que as mulheres exerciam atividade profissional. Neste sentido, a primeira luta do movimento foi, de fato, pelo reconhecimento da profissão de agricultoras, o que era fundamental para garantir direitos sociais como a aposentadoria, já que, até então, apenas se concedia algum benefício às mulheres após a morte do marido. Neste sentido, ao apresentar a evolução do sistema de previdência social rural no Brasil, com ênfase para as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, Brumer (2002) destaca que:

Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de tudo, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais (BRUMER, 2002, p. 52).

Neste sentido, era essencial providenciar alternativas que pudessem garantir às mulheres documentação que comprovasse que elas eram agricultoras. Essa demanda passou a

contar com a colaboração da agricultora Luci Choinaski que se elegeu deputada estadual pelo PT/SC e que ajudou a encaminhar a inclusão do nome das mulheres nas notas do bloco do produtor, documentação já usada pelos homens com o mesmo fim, ou seja, comprovar atividade profissional.

Aliás, a eleição de Luci Choinaski em 1986 possui uma dimensão simbólica que deve ser ressaltada, afinal, trata-se da primeira agricultora na Assembléia Legislativa de SC, eleita para representar e defender os direitos das/os agricultoras/es. A vitória nas eleições, segundo Luci, é atribuída à objetividade política das mulheres, que assumiram e elaboraram a campanha eleitoral. Como ela lembra:

Nosso objetivo era ganhar a eleição. Passávamos de casa em casa e, em algumas, os maridos diziam para as mulheres: “Mas não pode votar em mulher”. E nós dizíamos umas nos ouvidos das outras: “Não precisa contar em quem você votou” (CHOINASKI, 2000, p. 232).

Pelo trecho acima, é interessante perceber as estratégias usadas pelas mulheres para garantir apoio nas eleições, estratégias estas que passam pela busca em não se criar conflitos com os maridos, por exemplo, e que parecem apontar mais uma vez para a capacidade de negociação das mulheres, onde se busca fortalecer um processo de individualização, por vezes quase silencioso, em direção à sua autonomia.

A conquista de espaços políticos pelas mulheres além de ser componente fundamental da busca por direitos contribui para a ampliação dos espaços de atuação das mulheres. Neste aspecto, Choinaski (2000) levanta o efeito surtido com a sua eleição como candidata do PT, o que buscou romper o preconceito em ser agricultora e encorajar outras mulheres a assumirem instâncias políticas. A autora enfatiza que:

Nos municípios onde o Movimento de Mulheres Agricultoras existia, as mulheres foram para a política, assumiram direção de sindicato, do partido, criando outro contexto de participação. Conseguimos ser a referência no PT, na sociedade. E, principalmente, para as mulheres ficou a lição: é possível colocar a cara na rua, fazer política, sem perder a condição feminina (CHOINASKI, 2000, p. 233).

Como se percebe, a política passa a se constituir como novo campo de atuação para as mulheres, embora talvez não seja o mais adequado falar em “condição feminina”, afinal não existe apenas uma, mas sim múltiplas, que por sua vez estão relacionadas às especificidades que caracterizam as mulheres e os diferentes contextos socioculturais em que elas estão inseridas.

Para além do simbolismo da eleição de uma agricultora como deputada estadual, a representação política surtiu efeitos na busca por direitos. Assim, a partir de 1987, Luci Choinaski começou a encaminhar legislação que previa incluir o nome das mulheres nos blocos de nota do produtor rural para comprovar que elas também exerciam atividade e, portanto, deveriam ter acesso a direitos sociais previstos para a classe trabalhadora. Apesar da mudança de regras, Rita lembra que houve dificuldade para a efetivação da inclusão do nome das mulheres nas notas no caso das famílias que eram integradas às agroindústrias, já que estas diziam “que não tinha necessidade”, demonstrando a resistência dos setores empresariais na efetivação dos direitos conquistados.

Paralelamente à organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais no país, vinha ocorrendo neste período a elaboração da Constituinte, que segundo Souza (2008) teve duas particularidades: o maior grau de participação popular e a maior participação feminina durante a Assembleia Nacional Constituinte, que foi realizada entre 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988. A “bancada feminina”, eleita em 1986, apesar de sua heterogeneidade, logrou se unir para garantir na Constituição de 1988 que as mulheres brasileiras conquistassem o direito à igualdade perante a lei, além de outros temas de relevância social (Souza, 2008).

Eduarda, uma das mulheres que fez parte da segunda delegação do MMA que foi a Brasília, em 1988, conta que as mulheres se envolveram na campanha de assinaturas para uma emenda que garantisse o direito à aposentadoria de trabalhadoras e trabalhadores rurais na condição de seguradas/os especiais. Ela lembra que o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais era fundamental, já que até então o movimento não era considerado nada e nesta época os sindicatos que apoiavam os movimentos sociais na região eram os de São Miguel do Oeste, Chapecó e Águas de Chapecó.

A mobilização dos movimentos de mulheres rurais entre 1986 e 1988 na elaboração da Constituinte levou à conquista do direito de acesso à terra, direito ao salário maternidade e à previdência social às trabalhadoras e trabalhadores rurais na condição de seguradas/os especiais (Siliprandi, 2009). As mulheres conquistaram o direito à aposentadoria aos 55 anos enquanto os homens passaram a se aposentar aos 60 anos - antes se aposentavam aos 70 anos e com apenas meio salário mínimo - ambos contemplados na condição de seguradas/os especiais. Uma liderança do MMA entrevistada por Paulilo & Silva (2007) explica a definição:

O segurado especial não contribui com a Previdência como o trabalhador urbano; nós contribuimos pela produção que nós vendemos. De toda a produção que vendemos da roça [...] são descontados 2,5% que vai pra o Funrural e no fim cai lá na Previdência. Quem vende muito contribui muito, mas há aqueles que praticamente vendem pouquinho durante o ano e contribuem pouco, mas o benefício é igual para quem é considerado segurado especial. Somos segurados especiais porque não trabalhamos só 8 horas por dia. Não temos final de semana e feriados livres como os urbanos, não temos seguros diante das intempéries. Se morre uma vaca, não temos indenização, e muitas vezes é nosso ganha pão. Precisamos organizar nós mesmas muitos serviços que são obrigação do Estado: o esgoto, a infraestrutura da propriedade, rede de água, o cuidado dos doentes, das crianças, dos idosos. (PAULILO & SILVA, 2007, p. 414-415).

Conforme Brumer (2002) ressalta a Constituição de 1988 previa além da aposentadoria a concessão do salário maternidade às trabalhadoras rurais, porém o último foi vetado durante a regulamentação da lei da previdência em 1990, pelo então Presidente Fernando Collor. Choinaski (2000) relata que quando foi eleita para a Câmara Federal, em 1990, encaminhou uma emenda para a regulamentação da aposentadoria de agricultoras e agricultores, o que havia sido garantido na Constituição, porém mesmo com a conquista aprovada o governo não queria pagar. Assim:

Organizamos o movimento, com os sindicatos, com as mulheres, com a Igreja, em vários pontos do país, para pressionar. Dia 8 de março de 1993, uma caravana de mulheres agricultoras de vários estados foi para Brasília. Tivemos uma sessão especial na Câmara dos Deputados. Uma coisa inédita.

As mulheres entraram no plenário de chapéu, de chinelo, de camiseta e exigiram do Congresso Nacional os seus direitos [...] A polícia tentou colocar as mulheres para fora. Houve empurra-empurra, houve resistência, até o ministro [Reinhold Stephanes] assumir o compromisso de que ia regulamentar o pagamento (CHOINASKI, 2000, p. 235).

A garantia do “Salário-Maternidade: Direito de Mulher”, que vinha sendo discutida desde o início do MMA, era também um dos objetivos do mandato da deputada federal, projeto que segundo Choinaski (2000) foi aprovado após mobilização e muita pressão dos movimentos de mulheres - “teve até a ‘prisão’ do então ministro Antônio Britto no elevador”. A oposição ao projeto alegava que além do aumento de gastos, o que provocaria aumento de impostos, o salário maternidade faria com que as mulheres tivessem mais filhos para poder acessar o benefício. No entanto, segundo Brumer (2002), o projeto que concedia às mulheres trabalhadoras rurais um salário mínimo mensal durante 120 dias quando do nascimento de um filho, foi aprovado em agosto de 1993, sendo regulamentado um ano depois.

Apesar da conquista da aposentadoria havia outro entrave para a garantia do acesso ao benefício pelas mulheres. Márcia fazia parte do STR de Chapecó quando a aposentadoria foi liberada, no ano de 1993, e afirma que muitas mulheres que solicitavam o benefício não tinham documentos próprios, inviabilizando assim a efetivação do direito. Surgiu então uma demanda básica a ser encarada: a documentação. Sem documentos próprios, a mulher não é reconhecida como trabalhadora rural e não consegue acessar políticas públicas. Assim, surgiu em 1994, a primeira Campanha: “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”.

Analisando a relação direta entre as ações dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e a criação de políticas públicas no período entre 1992 e 2002, Heredia & Cintrão (2006) enfatizam que os movimentos possuem papel determinante para garantir a efetivação de acesso a direitos. “Sem essa organização, que redundava em reivindicações concretas, as políticas públicas continuariam inexistentes ou nunca sairiam do papel”.

De fato, dez anos após a primeira campanha de documentação das mulheres rurais, foi criado em 2004 o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa é executado por meio de mutirões itinerantes realizados em assentamentos e comunidades rurais nos estados brasileiros em parceria com os movimentos sociais que trabalham na conscientização das trabalhadoras rurais sobre a importância do programa.

Assim como a aposentadoria rural e o salário maternidade, este é mais um exemplo que expressa a relação direta entre movimento social/política pública. Outros casos que sinalizam a correlação entre reivindicação de movimentos sociais e criação de políticas públicas é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa de crédito voltado para a agricultura familiar criado em 1995, como resultado das reivindicações da CONTAG, CUT e MST durante os Gritos da Terra.

Desta maneira, as mobilizações de organizações rurais em Brasília passaram a ser uma das formas de cobrar medidas dos governos. Neste sentido, de acordo com Heredia & Cintrão (2006), em 2003 foi criada a linha de crédito do PRONAF Mulher como resposta às reivindicações dos movimentos de mulheres nas Marchas das Margaridas, organizadas desde 2000 pelas mulheres da CONTAG, sendo um espaço de negociação com o governo federal de antigas e novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais.

A emergência das mulheres agricultoras no cenário político nos anos 1980 levou ao seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e assim à garantia de direitos como aposentadoria e salário maternidade, sendo essas conquistas um reflexo da luta travada por elas. Apesar da relevância dessas conquistas elas não se esgotam em si, já que existem outros

direitos a serem concedidos às mulheres camponesas, como o acesso à educação, por exemplo.

Segundo Menezes & Gaspareto (2013) desde 1997 a educação formal passou a ser pauta do movimento, sendo o lema do II Congresso do MMA/SC “Nenhuma trabalhadora rural sem estudar”. Vale ressaltar a importância do movimento como espaço de educação não formal, onde a busca por conhecimentos se alia ao processo de formação de lideranças. A atuação como liderança e/ou militante em uma organização social está ligada à existência de certa remuneração simbólica, com extensão de capital social que pode propiciar tanto satisfação moral como também possíveis ganhos materiais tal como Lerrer (2008) observa com relação aos militantes do MST. De forma similar, Anjos (2008) observou que satisfação moral, reconhecimento local, controle de recursos e acesso a saberes aparecem como retribuições à ação militante de lideranças comunitárias ligadas às pastorais sociais nas periferias do RS.

No entanto, tornar-se liderança é um fenômeno que muitas vezes pode não estar ao alcance das mulheres devido aos papéis relacionados ao cuidado e que recaem, sobretudo sobre as mulheres, como aponta uma liderança do MMC entrevistada por Paulilo & Silva (2007). Esta declara que foi somente após a morte da sogra, com quem vivia e que era muito doente, que ela pôde participar do movimento e tornar-se líder em sua comunidade. Como veremos adiante, acionaremos o cuidado como categoria central para compreender as trajetórias de vida das mulheres camponesas, numa perspectiva ampla que considera desde o cuidado de crianças, idosos e doentes até o cuidado com a natureza.

A seguir veremos alguns aspectos relacionados ao período compreendido entre meados dos anos 1990 até 2004, contexto marcado pelo neoliberalismo e disputa por um novo modelo de desenvolvimento rural e como emergiu uma nova identidade política em 2004 com a criação do MMC.

#### **2.4. A luta não pode parar: estratégias e nova identidade política**

Segundo Delgado (2009), o contexto dos anos 1990 foi marcado pela liberalização dos mercados agrícolas pelo desmonte da intervenção estatal que atingiu principalmente os pequenos produtores, estes que também foram afetados com o Plano Real em 1994, pois a estabilização da moeda levou ao aumento das importações e houve queda na renda real no setor agrícola. As importações passaram de U\$\$ 2,4 bilhões em 1990 para U\$\$ 6,8 bilhões em 1996, “uma situação sem precedentes na história moderna da economia brasileira” (DELGADO, 2009, p. 20).

O cenário de liberalização dos mercados agrícolas está relacionado com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), entidade criada em 1995 e responsável pelo estabelecimento de acordos de livre comércio em nível mundial. De acordo com Desmarais (2013), os acordos que visavam fomentar a livre comercialização de produtos agrícolas tinham como pilares acesso ao mercado, suporte doméstico e subsídios à exportação, estratégias que beneficiariam produtores de todo o mundo, sendo inclusive caracterizada como solução para reduzir a pobreza e insegurança alimentar nas zonas rurais, situação que pelo contrário, se aprofundou. No Brasil, Delgado (2009) ressalta que:

A estratégia de ajustamento externo do projeto neoliberal aprofundou consideravelmente a especialização da agricultura brasileira na produção para exportação, o que transformou o chamado agronegócio – em especial nos complexos de milho e soja, cana-de-açúcar, papel e celulose, e pecuária

bovina - no principal protagonista e no grande beneficiário deste projeto no meio rural (DELGADO, 2009, p. 26-27).

No entanto, em oposição ao programa neoliberal do agronegócio, surgiu “um projeto democratizante” protagonizado por sem-terras, assentados e agricultores familiares (Delgado, 2009). Segundo Medeiros (2010), a categoria ‘agricultor familiar’ passou a substituir o termo ‘pequeno agricultor’ que era dominante nos anos 1980; os agricultores familiares estavam articulados em processos ligados à atuação de ONG’s e Igreja passando a reivindicar do governo políticas públicas inseridas em um “novo modelo de desenvolvimento”.

O cenário de crise no campo devido à liberalização dos mercados contribuiu para beneficiar as experiências relacionadas à construção deste novo modelo de desenvolvimento rural durante os anos 1990. É o que Mior (2010) afirma que ocorreu na região Oeste Catarinense, onde a concentração e especialização na produção de suínos provocaram a exclusão de um contingente de agricultores familiares que passaram a se envolver em outras atividades, como as ligadas ao cultivo de fumo, produção de leite e agregação de valor aos produtos via agroindustrialização. Segundo Mior (2010), neste território ocorre uma articulação de tendências globais e mudanças locais onde coexistem redes verticais, representadas pelas grandes empresas agroindustriais e setor corporativo envolvidos nas cadeias de *commodities* – onde a perspectiva de desenvolvimento é setorial - e redes horizontais, protagonizadas por um conjunto de atores locais como associações de municípios, agricultores e cooperativas de assentamentos da reforma agrária num processo de construção de desenvolvimento, perspectiva de base territorial.

Formando parte do processo organizativo da agricultura familiar, na região Sul do Brasil e no Oeste Catarinense destaca-se a atuação do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), que é uma ONG ligada à IECLB que atua junto a agricultores familiares na promoção da agroecologia. Além do CAPA, vale destacar a presença de outras entidades relacionadas aos processos de organização dos agricultores da região; no entanto, devido aos limites deste trabalho e da ausência de elementos para análise não será possível aprofundar na atuação destes mediadores<sup>39</sup>.

A disputa entre o “projeto democratizante da agricultura familiar” com o “projeto neoliberal do agronegócio” nos anos 1990 se tornou visível com a organização de grandes mobilizações nacionais como os Gritos da Terra, realizados desde 1991, no intuito de pressionar as negociações com o governo para o atendimento das demandas da agricultura familiar e buscar apoio da sociedade (Medeiros, 2010). Afinal, como Mota (2006) enfatiza, um movimento social além de constituir a existência de um grupo deve ser capaz de “ser visto e ouvido por todos, de aparecer publicamente”.

Assim, as organizações e movimentos sociais buscaram fortalecer sua atuação e capacidade de mobilização através da atuação em redes. Segundo Scherer-Warren (2006), a atuação em redes revela a transversalidade da luta social por direitos, que é guiada por princípios como democracia, solidariedade e cooperação, sendo rede de movimento social um conceito que:

Pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas [...] A idéia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as

---

<sup>39</sup> Como é o caso da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), formada no final dos anos 1980 e com sede em Chapecó.

experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Acompanhando a tendência de atuação em redes de movimentos sociais, as organizações de mulheres rurais buscaram maior aproximação entre elas de forma a fortalecer sua capacidade de mobilização para efetivar e ampliar direitos sociais das mulheres. Neste sentido, em 1995 ocorreu a formação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que segundo Heredia & Cintrão (2006), buscava reunir mulheres integrantes de movimentos autônomos e movimentos mistos, como MST, MAB, Pastoral da Juventude Rural (PJR) e sindicatos, articuladas em torno de mobilizações, marchas, eventos e participação em conselhos e fóruns.

O MMA/SC é um dos movimentos de mulheres autônomos que estava vinculado à ANMTR. Embora estejamos considerando aqui que a criação da ANMTR foi uma semente do que viria anos depois a ser o MMC, esta transição, de ANMTR à MMC parece ser uma temática que demandaria estudos específicos. Afinal, o MMC não unificou todos os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do país, já que o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), por exemplo, não faz parte do MMC, o que aponta a possível existência de conflitos neste processo de transição.

Assim, vale frisar que apesar dos interesses que articulam os movimentos de mulheres existem também divergências entre estes. Segundo Siliprandi (2009), nos movimentos mistos prevalece a abordagem de classe em detrimento da de gênero. Gênero é um conceito que passou a ser usado como categoria de análise das relações sociais pela historiadora norte-americana Joan Scott (1989) para quem:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres [...] O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1989, p. 7).

Segundo a autora, o conceito surgiu no final do século XX a partir do trabalho de feministas que rejeitavam os determinismos biológicos pautados pelo sexo, sendo parte do esforço em explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Os estudos de gênero passaram então a se firmar enquanto campo de estudos, pois o termo possui maior aceitabilidade no campo da pesquisa, possuindo conotação mais objetiva e neutra que mulheres e feminismo. Embora, discordemos que seja necessário construir terminologias “neutras e objetivas” na disputa pela aceitabilidade acadêmica, sem dúvida o termo “pegou” e vem sendo utilizado nas discussões sobre relações de poder entre homens e mulheres de forma ampla.

Para entender estas relações de poder, recorremos à definição de poder de Santos (2002); para o autor qualquer relação que seja regulada por uma troca desigual pressupõe a existência de poder: “o que faz de uma relação social um exercício de poder é o grau com que são desigualmente tratados os interesses das partes na relação ou, em termos mais simples, o grau com que A afeta B de uma maneira contrária aos interesses de B” (SANTOS, 2002, p.

269). O autor lembra que nas relações de poder há ainda um entrelaçamento de desigualdades materiais e não materiais.

Considerando que o poder é tanto mais efetivo quanto menos visível (Demo, 2002), para Santos (2002), o patriarcado é a forma de poder privilegiada no espaço doméstico, onde “a reprodução das relações entre sexos e gerações processa-se pela concentração da energia emocional (maximização do afeto) em ideias e estereótipos de vida familiar e de relações familiares de que se alimenta o poder patriarcal” (SANTOS, 2002, p. 282). O autor destaca, porém, que embora a dinâmica de desenvolvimento do espaço doméstico seja uma das mais centrais na sociedade, não significa que seja o local mais importante de opressão das mulheres; pode ser ou não a depender da sociedade e do período em análise.

Uma das grandes dificuldades em se trabalhar a questão de gênero é justamente por ser necessário focar não apenas a relação entre homens e mulheres no âmbito público, mas também englobar na análise o espaço doméstico, local que muitas vezes silencia sobre a violência ocorrida contra as mulheres, em suas múltiplas formas de manifestação. Neste sentido, podemos compreender a dificuldade existente para promover a unidade entre os diversos movimentos sociais, já que apesar das semelhanças relacionadas aos projetos e bandeiras de luta existem orientações ideológicas conflitantes no que se refere à centralidade do tema gênero na dinâmica da luta de classes.

Assim, segundo Paulilo & Silva (2007), os movimentos mistos, formados por homens e mulheres, criticam os movimentos de mulheres considerando-os de caráter radical e acusando-os de “dividir a luta” - aqui a luta de classes é considerada mais importante que a de gênero, esta vista como “lutinha”. Porém, continuam as autoras, nas organizações mistas os reflexos das relações de poder são visíveis: as mulheres geralmente ocupam poucos espaços de decisão e a presença dos homens pode inibir a fala das mulheres, que muitas vezes não conseguem se sentir confiantes para falar de situações como as que estão ligadas à violência doméstica.

Neste sentido, segundo Mota (2006) existem divergências relativas à associação entre luta de gênero e de classe entre a Comissão de Mulheres da CONTAG e a ANMTR; para a ANMTR, a luta de classe e gênero é inseparável; no entanto no âmbito do sindicalismo rural “as lutas das mulheres ainda são vistas como sendo coisas de mulher e não do conjunto do movimento sindical”. Apesar de existir uma política de cotas a fim de promover a participação das mulheres nas estruturas sindicais, a Comissão de Mulheres da CONTAG enfrenta a busca por igualdade de gênero dentro da própria organização. Apesar das divergências, segundo a autora:

Há uma alternância de hegemonia nas manifestações que essas organizações realizam, mas se apresentam com homogeneidade e unidade. A unidade da categoria é mais uma estratégia política sofridamente construída e desejada, do que uma característica ou condição interna (MOTA, 2006, p. 349).

De toda forma, apesar das divergências entre as organizações mistas e autônomas, a criação da ANMTR parece ser fruto do esforço em transcender as diferenças que as separam de forma a focar naquilo que as iguala, ou seja, a situação que as mulheres vivenciam por serem mulheres. Esse esforço foi essencial para que as mulheres trabalhadoras rurais pudessem se consolidar enquanto sujeito político, ampliando sua capacidade de mobilização perante o Estado e a sociedade. A luta pelos direitos das mulheres promovida pela ANMTR chegou a ser premiada em 1999 pela Fundação Cumbre Mundial da Mulher, com sede em Genebra, na Suíça.

Com relação aos direitos conquistados, vale ressaltar, mais uma vez, a atuação das mulheres para a manutenção destes, já que de acordo com Paim & Gaspareto (2007), em 2000, no dia 08 de março, foi realizado o Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília, o qual resultou na retirada do projeto de reforma da previdência do Congresso Nacional. A partir da ANMTR e como parte do amadurecimento da estratégia de consolidação de um movimento nacional de mulheres, foi criado em 2004 o MMC.

O MMC buscou unificar diversas categorias de trabalhadoras rurais - agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas – buscando contemplar também as diferenças étnicas entre elas - mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Segundo Paim & Gaspareto (2007), o MMA/SC, que integrava a ANMTR, passou a fazer parte do MMC a partir de 08 de março de 2004, medida que foi aprovada na IX Assembleia Estadual do movimento que ocorreu em novembro deste ano em Itapiranga/SC, reunindo 700 mulheres provenientes de 74 municípios e organizadas em 14 regionais.

Com a emergência da identidade política camponesa surge o projeto que visa à construção de uma agricultura camponesa e feminista. Um dos elementos que chamam a atenção com relação ao surgimento do MMC se refere à emergência da identidade política mulheres camponesas. De acordo com Paim & Gaspareto (2007), estava havendo naquele momento uma discussão em torno do aprofundamento do conceito de camponês, o qual estava perdendo espaço diante do conceito de “agricultura familiar”.

A valorização do conceito de camponês/a está ligada à criação da Via Campesina (o MMC é uma das organizações brasileiras pertencentes à Via). Segundo Desmarais (2013), a Via Campesina é um movimento transnacional formado por uma diversidade de organizações camponesas de todos os continentes, que surgiu em 1993 em Mons, na Bélgica. Segundo a autora, a Via surgiu em contraposição à OMC com o objetivo de construir um modelo de agricultura com base na soberania alimentar, ou seja, onde se possa decidir sobre o que comer, como e em que escala a produção de alimentos deve ser feita.

Aqui é onde aparece o que Wanderley (2003) sugere como terceira abordagem sobre o campesinato: a de caráter político ideológico em oposição ao modelo dominante de agricultura moderna. Nesta ótica, segundo a autora, a agricultura não é vista como mera atividade econômica, havendo uma preocupação com a qualidade dos produtos e a relação entre produtores e consumidores. Além disso, essa perspectiva faz confluir saberes técnicos e tradicionais, herdados das gerações, onde a tradição camponesa, antes tida como algo negativo pelo saber científico, passa a ser valorizada e assim “o conceito de camponês é, nesses casos, ressemantizado” (WANDERLEY, 2003, p. 54).

A valorização do conceito de camponês/a no âmbito dos movimentos sociais emerge, portanto, a partir da consolidação da categoria agricultor/a familiar. E para complicar ainda mais a discussão em torno dos conceitos, lembramos que o termo colono é também usado na região sul para se referir a camponesas/es e/ou agricultoras/es familiares que são de origem euro-brasileira. Apesar de assinalar as divergências no uso das categorias, não pretendemos nos estender na busca em diferenciá-las até porque essa tarefa parece exigir esforços específicos direcionados para esse fim.

De toda forma, no contexto do Oeste Catarinense, região marcada pela integração às agroindústrias, com relação às oposições agricultor/a familiar x camponês vamos considerar as perspectivas de Paulilo & Silva (2007) e Wanderley (2003) que afirmam que o fato da família ser integrada não simboliza a perda de suas raízes camponesas, afinal como Wanderley (2003) enfatiza, apesar da integração “a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida” (WANDERLEY, 2003, p. 48). Assim, para Carneiro (1998) é importante:

Não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos (CARNEIRO, 1998, p. 55).

Segundo Wanderley (2003) é importante não tratar estas categorias de um ponto de vista evolucionista, em que se vai do tradicional (camponês) ao moderno (agricultor familiar), nem focar nas continuidades entre cada uma delas, mas sim considerar simultaneamente pontos de ruptura e permanência entre estas duas categorias sociais. Um dos pontos de permanência que a autora levanta se refere à indivisibilidade do rendimento na família, o que pode ser um fator de conflito entre pais e filhos, marido e mulher.

É diante da permanência da desigualdade entre homens e mulheres no campesinato que o MMC incluiu o feminismo como um dos pilares de seu projeto de agricultura. Como Marques (2007) enfatiza, à medida que as mulheres vão percebendo que “a discriminação que ela sofre no espaço público também acontece no âmbito privado, é uma luta em dupla frente”, vão sendo incorporadas perspectivas feministas no discurso do movimento. O tema da construção do feminismo camponês será um dos temas de análise do último capítulo da dissertação.

Por fim, vale destacar que a transição de MMA/SC para MMC/SC trouxe consigo o enfrentamento de algumas dificuldades como a queda significativa no número de mulheres que participam atualmente do movimento, conforme afirma Rita. A justificativa desta queda apontada por Paulilo & Silva (2007) se refere à maior dificuldade de mobilização das mulheres, já que elas “querem ver o resultado das coisas” e antes a sensibilização em torno dos direitos como aposentadoria e salário maternidade eram mais fáceis de articular.

Além deste fator, outras hipóteses podem ser sugeridas para explicar as possíveis causas da queda da participação e mobilização das mulheres, embora não seja nosso objetivo desenvolver essas questões no âmbito desta dissertação. Investigar a relação entre políticas públicas e bandeiras de luta pode contribuir nesta tarefa, afinal, será que a conquista de direitos pode ter contribuído para diminuir a mobilização? Levantamos esse questionamento embora nossa inclinação esteja em considerar que as “vitórias” alimentam a busca por novas conquistas, até mesmo porque a condição de vida das mulheres camponesas ainda não é satisfatória. Outras hipóteses sugeridas podem estar relacionadas com os reflexos da conquista de direitos sociais no âmbito doméstico, afinal ainda estamos sob a hegemonia de um sistema patriarcal e nos momentos destinados para a “organização” as mulheres deixam de cumprir com as atribuições que “lhe são devidas”.

Como vimos os trabalhadores rurais, que se consolidaram como atores políticos nos anos 1950/60, passaram a se articular em movimentos sociais nos anos 1980, momento em que também é criado o MMA. O MMA surgiu com o objetivo de garantir reconhecimento profissional e garantia de direitos sociais como aposentadoria e salário maternidade às trabalhadoras rurais, num período em que se ampliava a luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Em meados dos anos 1990 o MMA se integra à ANMTR, a qual pode ser considerada o embrião do MMC que foi criado em 2004. Com o MMC emerge uma nova identidade política, a de mulheres camponesas engajadas na luta e defesa de um projeto de agricultura camponesa e feminista. No próximo capítulo abordaremos alguns elementos relacionados à formação da identidade política camponesa bem como dinâmicas ligadas à atuação das mulheres na construção de um projeto de agricultura diferenciado.

## CAPITULO III – MULHERES CAMPONESAS: CONSTRUINDO IDENTIDADE POLÍTICA E UM PROJETO DE AGRICULTURA

*“Se não houve frutos, valeu a beleza das flores.  
Se não houve flores, valeu a sombra das folhas.  
Se não houve folhas, valeu a intenção da semente”.*  
Henfil

Neste capítulo será analisada a construção da identidade política camponesa e do projeto de agricultura camponesa do MMC/SC, expresso principalmente pelo trabalho com plantas medicinais, resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas. Assim, a primeira parte abordará aspectos relacionados à construção de uma identidade camponesa, processo realizado através da formação política, com destaque para o papel da mística e da constituição e resgate da memória de mulheres lutadoras. Em seguida, serão analisados alguns elementos que compõem o projeto de agricultura camponesa do MMC/SC, como as práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais bem como o resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas.

### 3.1. A construção da identidade política da mulher camponesa

Antes de entrar no tema das identidades políticas é interessante entender a estrutura de organização do MMC. Nos estados, o MMC se organiza em regionais<sup>40</sup> que, por sua vez, são formadas por grupos de base, ou seja, grupos de mulheres, cada qual possuindo duas dirigentes. As direções regionais são compostas por duas dirigentes de cada município e as direções estaduais por duas lideranças de cada regional. A coordenação nacional possui duas dirigentes de cada estado, sendo a direção executiva composta por 10 mulheres da coordenação nacional que está dividida em torno das seguintes equipes de trabalho: lutas, formação, finanças, organização, relações internacionais, relações nacionais e comunicação.

O escritório nacional de apoio do movimento tem sede em Brasília, enquanto a secretaria nacional está localizada em Passo Fundo/RS. Em Chapecó existe um centro de formação denominado Maria Rosa, nome em homenagem a uma das guerreiras do Contestado. A instância máxima de decisão é a Assembleia Nacional que é realizada a cada três anos. Em fevereiro de 2013 foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional do MMC que teve como lema *“Na Sociedade Que a Gente Quer, Basta de Violência Contra a Mulher”*, reunindo aproximadamente três mil mulheres de 23 estados. Também realizada a cada três anos, a instância máxima a nível estadual é a assembleia estadual. A XII Assembleia Estadual do MMC/SC ocorreu no município de Dionísio Cerqueira<sup>41</sup> reunindo cerca de 700 mulheres

---

<sup>40</sup>Em Santa Catarina além de Chapecó, onde a pesquisa foi realizada, as demais regionais são: Xanxerê, Concórdia, São Jose do Cedro, Pinhalzinho, Quilombo, Descanso, São Miguel do Oeste, Maravilha, Lages, Mafra, Regional Sul, Campo Erê e Rio do Campo.

<sup>41</sup>Vale frisar a importância da escolha do município de Dionísio Cerqueira para a realização do evento: é o primeiro município do estado a criar um departamento de política para as mulheres. Além disso, em Dionísio Cerqueira existe uma cozinha comunitária que é administrada por uma associação de mulheres, o que possibilitou pela primeira vez nos encontros do movimento que as regionais não precisassem “levar” cozinha, ou seja, garantir as refeições durante o evento.

nos dias 30 e 31 de julho de 2014 com o tema “Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista” e o lema: “Construindo emancipação, agroecologia, autonomia, vida”.

O projeto de agricultura camponesa tem como premissa a constituição de uma identidade camponesa de caráter político tal como sugere Prado (2002). Segundo o autor, os sujeitos ao se envolverem em processos de mobilização social e reconhecer as relações de opressão constituem identidades políticas. As identidades políticas “são posições temporárias que expressam a revisão das relações de desigualdades, mas não são nem as únicas possibilidades nem tampouco permanentes” (PRADO, 2002, p. 65).

No processo de criação de identidades políticas surgem práticas como a constituição de uma identidade coletiva, que transformam relações de subordinação em relações de opressão demarcando assim fronteiras políticas. O sentimento de pertencimento a uma identidade coletiva – que garante a experiência de um “nós” - é essencial para o desenvolvimento de processos de mobilização social, sendo fundamental para tanto o compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do grupo. A criação de antagonismos, decorrente da conscientização sobre as relações de opressão, articulada com a produção da identidade coletiva possibilita a demarcação das fronteiras políticas entre o “nós” e o “eles” (Prado, 2002).

Neste sentido, ao estudar as mulheres trabalhadoras rurais, Mota (2006) destaca que se constituir enquanto trabalhadora rural implica “sentir-se e mostrar-se como tal”, o que é realizado através da vivência no movimento de mulheres onde se realizam processos objetivos e subjetivos que criam uma consciência de si. De forma similar e seguindo essa perspectiva, a seguir veremos alguns aspectos relacionados à constituição da identidade da “mulher camponesa”, processo este duplamente político já que implica em valorizar-se como mulher e enquanto camponesa.

### **3.1.1. Formação, mística e memória**

Considerando que a formação política é um aspecto central para a conscientização sobre as relações de opressão, buscamos analisar a formação política que o MMC/SC realiza tomando como base inicial o discurso contido em seus materiais de apoio, ou seja, cartilhas, folders e informativos<sup>42</sup>, ferramentas importantes para subsidiar os processos de formação. Vale destacar que as cartilhas foram elaboradas a partir dos debates nos grupos de base e cursos de formação e seu conteúdo é formado por textos que se intercalam com canções, contos, brincadeiras e receitas. É uma espécie de guia para que as dirigentes possam preparar os encontros<sup>43</sup>.

Um primeiro aspecto que chama atenção em alguns destes materiais é o questionamento de por que as mulheres devem se organizar. As respostas surgem a partir da

---

<sup>42</sup>Os folders estão organizados no formato de perguntas e respostas, apresentando ainda brevemente “datas para celebrar, formar e lutar”, como 8 de março; 28 de maio; 12 de agosto e 25 de novembro. Os informativos do MMC são produzidos desde 1993 pelo Coletivo de Comunicação, com periodicidade bimestral e tiragem de 1500 exemplares, sendo o valor da assinatura anual de R\$ 8,00. De maneira geral, possui as seguintes seções: mulher lutadora; dica de saúde (que apresenta propriedades medicinais de plantas bem como o seu modo de uso); calendário que mostra a influência da lua na agricultura; experiências vinculadas à produção agroecológica; conteúdos relativos a eventos que o MMC participa ou organiza, além de resultados de rifas e “ação entre amigas”.

<sup>43</sup> Em geral, são apresentadas três propostas de encontros e ao final sugere-se que o grupo assuma um compromisso para dar continuidade às reuniões de estudo. As orientações para a realização dos encontros vão desde a preparação do ambiente - em círculo, com bandeira do MMC, símbolos do trabalho das mulheres (alimentos, sementes, artesanato) e livros ao centro - até os trechos a serem lidos pelas participantes, estimulando assim a participação das mulheres.

reflexão sobre os problemas vivenciados por elas (fome, êxodo rural, tripla jornada de trabalho, opressão pelos homens, problemas de saúde, discriminação por ser mulher). Busca-se assim conduzir ao entendimento de que a exploração das mulheres é uma forma de exploração que está também, mas não unicamente, ligada ao pertencimento à classe trabalhadora. A exploração das mulheres é apresentada como resultado da forma como a nossa sociedade está organizada, ou seja, de caráter capitalista e patriarcal onde quem domina é o lucro e o homem.

Porém, diante disso, as mulheres não são representadas como vítimas<sup>44</sup> passivas de todo esse processo, pelo contrário, apresenta-se a possibilidade de mudança e enfatiza-se que esta deve vir a partir da organização das mulheres. Portanto, é necessário se organizar e se fortalecer para enfrentar os problemas “porque se cada uma ficar chorando em sua casa, a opressão continua”, alerta uma das passagens de uma cartilha. Além disso, relembra-se a própria história do MMA, surgido em 1983 por um grupo de mulheres em Nova Itaberaba/SC e sua trajetória de lutas e conquistas.

Considerando que a educação popular é um aspecto central da formação política realizada pelo MMC, chamamos atenção para a própria definição de educação que é apresentada. Educar é “despertar a verdade mais profunda que existe em nós e nos fazer **ainda mais capaz** de desempenhar nossas tarefas e funções na vida social e no Universo como um todo” (MMC, 2010, p. 5, grifo nosso). Como é possível perceber, a definição acima destaca que já existe uma capacidade de realizar algo por parte de quem aprende, ou seja, não se trata de alguém que não possui nenhum conhecimento. Outro elemento a destacar se refere ao uso das palavras “verdade” e “Universo” que sugerem que a educação possui aspectos ligados a uma dimensão mais “espiritual” da existência humana, não se restringindo à materialidade desta.

Neste sentido, ao guiar-se pelos princípios da educação popular de Paulo Freire, o movimento mostra a importância de “aprender a fazer fazendo”, buscando reunir, dialogar e conhecer a vida das mulheres camponesas. Desta maneira, a organização aparece então como o grande desafio para a libertação das mulheres e a transformação da sociedade, já que ao se lutar por direitos mudam-se formas de pensar e agir. “Na medida em que somos capazes de lutar pelo melhor para nossas famílias, estamos transformando a sociedade, porque a sociedade pra cada uma de nós começa onde nós moramos e vivemos” (MMC, 2010, p. 7). Portanto, a visão de sociedade que o movimento apresenta não coloca a sociedade como algo distante, o “outro”, pelo contrário, a sociedade somos nós. Transformando nossa maneira de agir e pensar, estamos mudando a sociedade. A responsabilidade pela mudança é assumida como tarefa individual e coletiva, pois algumas mudanças não podem ser resolvidas no âmbito local/regional, sendo necessário, portanto, promover articulações com o movimento a nível nacional bem como com outras organizações da classe trabalhadora.

Partindo dos princípios da educação popular, o movimento busca variadas ferramentas metodológicas para que as mulheres camponesas possam apreender os temas a serem refletidos. Dentre estas ferramentas estão o uso de histórias, dinâmicas e contos como instrumentos indiretos de reflexão. Busca-se ainda dar atenção especial para aspectos subjetivos relacionados às possíveis situações de desvalorização, medo e violência que as mulheres possam ter vivenciado. Além disso, busca-se fomentar que as mulheres cultivem valores como solidariedade, amor pela vida, responsabilidade e cooperação.

Dinâmicas como “ajuda mútua” realizada em dupla, onde uma mulher com uma venda nos olhos é conduzida pela outra apenas pela voz, e em seguida os papéis se invertem; ao término, busca-se fomentar que as mulheres falem sobre os sentimentos que surgiram no

---

<sup>44</sup> Em um ou outro material pode aparecer o termo vítima, porém, este não deve ser tomado “ao pé da letra”, já que continuamente aparece o discurso que busca suscitar o empoderamento das mulheres.

momento em que estavam sendo conduzidas. A brincadeira busca criar confiança umas nas outras. Outras dinâmicas procuram fortalecer a autoestima das mulheres bem como estimular a manifestação de carinho e afeto, sempre fomentando que as mulheres falem de sentimentos e bloqueios ocorridos durante a brincadeira. As histórias e os contos também ocupam papel de destaque, sendo novamente instrumentos indiretos de reflexão sobre valores como solidariedade, autonomia e união. É possível perceber as heranças da Teologia da Libertação e do método ver/julgar/agir do qual Betto (1985) se refere nas metodologias de formação do MMC.

Destacamos a importância dos materiais elaborados pelo movimento como ferramenta de formação política e organização dos grupos de base. Como pudemos perceber durante o trabalho de campo existe uma preocupação em trabalhar os temas de interesse a partir de um ponto de vista próprio do movimento. Por isso embora materiais elaborados por outras entidades e instituições possam servir de referência para ações de formação, prioriza-se a elaboração de materiais com conteúdos e formas de apresentação que sejam compatíveis com os focos do MMC e a realidade das mulheres. Elaine, 36 anos, residente na Linha Boa Vista, em Chapecó, que trabalha atualmente na secretaria do Centro de Formação Maria Rosa lembra que começou a participar do movimento através do grupo de base de sua comunidade. Ela destaca o papel das cartilhas para orientar a preparação e organização das reuniões:

Era bom porque você já preparava alguma coisa. Ah o próximo encontro vai ser na casa da dona Nita. Então tu já pegava a cartilha e via o que tinha que arrumar ali, uma vasilha com alimentos, com sementes, com flor, arrumar aquela mesa com a bandeira do movimento. E a mística, você tinha que elaborar aquela mística que tinha ali. Então ali você estudava tudo aquilo. Eu gostava.

Além da importância das cartilhas para a organização dos grupos de base, Elaine destaca ainda a mística, que é um dos elementos da formação política que possibilita a constituição de uma identidade coletiva, de um “nós”, enquanto mulheres camponesas. A mística é um dos componentes centrais na organização de movimentos sociais rurais politicamente próximos do MST, quem primeiro instituiu esta prática, muito por influência da Igreja Católica. Neste sentido, Nunes (2014) destaca que no MST a mística se tornou parte do processo de organização política, sendo uma forma de conscientizar e fortalecer os membros do movimento, impulsionar a permanência das lutas, resgatar a memória do movimento e fortalecer a identidade sem-terra.

Esses elementos também podem ser observados com relação ao MMC/SC, mas queremos enfatizar em especial aspectos relacionados à memória do movimento. Na primeira cena da mística de abertura da XII Assembleia Estadual do MMC/SC Joana aparece pilando arroz e falando do orgulho que tem da vida de camponesa, dos 31 anos de luta do movimento, dos direitos conquistados, num cenário onde aparecem faixas, folders e cartilhas com dizeres “direito a uma educação que transforma e liberta”, “mulheres camponesas na luta por saúde integral”, dentre outros. Na cena seguinte, ao fundo um vídeo mostra a vida no campo enquanto duas mulheres aparecem conversando, onde uma fala para a outra da história do MMC. Ao final, aparecem imagens do I Encontro Nacional do MMC em Brasília e crianças mostram faixas com o lema do encontro “Construindo emancipação, agroecologia, autonomia, vida”.

Percebe-se desta maneira um estreito vínculo entre mística e memória, onde a primeira motiva a segunda e vice-versa. Ao analisar as relações entre sujeito, narrativa, história e memória, Delgado (2003) enfatiza:

Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder. Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizadas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado (DELGADO, 2003, p. 10).

Através da memória, que simboliza também conhecimento e experiência, os indivíduos podem examinar a temporalidade de suas vidas; assim, “a memória atualiza e presentifica o passado, uma vez que é retenção, mesmo que inconsciente ou encoberta da experiência vivida e dos sentimentos preservados” (DELGADO, 2003, p. 16-17). A memória pode ultrapassar até mesmo o tempo de vida individual em que se passa de uma cronologia atual para uma ancestral, fundindo memórias individuais e coletivas que podem servir como fontes para produzir conhecimentos históricos (Delgado, 2003).

Percebemos assim que acionar a memória do movimento é uma forma também de colaborar para a inserção das mulheres camponesas como sujeitas da história. Ainda no que se refere à mística no MMC observa-se que esta além de celebrar a memória do movimento e assim construir a sua história, busca também exaltar a identidade política da mulher camponesa, identidade esta que vai sendo construída a partir da valorização de símbolos ligados ao campo e ao trabalho da mulher. Os símbolos são usados nos momentos de mística, ornamentação dos espaços, momentos de organização e luta e são expressões da memória e dos ideais do movimento, sendo entendidos como elementos materiais e, sobretudo, imateriais da cultura camponesa. Para o MMC, cultura é:

Tudo aquilo que criamos com nossas mãos, nosso trabalho, nos nossos relacionamentos com as pessoas, na vida em comunidade. Cada um de nós tem cultura porque vai respondendo aos desafios que a natureza oferece. Se nosso corpo apresenta fome ao longo do dia, o desafio é produzir alimentos e prepará-los para alimentar nosso corpo, aprendemos com isso (MMC, 2010, p. 14-15).

Cozinhar assim como cultivar os alimentos são ações que envolvem conhecimento por parte de quem as realiza; a concepção de cultura que o MMC traz busca assim valorizar a experiência e o trabalho das pessoas, em especial das mulheres. Após refletir sobre o papel da mulher na sociedade, principalmente da mulher camponesa, se desvendam as relações de opressão no “ser camponesa”, possibilitando a identificação de um “nós”, mulheres camponesas. Busca-se a valorização do “ser camponesa”, o que pode ser evidenciado em espaços, falas, poemas, hinos. Porém, ao mesmo tempo em que se busca enaltecer o trabalho e a cultura da mulher camponesa, é possível perceber os antagonismos refletidos nas preocupações com relação às mudanças que colocam em risco a continuidade da agricultura camponesa, como podemos perceber no poema abaixo:

#### **Mulher da roça**

De muitos sonhos e tão poucos amores

Arrendatária, proprietária ou bóia-fria  
 Que cotidiano é o teu  
 Que começa bem antes do sol nascer  
 E só acaba muitas horas depois do anoitecer  
 Mulher da roça já não plantas a cebola,  
 Nem a batatinha  
 E por falar nisso, cadê suas galinhas  
 Que andavam soltas pelo terreiro?  
 Tiveram de dar lugar às galinhas brancas do grande galinheiro,  
 Aquela que cresce rápido e custa pouco  
 Te subordina e te explora  
 Para isso fizeram tua família uma integrada.  
 Mulher da roça, o tempo passa depressa  
 Tudo vai se transformando  
 E se reelaborando.  
 Tu já não bebes a água pura da fonte  
 Porque a enxurrada lá do monte  
 Desce contaminada de tanto veneno.  
 Tu que lavas, passas, cozinhas, amas, educas, ara a terra e silencia...  
 Porque não é vista como trabalhadora  
 Por não estar inserida num meio considerado produtivo.  
 Mulher da roça  
 Dona de seus afazeres e detentora de muitos poderes  
 Que se cultivam e se transmitem nesta coletividade  
 Tu é que sabes a época adequada de semear, transplantar e colher  
 Cada produto da terra  
 De acordo com as fases da lua.  
 Bendita mulher da roça,  
 Querem acabar com a agricultura  
 Que vais fazer tu com os balaios da taquara,  
 Os cestos de vime e as sacolas de palha?  
 Pode ser que os homens cá da cidade  
 Se preocupem em guardá-los  
 Para que um dia nossos filhos possam saber  
 Como era a vida da mulher da roça...

É diante das mudanças decorrentes dos impactos causados pelo modelo de agricultura moderna que o MMC define suas fronteiras políticas e atua em busca da construção de um projeto de agricultura camponesa baseado nos princípios da Agroecologia, tema que será discutido a seguir. Vale lembrar que as mudanças não se restringem aos aspectos ligados à produção, já que as formas de interação social também se modificaram, principalmente devido à tecnologia e ao uso do celular e da internet.

Outro elemento central da construção e fortalecimento de uma identidade política camponesa são os cantos e hinos do MMC entoados em encontros e espaços de reunião e formação. Para Mota (2006), a fala adquirida pelas mulheres trabalhadoras rurais<sup>45</sup> simboliza

---

<sup>45</sup> As mulheres trabalhadoras rurais a partir dessas vivências vão construindo uma narrativa própria e temporal em que se referem a um *antes* do movimento, quando não falavam, eram escravizadas, sem valor, não sabiam de nada, tinham medo e não podiam, e um *depois*, em que se experimentam como gente, trabalhadora e mulher de valor que pode falar sair de casa reivindicar e se experimentam sem medo de ser mulher. Nessa narrativa sobre a história delas no *movimento*, a conquista da *fala* é o demarcador de um novo tempo e uma possibilidade concreta pela qual podem *contar a própria história* (MOTA, 2006, p. 350).

“modos típicos de fazer política”, podendo ser expressa, por exemplo, através de poesias e músicas onde aparecem relatos, histórias, sonhos, utopias. “A música anima, celebra e incute valores e esperança” (MOTA, 2006, p. 350). Há uma “vinculação entre subjetividade e cidadania em que a política aparece como lugar de uma nova sociabilidade e de outra experiência subjetiva” (MOTA, 2006, p. 352). Além disso, destacamos que os cantos e hinos são responsáveis também por trazer lembranças sobre a história do movimento e momentos marcantes de lutas. A memória, como dito antes, seja ela pessoal e/ou coletiva é mais um elemento constituinte do processo de construção da identidade política das mulheres camponesas.

“A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes” (MARTINS, 1981, p. 26). A versão dominante da história do Brasil está ligada a uma origem oficial, vista da ótica das classes dominantes, dos homens de ciência<sup>46</sup>. Portanto, se a dimensão de classe não está contemplada em nossa história oficial, o que se dirá da perspectiva de gênero! Neste sentido, o resgate das mulheres na história é parte do processo de conscientização sobre as relações de opressão, tanto de gênero quanto de classe. Assim, “recuperar a história é uma forma de muitas mulheres lutarem pelo empoderamento e constituírem-se em sujeitos da história” (SAVOLDI et. al., 2010, p.9).

Desta maneira, vemos na seção “mulher lutadora” dos informativos do MMC/SC memórias de mulheres que fizeram história, de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo a companheiras do próprio MMC/SC, mulheres já falecidas e que ajudaram a construir o movimento. Na XII Assembleia Estadual do MMC/SC, uma das místicas abordou o papel dirigente de mulheres lutadoras como Chica Pelega, Rosa de Luxemburgo, Olga Benário, Dandara, Margarida Maria Alves, Elisabeth Teixeira, Rose Marie Muraro, dirigentes do MMC, dentre outras.

Destas, destacamos a memória de Francisca Roberta, mais conhecida como Chica Pelega; segundo SAVOLDI et. al. (2013), a memória de Chica Pelega foge aos padrões que priorizam os heróis, onde as heroínas ocupam no máximo o papel de coadjuvante. Chica Pelega foi guerreira do Contestado e tornou-se símbolo e fonte de inspiração à luta e organização política das mulheres do MMC no Oeste Catarinense, sendo entoada principalmente através de hinos de luta (Savoldi et. al., 2013).

Ao construir e resgatar a memória de mulheres lutadoras, cujas histórias de vida são referências de motivação e luta, o MMC/SC demonstra que as distintas relações de poder, entre classes e entre homens e mulheres, só serão mudadas mediante o reconhecimento e valorização das mulheres como sujeitas da história. Podemos afirmar, assim, que o MMC ao construir e resgatar a memória reconstrói a própria História.

A trajetória do MMC/SC é lembrada com orgulho e emoção por uma de suas dirigentes. Segundo ela, apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante os mais de 30 anos de história foi possível colher muitos frutos, como a participação das mulheres, as mudanças de atitudes, o resgate das sementes e, diferentemente de outros movimentos, “o MMC tem a teoria e a prática”. Instigada por esta afirmação parti em busca de conhecer melhor o universo ligado às práticas realizadas pelo MMC/SC na construção de um projeto de agricultura camponesa.

---

<sup>46</sup>SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23-42. SCHWARCZ (1993) utiliza o termo “homens de ciencia” para se referir aos representantes dos institutos históricos e geográficos do país enfatizando as adaptações realizadas por estes no que se refere à absorção das teorias raciais européias para a construção do “destino” (branco) desejado para o Brasil.

### 3.2. Projeto de agricultura camponesa: uso de plantas medicinais e resgate de sementes crioulas.



Figura 4: Projeto de Agricultura Camponesa do MMC.  
Ilustração de Daniel Salvador. Retirada da cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”.

#### 3.2.1. Saúde: conhecimento e tradição

Hipócrates, que é considerado o pai da medicina já alertava para os vínculos entre alimentação e saúde: “que seu remédio seja o seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio”. Neste sentido, consideramos as práticas relacionadas ao uso de plantas medicinais como parte do projeto de agricultura camponesa. Antes de entrar no tema da saúde e das plantas medicinais, queremos atentar brevemente para a relação entre movimentos de mulheres e atuação no campo da saúde, e a associação entre questões de classe e gênero nos movimentos de mulheres.

De acordo com Ehenreich & English (2006), nos Estados Unidos da América (EUA) por volta dos anos 1830 e 1840 houve integração entre o movimento feminista e o Movimento Popular para a Saúde, que se opôs à tentativa de regulamentar o monopólio da prática da medicina naquele país. Inicialmente, o Movimento Popular para a Saúde conjugou as lutas de classe e gênero e conseguiu abolir as leis da regulamentação médica. No entanto, as feministas - que além da saúde das mulheres reivindicavam o acesso delas às faculdades de medicina - se desassociaram do Movimento Popular para a Saúde. Este perde força e a classe médica volta a se organizar e garante o monopólio da prática, aos homens, brancos e pertencentes às classes médias e altas dos EUA.

Neste sentido, ao perceber a associação entre classe, etnia e gênero nas relações de opressão evidenciamos a existência de diversos feminismos, perspectivas onde a questão de gênero pode se conjugar ou não com elementos ligados à classe e à etnia. É importante destacar outras formas de desigualdades além das que se baseiam na idéia de gênero, caso contrário:

O risco em posturas fundadas no princípio abstrato da igualdade e da liberdade é o de que encerrem outras formas de opressão e violência, mais

sutis, porque exercidas em nome de valores morais que não se discutem, precisamente porque são enunciados por quem detém o poder (SARTI, 2004, p.46).

No caso do MMC, como já vimos, este se apresenta como um movimento feminista e classista que busca conectar as diversas formas de opressão, gênero, classe e etnia em suas bandeiras de luta. Voltando à relação entre movimentos de mulheres e atuação no campo da saúde, vejamos a seguir como o movimento trabalha o tema da saúde das mulheres camponesas.

Nos materiais de formação aparecem questões ligadas à saúde da mulher, desde informações sobre a porcentagem de mulheres no Brasil atingidas por doenças como AIDS, câncer (o câncer de colo de útero é uma das principais causas de morte de mulheres), violência, depressão e osteoporose. Mas, para além das informações sobre as principais doenças que atingem as mulheres, percebe-se uma preocupação em fazer com que elas reflitam sobre as causas e motivos que as levam a adoecer. Desta maneira, algumas doenças estão associadas com a tripla jornada de trabalho a que elas estão impostas, ausência de momentos de descanso e diversão, e também à violência que podem sofrer, seja ela física e/ou psicológica.

Aparece ainda a importância de esclarecer que saúde é um direito universal e fundamental de todos e todas e dever do Estado, assegurado pela Constituição de 1988, a qual estabelece também o Sistema Único da Saúde (SUS). Neste sentido, buscando “conhecer para exigir nossos direitos”, as mulheres recebem orientações para garantir atendimento nas unidades de saúde e a realizar denúncia caso não consigam atendimento ou que sejam cobradas por este, enfatizando que não devem ser feitas cobranças monetárias ao usuário/a, pois, “saúde não é negócio é direito nosso”. Informa ainda sobre a política de atenção à saúde da mulher que deve atingir todas as fases da vida, garantindo atenção clínico-ginecológica, métodos de contracepção, exames e tratamento de câncer de colo uterino e mama, acompanhamento às gestantes, etc. O compromisso do MMC aparece principalmente no controle social através da participação nas conferências e conselhos municipais de saúde.

Além da divulgação de informações e direitos os materiais de formação buscam também o fomento a uma vida saudável através da realização de práticas tradicionais no cuidado à saúde. Desta maneira, as mulheres são incentivadas a construir hortos de plantas medicinais e alimentícias, orientando sobre a escolha do local, formas de organização do espaço, recuperação e conservação do solo, importância de estudar e observar as plantas escolhidas, identificar as espécies e saber as suas indicações, realizar coleta, secagem e armazenamento das plantas medicinais.

Ao longo da XII Assembleia do MMC/SC foi possível perceber o interesse das mulheres pelo uso das plantas medicinais em conversas informais entre elas sobre o que é bom pra “isso” e/ou bom “praquilo”. O “Cantinho da Saúde”, espaço mantido durante o evento era o local de referência para as mulheres em caso de algum mal estar e/ou dor. É lá que encontramos Rita e outras mulheres do setor de saúde integral do movimento auxiliando as pessoas que buscam alívio para algum mal estar ocorrido durante o evento. Havia ainda na Assembleia a exposição fotográfica itinerante do projeto “No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do Oeste de Santa Catarina”.

Vale frisar que a conexão das mulheres com saúde e alimentação, e a busca por conhecimentos relacionados a estes temas constitui-se muitas vezes como “porta de entrada para o movimento”, conforme afirma uma das dirigentes do movimento, sendo as oficinas o principal espaço para que as mulheres possam aprender sobre as plantas medicinais. Seguindo os passos de Rita e Eduarda, que são lideranças que atuam no coletivo de saúde integral,

veremos alguns aspectos relacionados ao trabalho que elas realizam nesta área, que por sua vez está ligado aos grupos de mulheres do movimento, mas não restrito a eles.

Na estante de uma das salas da casa de Rita, ela aparece ao lado da presidenta Dilma e uma companheira do MMC em ocasião da entrega do “Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável”. O trabalho que ela lidera com o grupo de mulheres denominado Pitanga Rosa levou o grupo a se tornar um dos finalistas do prêmio, entregue em Brasília no ano de 2013. O Pitanga Rosa reúne mulheres da linha Faxinal dos Rosas e comunidades vizinhas, onde elas aprendem a identificar plantas medicinais, conhecer as propriedades terapêuticas destas, fazer chás, pomadas, xaropes, óleos, tinturas, travesseiros medicinais, entre outros.

Confesso que acompanhar a rotina de Rita não foi fácil, já que apesar de ser agricultura aposentada o seu cotidiano é cheio de tarefas. Além das atividades de casa/roça, do Coletivo de Saúde Integral e da regional de Chapecó do MMC, ela é ainda ministra da Igreja, participa da Pastoral da Saúde, faz parte do Conselho da Comunidade onde mora e ainda participa na diretoria do grupo de idosos denominado Quatro Estrelas, o qual reúne idosos de quatro comunidades vizinhas.

Rita atua pela Diocese de Chapecó na Pastoral da Saúde desde a sua criação, por onde teve a oportunidade de realizar um curso de homeopatia em Cuiabá, em 1987. Ela chegou a assumir a coordenação diocesana da pastoral e o seu reconhecimento enquanto liderança a levou a ser convidada a se candidatar a vereadora nas eleições municipais de 1996 pelo PT de Chapecó. Apesar de não ter sido eleita pelos 799 votos que recebeu, com a vitória do então candidato pelo PT, Rita foi convidada por ele para atuar na secretaria de assistência social da prefeitura, coordenando o trabalho com os grupos de mulheres.

Desta maneira, Rita continuou a realizar o trabalho que já fazia antes, porém pela primeira vez pôde receber um salário para isso, além de ter tido a oportunidade de se dedicar ao trabalho na prefeitura durante meio período do dia, de forma a não deixar seu ofício enquanto agricultora. Na reeleição do candidato do PT, em 2000, Rita conseguiu se eleger vereadora e nessa gestão pôde consolidar o trabalho com as plantas medicinais no município, com a criação de um horto medicinal e um laboratório de plantas na cidade de Chapecó. Trabalhando na prefeitura ela teve a oportunidade de estudar e completar o primeiro e o segundo grau<sup>47</sup>. Com a saída do PT da prefeitura finaliza-se também a “carreira política” de Rita, mas a seguir ela foi convidada pelo movimento para ajudar a coordenar o trabalho com alimentação e plantas através da criação do coletivo de saúde integral do MMC/SC.

Foi após se aposentar, por volta de 2007, que Rita passou a se dedicar mais intensamente ao trabalho com as plantas. Em sua propriedade existem dois hortos de plantas medicinais, um situado ao lado da casa e outro localizado próximo à roça. Este contém uma variedade de espécies de plantas, diversas destas identificadas por placas contendo nome popular, científico e usos. Vale destacar que a localização das plantas medicinais não está restrita aos espaços dos hortos; estas são encontradas em outras áreas da propriedade, como na horta, por exemplo, já que muitas das plantas comestíveis possuem uso medicinal, como por exemplo, gengibre, salsa, açafrão, agrião, alho.

Rita reúne as mulheres do grupo Pitanga Rosa em sua casa em dois dias durante a semana conforme a disponibilidade delas; uma parte do grupo se encontra nas segundas e outra nas quintas, no período da tarde. Porém, nas segundas, ainda de manhã, chegam algumas mulheres – em torno de duas a quatro, varia - que moram na cidade de Chapecó e são amigas de Rita.

---

<sup>47</sup>Através do Programa Terra Solidária, em que ia para Pinhão uma vez por mês e ficavam três dias durante o período de dois anos (primeiro grau num ano e segundo grau no outro).

De forma geral, as mulheres se dividem nas atividades de colheita e corte das plantas, limpeza e higienização de vidros, preparo de álcool a 70% para fazer as tinturas, elaboração de óleos, pomadas, etc. As mulheres que vêm da cidade, como costumam passar o dia inteiro ajudando a fazer os remédios também se responsabilizam pelo preparo do almoço e limpeza da cozinha. Na segunda à tarde chegam mulheres da comunidade e vizinhança que se envolvem nas atividades citadas anteriormente, sendo que as que já têm mais prática ajudam a dinamizar os remédios homeopáticos<sup>48</sup>. Na quinta à tarde, outra parte do grupo de mulheres, em geral da comunidade e vizinhanças, se envolve na realização de tarefas de caráter similar.

Embora não seja o nosso objetivo analisar em profundidade o detalhamento das práticas mencionadas, queremos destacar ao menos uma como forma ilustrativa do potencial destas ações. Existe uma planta chamada erva baleeira (*Cordia verbenacea*) que possui aroma idêntico ao do “caldo de galinha”, produto industrializado utilizado para temperar a comida. É por isso, mas com a vantagem de ser um alimento natural, que uma das receitas que fazem bastante sucesso entre as mulheres é a elaboração do sal temperado com erva baleeira. Além de ser usada no preparo de alimentos, a erva baleeira possui também ação antiinflamatória e anti-reumática sendo usada para combater artrite, nevralgias e dores musculares. Por estas propriedades medicinais é que se faz um óleo ou pomada para massagem, que se pode usar a baleeira em combinação ou não com outras plantas de propriedades similares e/ou complementares.

Os diferentes usos da erva baleeira ilustra o que costuma ocorrer com relação ao uso de plantas medicinais, que em geral possuem diversas propriedades terapêuticas além de seu possível uso para fins de alimentação. No que se refere à dinâmica de funcionamento do grupo de mulheres Pitanga Rosa destacamos que este funciona principalmente como um espaço onde se “aprende fazendo”, em que Rita explica as formas de identificação das plantas, suas propriedades medicinais e os procedimentos empregados para o seu uso, que é na maioria das vezes muito diversificado.

Para uma das mulheres que participa nos encontros de segunda “não tem escola que ensina”, se referindo ao que aprendem junto com Rita. Existe ainda outro componente interessante nessa dinâmica de encontros semanais, que é também uma espécie de “lazer”, ao menos para as mulheres que moram na cidade. Foi possível perceber que elas se sentem bem ao se reunir, ocasião em que podem conversar e falar sobre a vida, possíveis problemas que as afligem, ou mesmo se esquecer destes, ao menos por alguns momentos, no ambiente da “roça” (ambiente que pode ser revigorante especialmente no caso das mulheres que moram na cidade).

Mas se as reuniões do grupo podem atuar de maneira positiva para as mulheres do ponto de vista da sociabilidade que gera, há que se destacar também outro elemento que está ligado ao próprio “poder” das plantas, já que estas são portadoras de propriedades medicinais, e o contato com elas possibilita alcançar um benefício “energético”. Após visitar o horto<sup>49</sup>, enquanto ajudo Rita a colher mandioca ela enfatiza que “mexer com a terra é bom pra renovar as energias”, expressando que existe uma relação simbólica estabelecida com a natureza. O simbolismo aparece ainda em alguns materiais sobre os cursos de plantas medicinais que Rita ministra, como nas orientações para a realização da “meditação do chá”<sup>50</sup> a qual visa potencializar o poder curativo das plantas durante a ingestão de um chá.

---

<sup>48</sup> Dinamizar é um procedimento onde ocorre a diluição da substância, seguida pela agitação desta, que pode ser feita de forma manual ou mecânica. Quanto maior a dinamização da substância maior será a sua potência.

<sup>49</sup> A visita ao horto se deu para que eu conhecesse a área e também para realizar a colheita de algumas plantas que seriam cultivadas no horto próximo a casa e/ou usadas para fazer mudas para as mulheres. Fazendo limite com a área de reserva da propriedade, o horto é cercado de um lado por uma fileira de bananeiras e por outro com cana de açúcar. Próximo à área do horto existem pés de pokan, araruta e o mandiocal.

<sup>50</sup> O texto sobre a meditação do chá encontra-se disponível em: <http://goo.gl/MWZRNP>. Acesso em: 10/01/2016.

Com relação à dinâmica do grupo Pitanga Rosa, além do conhecimento que as mulheres adquirem, elas costumam levar para casa remédios que necessitam para si e/ou parentes e conhecidos. Além dos remédios, Rita costuma oferecer ainda às mulheres produtos da horta, além de mudas e sementes. Os remédios feitos pelo grupo são usados por Rita para atender pessoas da comunidade e vizinhanças que vêm em busca de remédios naturais. A procura pelos remédios é grande, sendo ela bem conhecida na região.

Em rápida conversa com uma professora do curso de serviço social da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) que foi buscar alguns remédios, ela me conta que desde que entrou na menopausa passou a usar apenas os homeopáticos de Rita e não precisou fazer reposição hormonal; ela diz que é preciso ter persistência, mas é bom. Rita costuma cobrar R\$ 10,00 por cada vidro de remédio, seja tintura, homeopático, xarope, pomada, etc. Apesar dos custos existentes com a compra dos insumos – embalagens, vidros e etiquetas, álcool de cereais, dentre outros - ela consegue garantir renda nesta atividade em que foi se profissionalizando. Porém, vale ressaltar que não se trata de um trabalho pautado apenas em relações monetárias, já que, principalmente com alguns vizinhos, ela costuma estabelecer relações de troca ou reciprocidade, isto é, remédios podem ser trocados por serviços, alimentos (como tomate orgânico ou vinho colonial que é produzido em algumas propriedades), entre outros.

Rita costuma receber estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó que a visitam para conhecer o seu trabalho. Além disso, Rita firmou firmadas parcerias com entidades como a UNOCHAPECÓ, Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) e o Museu Histórico de Pinhalzinho. O projeto do Museu “No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do Oeste de Santa Catarina” foi realizado durante o ano de 2013 e tinha como objetivo mapear, registrar e salvaguardar os saberes orais de benzedores e benzedoras dos municípios de Pinhalzinho, Chapecó e Campo Êre. O projeto previa realização de oficinas de saúde, produção de cartilha e exposição itinerante.

Vale destacar que práticas tradicionais de cuidado à saúde como as que são realizadas por benzedoras/os vêm inclusive sendo reconhecidas como ofício, como comprova o caso do Movimento Aprendiz da Sabedoria (MASA) que conseguiu aprovar leis aonde a prática de benzer vem sendo reconhecida nos sistemas de saúde dos municípios de Rebouças e de São João do Triunfo, no Paraná<sup>51</sup>.

O uso de plantas medicinais envolve conhecimentos tradicionais que são repassados ao longo das gerações. Foi a partir do conhecimento que adquiriu com pessoas da família, sobretudo as mulheres, que fez com que Rita se interessasse em se aprofundar sobre o tema:

Era um sonho que eu tinha de conhecer mais, de saber a importância do valor das plantas, porque a gente tinha a prática, o uso, mas não tinha teoria né, de conhecer, de saber. Por isso eu me dediquei nessa área das plantas, mas uma coisa eu nunca deixei de ver foi esse sistema que a mãe ensinava, de ter a horta, o chá, os remédios.

Há uma união entre o saber popular, herdado de mães, avós e tias, e conhecimento científico adquirido em cursos como o de Homeopatia, Fitoterapia – realizado no ano de 2014 - e Psicoterapia, que ela estava cursando em 2015. O curso de Psicoterapia, assim como o de Fitoterapia são ministrados por José Maria Gomes, presidente do Conselho Brasileiro de

---

<sup>51</sup>Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/as-benzedoras-e-o-movimento-aprendizes-da-sabedoria>. Acesso em: 20/12/2015.

Fitoterapia, Psicoterapia, Psicanálise e Regulamentação Profissional. São cursos de capacitação profissional e que ocorrem em módulos. Os encontros do curso de Psicoterapia ocorrem em média uma vez por mês no chalé existente na propriedade de Rita, local que serve a múltiplas funções, da secagem de ervas, à realização de cursos, oficinas e festas.

Essa junção entre saber popular e conhecimento científico proporcionou a compreensão dos mecanismos de atuação que possibilitam às plantas o seu papel curativo. Ao me contar sobre a programação de um curso de plantas medicinais que está ministrando, Rita se emocionava ao relatar sobre o valor contido nos conhecimentos que aprendeu com sua mãe. Após ler as propriedades medicinais de algumas plantas, ela destaca em especial a do “hortelã levante”, planta que gera um ambiente meditativo e de reflexão<sup>52</sup> e que segundo sua mãe “sempre tinha que ter em volta da casa, não podia faltar”. A mãe, que era analfabeta, tinha uma sabedoria que não vinha das letras, mas da tradição herdada ao longo das gerações. Amanda, filha de Rita, relata a vinculação entre os saberes populares sobre as plantas medicinais e alguns hábitos antigos, como apanhar com vara de marmelo:

Uma história interessante, que eu fui descobrir só mais tarde. Por quê que a gente apanhava de vara de marmelo, que era tão antigo, do meu avô, que só batia nas crianças com vara de marmelo. Porque o marmelo é uma planta muito forte, que ela tem uma energia tão forte que faz as pessoas repensar as atitudes, faz as pessoas rever algumas atitudes, a questão do compromisso, do comprometimento [...] Porque não é que era uma vara doída, que doía muito, mas assim que levava a criança a repensar as atitudes, a rever, não servia só pra amedrontar, mas pra chamar a atenção pro erro que tinha cometido.

Ainda que a dor sentida na referida prática possa ser mais ou menos intensa a depender de quem a sente, é interessante destacar a partir do relato acima como se estabelecem conexões entre determinadas plantas e situações, neste caso o poder, ou energia, do marmelo atuando para a transformação de uma atitude indesejada. Percebe-se assim que as diversas relações entre plantas e pessoas sendo que o poder de “cura” dos vegetais pode ser observado tanto na ingestão de um chá quanto no instrumento de “correção” diante de uma atitude considerada reprovável.

No caso de Rita, em que o uso das plantas medicinais é uma espécie de tradição familiar, uma questão que sempre emerge se refere à continuidade do seu trabalho quando ela não mais estiver viva ou em condições de fazê-lo. Há indícios de que uma das netas possam se comprometer em continuar o trabalho da avó, de alguma maneira. No entanto, o neto de Rita, apesar de ter aproximadamente dez anos, não aparece como possibilidade, até porque quando ele está na casa de Rita se apresentava mais ligado ao espaço do avô, ou seja, nas atividades de trato com os animais da propriedade.

A influência da família no uso de plantas medicinais também atuou no caso de Eduarda, de Palmitos, pois seu avô materno era homeopata. Apesar da existência do cultivo e uso de plantas medicinais já existir, segundo Eduarda após os cursos e formações do movimento a prática cresceu significativamente. Ao chegar à propriedade de Eduarda não tem como não se admirar com a beleza do lugar: a casa de madeira com orquídeas na varanda é rodeada de vegetação: além da porção de “mato”, viveiros com plantas ornamentais, aromáticas, medicinais e horto medicinal compõem a paisagem.

O nome do horto, Aroma Flor, foi escolhido devido às plantas aromáticas e flores medicinais que ali estão presentes em grande maioria. Além do horto, existem dois viveiros

---

<sup>52</sup> O livro se chama Fitoenergética: A energia das plantas no equilíbrio da alma. Autor Bruno J. Gimenes.

onde são cultivadas plantas ornamentais como orquídeas, bromélias, suculentas, plantas aromáticas e medicinais. A extensa área de “mato”, localizada próxima a casa, possui uma variedade de plantas, muitas delas de uso medicinal.

Consideramos que “mato” é uma categoria utilizada para designar uma área com vegetação arbórea nativa, no entanto, o seu significado pode diferir. De forma geral é usado de maneira depreciativa para referir-se a um determinado espaço que contém vegetação em pé, porém, no caso em questão ocorre o contrário. Desta maneira, Eduarda utiliza a palavra mato para se referir à vasta área verde preservada de sua propriedade, no entanto, sua significação é aqui vista de forma positiva, afinal no mato tem vida e é de lá que se extraem as plantas que auxiliam no cuidado à vida. O conhecimento sobre o “mato” adquire assim aspecto central, afinal é necessário ter experiência com o “mato”, caso contrário, este é visto como sem “utilidade”, e, portanto, algo improdutivo que deve ceder lugar a outras atividades.

Seria impossível enumerar todas as plantas de uso medicinal que foi possível ver nesta área de “mato”, mas para citar apenas algumas temos o chá de bugre, cipó mil homem, cipó são João, erva de São João, Pariparoba, arnica do mato, cipó escadinha, angico. Plantas nativas e algumas plantadas<sup>53</sup> podem ser visualizadas ao longo da trilha que se realiza com os grupos que Eduarda costuma receber: grupos de mulheres, escolares, e os que a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) vêm acompanhando. A propriedade é, portanto, uma referência em preservação no município.

Eduarda, que é agricultora aposentada, consegue garantir uma renda variável através da venda de plantas medicinais, aromáticas e ornamentais que é realizada em feiras e encontros promovidos por movimentos sociais e igrejas (Eduarda e a filha fazem parte da PPL da IECLB); as vendas são feitas em conjunto com sua filha Denise que vende artesanato e plantas suculentas. As bromélias, encontradas em grande proporção nos viveiros e também próxima ao mato, apesar de não venderem tanto como os temperos e as plantas aromáticas, são as plantas favoritas de Eduarda.

Eduarda é responsável pelo acompanhamento de cinco grupos de mulheres do município de Palmitos. Através de uma parceria iniciada há oito anos com a prefeitura, quando da posse do atual prefeito que foi reeleito, foi possível garantir o acompanhamento dos grupos, cada um deles contendo em torno de 10 a 15 mulheres. Além do grupo da Linha Santa Terezinha, onde Eduarda reside, os demais grupos se localizam nas Linhas: Central, Gruta, Santa Lúcia e Santa Catarina, este último surgido recentemente. A parceria disponibiliza um carro e uma assistente social da prefeitura (que é responsável pelo Programa de Habitação Rural, Minha Casa Minha Vida do município), viabilizando assim o deslocamento de Eduarda da cidade de Palmitos até o interior, onde estão os grupos.

Em uma oficina com o grupo da Linha Central, as nove mulheres ali presentes se reuniram numa tarde para a elaboração de um óleo para a pele, feito com flores de calêndula, cipó de são João e capuchinha; o óleo pode ser usado para doenças da pele como psoríase. Após o preparo do óleo, Eduarda leu sobre as propriedades medicinais das plantas utilizadas e também de outras plantas. As mulheres contribuem com uma pequena taxa mensal, cerca de três reais, para a compra dos materiais necessários para as práticas e ao final da oficina cada uma delas leva para casa um pouco da receita que fizeram.

A oficina é um espaço para aprendizado e troca de experiência, onde se aprende a identificar e usar corretamente as plantas de uso medicinal. Como muitas plantas foram se perdendo, o conhecimento associado a elas também se perdeu. Sem conhecimento não existe ação; resgatar o conhecimento sobre as plantas medicinais é fundamental para poder utilizá-

---

<sup>53</sup>Uma parte da área possui enormes abacateiros que foram plantados - cerca de 50 pés e que depois foram se multiplicando “por conta”.

las, o que, por sua vez, também contribui para a conservação das espécies, claro, desde que bem manejadas.

Eduarda frisa que se preocupa em repassar o que sabe, sendo o seu trabalho voltado para a troca de conhecimentos e experiências, mas este não é o seu único objetivo. Há também a expectativa de que o trabalho com as plantas possa gerar renda. Neste sentido, Eduarda se mostra bastante confiante com a articulação que vem sendo feita entre integrantes da regional de Chapecó do MMC/SC em parceria com a UNOCHAPECÓ e outros envolvidos para a criação de uma cooperativa regional para cultivo e beneficiamento de plantas medicinais. A ideia seria iniciar o negócio focando nas doze plantas medicinais que são liberadas pelo SUS e que poderiam ser utilizadas para abastecer a rede pública de saúde<sup>54</sup>.

Como vimos, saúde é um tema chave no MMC/SC, onde se busca divulgar informações sobre direitos sociais, saúde da mulher e fomento a uma vida saudável. Embora o cuidado com a saúde valorize práticas tradicionais como uso de plantas medicinais, percebe-se que há uma ligação entre conhecimentos populares e científicos. As oficinas do movimento são espaços onde ocorre troca de conhecimentos e experiências, propiciando ainda uma sociabilidade que pode atuar de maneira benéfica para as mulheres. Por fim, percebe-se que existe preocupação em garantir alternativas de geração de renda a partir do cultivo e uso de plantas medicinais. Além das ações de fomento ao uso de plantas medicinais, o resgate de sementes crioulas aparece como outro componente do projeto de agricultura camponesa do MMC/SC, tema que veremos a seguir.

### **3.2.2 Resgatando sementes, sonhos, vida**

Dentre as diversas transformações decorrentes do modelo de agricultura moderna estão os impactos à saúde humana e aos ecossistemas devido ao uso de agrotóxicos e fertilizantes, que contaminam alimentos, solos e águas, além da perda da biodiversidade e a significativa redução na variedade de alimentos consumidos pela população mundial. Essas são algumas das causas que justificariam a defesa e constituição de um projeto de agricultura camponesa com base nos princípios da agroecologia pelo MMC.

A agroecologia possui uma dimensão ampla e complexa, pois seus princípios se baseiam não apenas em aspectos técnicos de produção, mas em variáveis sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas e éticas. O objetivo é alcançar uma agricultura sustentável, porém, não se trata apenas em substituir o uso de insumos químicos por orgânicos. A agroecologia visa apoiar a mudança do modelo de produção convencional a estilos de agriculturas de base ecológica, o que deve ser feito de modo gradual através da transição agroecológica, sendo fundamental nesse processo a mudança de valores e atitudes dos atores sociais envolvidos no manejo e na conservação dos recursos naturais (Caporal & Costabeber, 2004).

O enfoque agroecológico considera os ecossistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo e nestes sistemas os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados como um todo. A agroecologia provê as bases ecológicas para a conservação da biodiversidade na agricultura, além de restabelecer o balanço ecológico dos agroecossistemas, de maneira a alcançar uma produção sustentável (Altieri & Nicholls, 2000). Além do enfoque científico, Petersen, Kessler e Caporal (2009) destacam que a agroecologia pode ser compreendida também como

---

<sup>54</sup> As doze espécies liberadas pelo SUS são: Aroeira, Cáscara Sagrada, Garra do Diabo, Soja, Tansagem (Transagem ou Tanchagem), Salgueiro, Alcachofra, Babosa, Espinheira Santa, Guaco, Hortelã e Unha de Gato. Vale frisar que as plantas só podem ser oferecidas nas feiras como ervas para chá, sem indicação e doses.

um movimento social devido à atuação política que vem realizando para combater políticas de estímulo ao modelo convencional de produção de alimentos.

No caso do MMC/SC consideramos o resgate de sementes crioulas uma das principais ações relacionadas ao fortalecimento da agroecologia e ao projeto de agricultura camponesa, afinal a retomada pelo controle das sementes é fundamental no processo de luta em defesa da soberania alimentar. A centralidade do trabalho com as sementes pôde ser observada durante a XII Assembleia do MMC/SC, cuja lembrança final do encontro era embalagens contendo batatas de Dália que trazia a seguinte informação:

A dália é uma planta originária do México, que pode atingir de 0,30 a 1,50 metros de altura. É uma planta de clima temperado que no inverno entra em dormência e floresce no final da primavera até o outono. A recuperação da semente de dália volta aos jardins como símbolo de resistência e preservação de sementes crioulas e compromisso do MMC.

Com isso, depreende-se que a referida planta, a qual se apresenta em distintas cores, encontrava-se “sumida” dos quintais e a ação visa resgatar o seu plantio. Além da lembrança do encontro, cada regional recebeu um potinho de iogurte natural, cuja “sementinha”, representada pelo próprio iogurte, deveria ser multiplicada para que pudesse chegar a cada mulher camponesa do movimento.

A ornamentação do encontro realçava a presença de plantas, flores, frutos, pedras, terra e sementes. À frente da mesa de abertura do evento foi formada uma mandala de biodiversidade, cujo centro era preenchido com alimentos, plantas, frutos e flores que eram rodeadas por fileiras formadas com sementes. Estas contrastavam cores e texturas a cada fileira, mas não se repetiam: ao total foram mais de 50 tipos de sementes usadas para compor cada fileira, sendo a maioria destas trazidas pelas mulheres. Havia ainda uma espécie de mostruário de sementes, formado por um suporte de madeira em formato aproximadamente circular contendo 112 compartimentos, cada qual usado para abrigar um tipo de semente, que se depositava sob um pequeno pedaço de algodão. Um plástico grosso cobria a estrutura impedindo assim a queda das sementes, que eram ainda identificadas.

As sementes crioulas são portadoras de características que as distinguem das sementes híbridas que passaram a conquistar espaço a partir da difusão do modelo de agricultura preconizado pela Revolução Verde. De acordo com Lorena:

A semente crioula é perfeita. E ela é perfeita porque ela nasceu nesse ambiente, cresceu, se nutriu ali nesse ambiente, então ela é acostumada, é nossa [...] As sementes híbridas tem que comprar todo ano [...] se dá uma seca perde tudo. Essa é a causa que o agricultor abandona a roça. Agora o milho crioulo que eu melho, eu pego as espigas mais bonita, eu olho o espaçamento do milho, eu tiro as pontinha, guardo no paiol, depois debulho. E eu planto sem ter gastos. E aí depois, mesmo que dê seca, dá muita seca e sempre dá milho crioulo [...] Por isso que quem vai fazer agroecologia precisa entrar devagarinho e eu aconselho que entre pela semente. Não começa fazendo agroecologia plantando semente híbrida, porque não fecha [...] Híbrida adoece mais, é um monte de problema. Pega uma [fruta] nativa do mato, não dá doença nenhuma, a fruta dá boa, gostosa e tem pro resto da vida.

O relato acima identifica algumas das vantagens no uso das sementes crioulas, dentre elas a ausência de custos com compra de sementes, adaptabilidade que confere às plantas maior resistência contra eventos climáticos e doenças, aspectos centrais para quem se encontra em processo de transição agroecológica. Neste sentido, Lorena relata que às vezes fica até com “um pé atrás com certos programas que começam com umas revistas tão bonitas, com tudo bonito, mas na prática não tem nada”. Ela garante que para resolver um problema é imprescindível partir da raiz deste o que justifica, no caso da transição a uma agricultura ecológica, a utilização de sementes crioulas.

As ações de resgate de sementes crioulas pelo MMC/SC passaram a se constituir como bandeira de luta por volta dos anos 2000, época marcada pela crise na agricultura. Contexto em que, segundo Delgado (2009), houve liberalização dos mercados agrícolas e queda na renda real do setor; na região Oeste Catarinense, conforme Mior (2010) aponta, houve concentração e especialização na produção de aves e suínos que causaram a exclusão de um contingente de agricultores familiares.

De acordo com Lorena, nesta época de endividamento dos colonos havia também maior dificuldade para mobilização das mulheres; assim, a direção do movimento decidiu apostar no projeto das sementes que vinha para ajudar a encher a mesa da família, “porque a mãe quando tem comida na mesa ela já é feliz”, ela comenta. “Aí elas tocaram bem no coração das mulheres, no que elas ainda sentiam que é as sementes. Pelas sementes elas saíram de casa”, afirma Lorena. Outro fator relacionado com o início do resgate das sementes se refere ao contexto de mobilização contra os transgênicos nos primórdios do século XXI, já que em 2002 a Via Campesina iniciou a campanha mundial “Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade”<sup>55</sup>, que foi lançada em 2003 no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre.

Segundo Cinelli (2012), o Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças foi assumido na Assembleia Estadual do MMC/SC em novembro de 2002 com o objetivo de propiciar experiência prática e teórica às mulheres camponesas com relação à recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Segundo a autora, o programa se organiza através de um grupo de monitoras, um grupo de referência na experiência de produção e melhoramento, banca de sementes e oficinas nos municípios. As monitoras são as responsáveis por ministrarem as oficinas, enquanto o grupo de referência é formado por mulheres que produzem sementes para a banca do movimento. Esta por sua vez se refere à estrutura de organização/armazenamento das sementes, que devem estar condicionadas em embalagens apropriadas e identificadas para serem comercializadas pelas mulheres em eventos realizados pelo MMC/SC e/ou que o movimento participa.

Sobre o início do programa, Lorena que foi uma das monitoras conta:

Fizeram um diálogo pra ver quem tinha interesse nisso, porque esse é um ponto principal, você não pode pegar quem não tem interesse. Depois disso, as mulheres iam visitar uma tia, avó, casal de velhos, iam lá pra conversar. Era bonito, eles enchiam os olhos de água de feliz que ficavam. Pegavam uma espiga de milho, uma trouxinha com sementes, contava a história.

Como é possível perceber, o resgate das sementes está ligado também à recuperação de histórias e memórias, contendo, portanto, uma dimensão simbólica que não pode ser menosprezada. Seria interessante tentar aprofundar essa questão, temática que suscitou

---

<sup>55</sup> Sobre o tema ver: CARVALHO, H. M. (Org.) Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: 2003. Editora Expressão Popular.

inicialmente o desenrolar desta pesquisa, mas que, entretanto, não pôde ser pormenorizado, sendo um tema que pode suscitar pesquisas futuras buscando ampliar as reflexões em torno dos modos de interação entre sociedades e natureza.

O resultado das primeiras ações do programa foi apresentado durante o Encontro Estadual do MMC/SC, realizado em 2003, em Curitiba, quando foram resgatadas 26 espécies de hortaliças, totalizando 123 variedades. Clara foi coordenadora do Programa e destaca que na região de Curitiba, onde a maioria da população é de origem cabocla, foram resgatadas mais de trinta variedades de couve. Segundo ela, essa diversidade tem relação com a história da região, marcada pela Guerra do Contestado; para o Monge João Maria, um dos líderes do conflito, a couve era um alimento sagrado devido ao seu elevado valor nutricional e também pela facilidade de cultivo, sendo, portanto, um alimento importante durante o conflito.

Segundo Lorena, após o resgate das sementes crioulas o desafio se voltou para a produção e então o movimento começou a se organizar a fim de conseguir projetos e realizar encontros de formação para treinamento das monitoras, as quais foram escolhidas em função da afinidade com o trabalho. Nessa etapa, a parceria com o CAPA de Erechim foi essencial e possibilitou que algumas mulheres do MMC/SC fizessem um curso de agroecologia que foi oferecido por esta entidade, cuja equipe técnica atuou também no auxílio à elaboração de cartilhas e materiais de formação.

Lorena foi uma das mulheres que fez o curso de agroecologia promovido pelo CAPA. Ela relata que esta fase do programa foi um trabalho lento que necessitou muito estudo, a fim de conhecer o clima, o solo, as carências deste, etc. Com isso e a partir da compreensão dos motivos que levavam à baixa produção das plantas provenientes das sementes resgatadas iniciou-se então a fase de melhoramento das sementes. Afinal, segundo ela:

Ninguém guardava as melhores sementes, deixava terminar depois guardava o que juntava lá na roça, o que sobrava. Então ela [a semente] foi ficando fraca. Precisou plantar, avaliar, selecionar. E aí perceberam que ainda não tava bom, porque o espaço era pouco, cultivando sempre na mesma família. Quando se reuniam nas comunidades, faziam as mulheres trazer as sementes e misturar entre elas (sementes da mesma variedade) e partilhar. No outro ano de novo.

Na trajetória do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças a atuação das monitoras nas oficinas teve um papel central. Ângela, 29 anos, advogada e militante do MMC, filha de Clara, foi monitora do Programa e conta sobre as oficinas nos municípios:

Era tu chegava nos municípios pra trabalhar o solo e toda essa questão e a mística era pra que todo mundo trouxesse as sementes pra gente fazer a partilha. Então tinha companheiras que tiravam aquelas sementes enrolada num lenço, naquelas embalagenzinhas, nos potinho de fermento sabe, que eram de papelão, e aquelas sementes vinham surgindo. Era muito bonito o processo. E o nosso papel então era mostrar pra essas mulheres um pouco a composição do solo, porque por muito tempo as mulheres viam então as plantas daninhas, como os inços, e logo os inços tinham que ser matados.

Ângela destaca que a visão sobre as plantas daninhas, ou “inços”, se deve ao trabalho de extensão rural feito pela EPAGRI na região, onde os técnicos e agrônomos ensinavam as

mulheres a fazer horta em canteiros “limpando” o solo, ou seja, roçando tudo ao redor do cultivo de interesse. Ela, que também foi ensinada pela mãe a fazer horta dessa forma, relata que a avó, no entanto, fazia de modo distinto:

Então a gente era criança, a gente tinha a horta da mãe que era um padrão de horta, assim, os canteirinhos tudo certinho, aqui é só cebola, aqui só alface. E ali na vó que era do lado e era aquela que a gente chamava uma bagunça [...] ela plantava couve junto com alface, não tinha canteiro, conforme o solo era inclinado ela fazia os canteirinhos e tal. Então era bem diferente e a gente não entendia né [...] E com essas oficinas do movimento, então a gente começou a olhar pra horta da vó e dizer bah, olha o sentido que isso tem.

Segundo Ângela, o sentido de plantar as espécies de forma misturada, como a avó fazia, é na realidade uma forma de proteção das plantas, pois a diversificação impede e/ou diminui as chances da planta ser atacada por “pragas”. Mas se antes havia plantas que eram consideradas daninhas, na perspectiva da agroecologia estas agora são vistas como espécies indicadoras das características do solo. Para Ângela, o trabalho no Programa foi muito gratificante, pois ela aprendeu a lidar e a olhar o meio ambiente de forma diferenciada. Segundo ela, “as mulheres passaram a ver o espaço em torno da casa, os quintais de forma diferente né”, mudança visível na forma que sua mãe planta hoje.

A produção e o melhoramento das sementes crioulas são ações que se articulam com a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, promovida pelo MMC. Segundo Jalil (2009), a campanha foi lançada oficialmente em fevereiro de 2007, como tema político para o dia 8 de março, e se originou a partir do amadurecimento do trabalho de resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas. Para a autora, a campanha se configura em instrumento de ação e intervenção política, tornando possível o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, além de promover a valorização do trabalho das mulheres e seus saberes na preservação da vida, natureza e diversidade. Para Cinelli (2012), as ações do programa contribuem no processo de construção de identidade e promoção da autonomia das mulheres camponesas.

Foi através do trabalho com as sementes que Lorena começou a construir um novo projeto de vida. Como é uma pessoa que “sempre gostou de estar no meio das pessoas, falar com elas”, participava de atividades ligadas à Igreja, como catequese, grupos de reflexão, Pastoral da Criança, dentre outras. Com relação ao trabalho realizado pela Pastoral Lorena é crítica, pois segundo ela “pesar e dar multimistura não resolve o problema”. No entanto, foi através das pastorais que ela se engajou no movimento.

Embora tenha começado a participar de algumas reuniões do movimento representando as pastorais, ela confessa que no começo “achava uma coisa muito difícil o jeito das mulheres levarem a vida”, referindo-se às mobilizações da época de luta pelos direitos sociais. Mas foi durante um encontro do movimento realizado em Marema que Lorena passou a se identificar com o movimento, afinal “parecia que aquilo lá era pra mim, que tavam falando do que eu sentia”. Neste momento, em que Lorena vivia uma situação difícil em casa com a família, ela decidiu então largar o curso de Teologia para Leigos que estava fazendo e se dedicar ao projeto de resgate de sementes do movimento.

Lorena foi convidada para participar do curso de agroecologia promovido pelo CAPA, que tinha ao total 14 módulos, cada um com duração de cinco dias por mês. Como a maioria dos participantes era formada por técnicos e agrônomos, Lorena, que estudou até a sétima série, confessa que teve muita dificuldade, mas se dedicou e fazia suas experiências em casa,

afinal, “quem nunca tem uma oportunidade, quando tem, pega pra valer”. Segundo ela “crise é sempre oportunidade de crescimento”.

Na pequena cidade de Palmitos, onde Lorena reside, o terreno de apenas 2000m<sup>2</sup> produz uma variedade de alimentos garantindo a alimentação da família e renda própria à Lorena. Por volta do ano 2000, o terreno baldio deu lugar ao cultivo de mandioca e amendoim; em 2003, depois da Assembleia de Concórdia, Lorena começou a plantar pepino e cebola, mas a horta só começou a produzir bem depois de melhorar a cobertura do solo e após as sementes “se acostumarem” com aquele ambiente. Segundo ela “demorou pra semente conhecer esse solo como berço dela, porque ele não tava pronto”, mas “hoje tá grávida inteira a horta, hoje é o lugar delas ali”.

A diversidade de alimentos produzida nesta pequena área se deve ao máximo aproveitamento do espaço, possibilitando assim garantir hortaliças e frutíferas para alimentação e venda. Para citar algumas espécies frutíferas cultivadas por Lorena temos: ponkan, figo, laranja (champagne, do céu e Bahia), jabuticaba (nativa e híbrida), caqui, carambola, pêra, graviola, manga, lichia, sete capotes, limão, cereja, pitanga, fruta do conde, marmelo, ameixa, bergamota, mirtilo, romã, banana, lima. No geral, existem um/dois pés de cada uma dessas plantas no terreno, com exceção do figo, que é o que mais produz: são 19 pés. No entanto, um deles, segundo Lorena, é só para os passarinhos.

Uma parte das hortaliças é destinada à produção de sementes. Lorena “cuida” de 19 espécies, sendo 43 o total de variedades: alface (mimosa, pé de galinha/cinco dedos, denteada); amendoim (vassourinha, Paraguai); arroz preto; cenoura; ervilha (flor branca, flor azul, flor roxa); fava crioula; feijão (azuki, azulão, cavalo, de São João Maria, roxinho, vagem baixa, vagem estaca branco, vagem estaca preto); gergelim; hibisco; linhaça dourada; melão crioulo; milho (dez carreira, oito carreira, sol da manhã/ferro, tatelo branco, tatelo amarelo), pipoca crioula; moranga (cinza com bico, comprida, kabutiá crioula); pepino branco; radiche; rúcula; salsa; soja (crioula, preta, sojinha); tomate (coração de boi, banana, cereja e moranguinho).

O plantio das espécies é realizado sempre em consórcio com outras plantas, sendo feita a seleção das sementes somente em plantas saudáveis. O trabalho de melhoramento de cada espécie é realizado durante pelo menos três anos e para isso Lorena conta com um grupo de aproximadamente dez mulheres que atuam no plantio e seleção das melhores sementes. O conhecimento que Lorena foi adquirindo através das formações e de suas próprias experiências é transmitido às mulheres dos cinco grupos que ela acompanha, localizados nos municípios de Xaxim, Marema e Entre Rios<sup>56</sup>.

Lorena enfatiza que a produção de alimentos exige organização, sendo necessário plantar as espécies de acordo com a época indicada e observar, para que no ano seguinte se possa saber quando a produção foi maior e/ou menor. No caso da ervilha, por exemplo, que se planta de fevereiro a agosto, é importante distribuir o cultivo ao longo desta época, de forma a garantir a colheita por um período espaçado, propiciando assim obter ervilha para a alimentação da família; já no caso da venda, o ideal é plantar na época que produz mais. Essas estratégias possibilitam assegurar tanto a alimentação quanto a renda proveniente das vendas.

A experiência de Lorena a levou a perceber que é necessário ter cautela com o uso de caldas no manejo das plantas, pois, se usadas em demasia matam “tudo”, sendo necessário saber quando usar. Ela enfatiza que é preciso buscar formas de conviver com os “bichinhos”, realizando o controle destes, o que “não dá muito trabalho, só precisa de observação, amor pelo trabalho que a gente faz e cuidado”.

O controle com o uso da semente de cinamomo, por exemplo, só pode ser usado no máximo duas vezes ao ano, quando se percebe que pode ter desequilíbrio. É necessário fazer o

---

<sup>56</sup>Neste município existe uma reserva indígena e algumas indígenas participam do grupo de mulheres.

controle no momento certo, ou seja, depois da floração, com o fruto pequeno, passar na planta e no solo com um pouco de farinha de trigo para ficar mais tempo no solo, ela alerta. No cultivo do tomate, que geralmente tem muito problema com doença, Lorena destaca a experiência que aprendeu com uma irmã, que havia falecido há pouco tempo. Lorena dá a dica:

Então, eu percebi que você semear o tomate e depois mudar, sempre dá alguma doença, ele se atrasa um pouquinho. Então, eu aprendi com aquela minha irmã, que o tomate a gente faz um berço cumprido aonde vai plantar, bem fundinho e põe a semente lá. E cada oito, dez dias tu vai lá e joga um pouquinho de terra. Conforme ele vai subindo tu vai botando terra. Ele precisa ficar 20 cm pra baixo da terra. Ele tem que buscar os nutrientes e a umidade lá no fundo, porque aquela murchadeira dá por causa que tá quente ali por cima, a raiz tá muito aparecendo e cai aquele sol quente daí dá aquela doença. Então, se ele tá lá no fundo, daí quando ele tá alto [45 dias ele tem mais ou menos um palmo e meio] aí chega, não precisa fazer mais nada. Então até ali eu passo um remedinho, um repelente que eu faço, depois dos 45 dias não precisa passar mais nada no tomate. Porque ele fica quase igual uma árvore, ele sobe grosso e daí sim, pode dar chuva forte, cair um sol quente e um chuvão em cima, que não vai lá na raiz.

Lorena destaca ainda a importância de que as mulheres produzam para garantir a alimentação da família em primeiro lugar e depois a comercialização do excedente. Vale ressaltar que a produção de alimentos se constitui como renda indireta, já que se deixa de gastar para atender ao consumo da família. A renda direta proveniente da comercialização dos alimentos da horta de Lorena foi, nos primeiros anos, usada para pagar dívidas; no segundo ano ela destaca que conseguiu comprar uma geladeira, só com o dinheiro dos morangos. Além da venda de hortaliças e sementes, doces, em especial as chimias de figo, e massas produzidas por Lorena são comercializados por ela em casa e também quinzenalmente nas feiras que acontecem no município de Xaxim, promovidas pelo projeto “Viver Saudável” em parceria com a Paróquia São Luiz Gonzaga. Em cada feira Lorena costuma faturar cerca de R\$ 250,00. Apesar de não criar animais, ela também vende galinha caipira (compra viva, mata e limpa) e queijo, que adquire de famílias do interior de Marema e Entre Rios. Lorena cuida sozinha da horta e da casa, sendo que uma vez por semana paga uma moça para ajudar na limpeza e serviços de casa e quando necessário, da horta, e enfatiza que sempre teve o seu dinheiro separado do marido.

Lorena confessa que a lida com as sementes não é fácil e nos grupos as mulheres iniciam, mas muitas acabam desistindo, pois as tarefas ligadas à produção e melhoramento de sementes crioulas exigem bastante “trabalho”. Mas ela, que se considera uma mulher apaixonada pelas sementes, o realiza com amor e dedicação. Lorena destaca ainda a dificuldade em realizar um trabalho contínuo com os grupos de mulheres devido às limitações financeiras de um movimento autônomo. Lorena lembra o impacto do protesto realizado pelas mulheres da Via Campesina no RS em 2006 e que destruiu o viveiro de mudas de eucalipto da fazenda da empresa Aracruz Celulose. Segunda ela, muitas mulheres saíram do movimento depois da ação e houve dificuldade nos três anos seguintes em conseguir recursos para os projetos, o que contribuiu para a diminuição das atividades em torno do programa de sementes.

Clara explica que os recursos provenientes de projetos financiados por organizações governamentais e não governamentais garantem a realização das atividades do movimento, que tem nas oficinas um dos seus pilares de organização e quando não acontecem os grupos

de base se desmobilizam. Segundo Clara, é necessário trabalhar continuamente com as sementes, projeto que vai junto “com a libertação da mulher”. Com a aprovação de um pequeno projeto em 2015, o MMC/SC vem retomando as ações do programa de sementes crioulas. O projeto prevê a realização de dois encontros e assim se pretende retomar o grupo de referência, que antes se reunia duas a três vezes por ano para estudar, trocar e partilhar sementes.

O primeiro encontro, realizado em julho de 2015, abordou questões teóricas sobre o solo e a trajetória da agroecologia, aspectos relacionados ao plantio das espécies bem como a organização da produção de sementes para a banca (cada mulher se compromete a produzir uma, duas ou mais espécies). Participaram do encontro 18 mulheres, sendo que a maioria delas já fazia parte do antigo grupo de referência. O próximo encontro, previsto para acontecer em fevereiro de 2016, deve focar na colheita, secagem, embalagem e comercialização de sementes. No primeiro encontro houve relatos sobre a mobilização dos movimentos sociais em torno da Campanha de Redução do Uso de Agrotóxicos, a qual busca pressionar o governo para a implementação imediata do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Apesar de considerar a importância desta ação, as mulheres lembram que a luta pelas sementes crioulas “corta o mal pela raiz”.

Além disso, neste encontro as mulheres demonstraram preocupação com a existência de relatos de agricultoras/es que apontam desconhecer plantas que eram cultivadas tradicionalmente na região, como o arroz, espécie que praticamente deixou de ser plantada. Esse é um dos fatores que vem contribuindo para que o programa seja ampliado, não se restringindo às espécies de hortaliças. Afinal, a decisão inicial em focar nas hortaliças se devia ao fato de que não havia outras organizações trabalhando neste enfoque (o MPA e outras entidades trabalhavam muito a questão do milho crioulo, por exemplo). Atualmente com o avanço dos transgênicos, o desafio de garantir a produção de sementes crioulas é maior. Percebe-se a preocupação das mulheres em evitar o consumo de alimentos industrializados, fomentando o plantio de arroz, preparo caseiro de iogurte e fermento, por exemplo. Além disso, as mulheres enfatizaram ainda o desafio de propiciar geração de renda para as mulheres.

Com a retomada do grupo de referência, as espécies escolhidas pelas mulheres para a banca de sementes do movimento foram: Abóbora; Abobrinha; Aipo; Alface (denteada, 5 dedos); Alho; Amendoim preto; Arroz; Batatinha; Brócolis; Cenoura; Endro; Erva doce; Ervilha de verão; Esponja; Fava; Feijão (azuki, orelha de porco, vagem, de metro, vagem amarela); Gergelim (preto, amarelo); Linhaça (dourada, marrom); Melancia amarela; Melão (de neve, gaúcho); Milho (branco, pipoca roxa); Moranga (comprida, de bico); Mostarda; Pepino branco; Quinoa; Radiche branco; Rúcula; Salsa; Tomate coração de boi; Vagem (branca, estaca).

Apesar das dificuldades, vale destacar que a experiência do MMC/SC com as sementes crioulas é reconhecida internacionalmente, sendo uma das entidades integrantes do projeto de “Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas em áreas de agricultura familiar”. O projeto é uma ação realizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com os governos da África do Sul, Moçambique e Namíbia. Além do MMC, o Movimento Camponês Popular (MCP), movimento surgido em 2008, no estado de Goiás e que vem buscando se nacionalizar desde 2014, também integra o projeto.

O programa de resgate de sementes foi estabelecido no final de 2002 e se constitui como um dos pilares do projeto de agricultura camponesa do MMC/SC. Há uma dimensão simbólica nestas ações já que se recuperam histórias, memórias e saberes relacionados às sementes crioulas. As ações de resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas possibilitam produzir alimentos saudáveis para consumo da família - renda indireta - gerando

também renda direta às mulheres através da comercialização do excedente. Por fim, apesar das dificuldades em manter as atividades relacionadas ao programa, a experiência do MMC/SC é uma referência internacional o que demonstra o poder da rede criada a partir da atuação das mulheres no resgate de sementes, sonhos e vida. A imagem abaixo traz uma linha do tempo sobre a trajetória do programa.

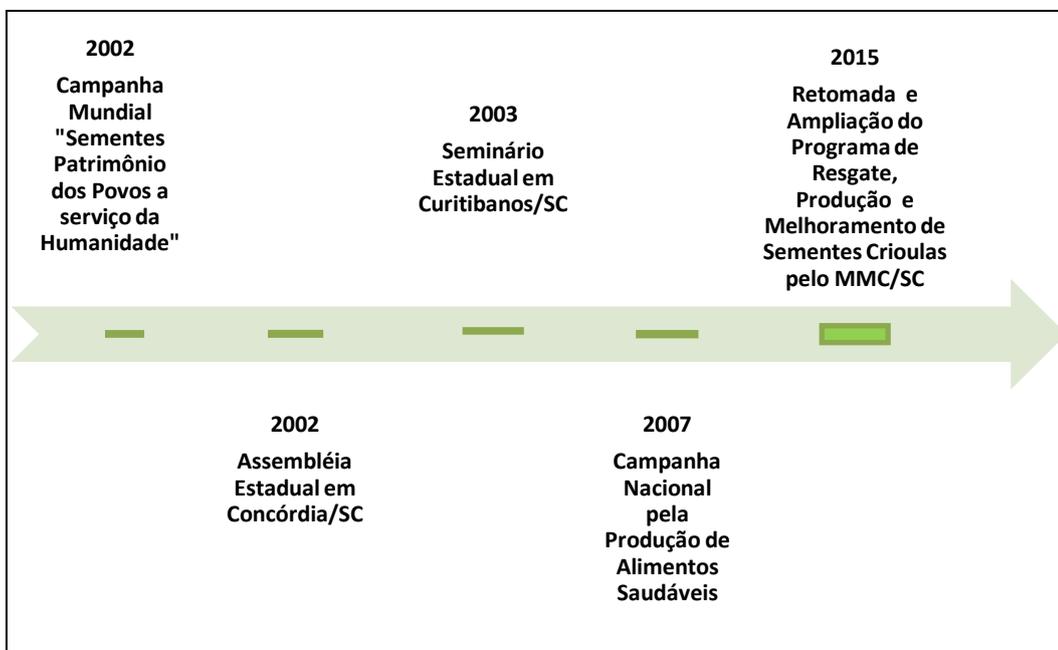


Figura 5: Linha do tempo do Programa de Resgate, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas.

### Projeto de agricultura camponesa, e feminista?

As práticas de uso de plantas medicinais e resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas constituem ações ligadas ao projeto de agricultura camponesa do MMC/SC, que visa contribuir para garantir a soberania alimentar das famílias e a autonomia econômica das mulheres. Quanto a esta, embora uma parte das mulheres pesquisadas seja formada por agricultoras aposentadas, sua renda é complementada pela comercialização de alimentos, mudas, sementes e remédios.

Para além das já mencionadas dificuldades financeiras relacionadas à viabilização das atividades do MMC/SC, existem outros fatores que podem atuar impedindo ou restringindo a participação das mulheres nas atividades dos grupos e do movimento de forma geral. Eduarda comenta sobre a necessidade de ajustar os horários das reuniões e encontros para que as mulheres do “agronegócio” - as que têm “ordenha” e granjas - possam participar. Afinal, as oficinas, segundo Eduarda, estão abertas a quem quiser participar, já que “sempre tem gente curiosa, que quer participar, além do que o remédio chama a atenção, às vezes usam e sentem a diferença, o benefício”.

Percebe-se, pela fala de Eduarda, que as atividades do movimento não estão restritas apenas para quem já trabalha na perspectiva da Agroecologia, mas também para as mulheres que estão inseridas nos modelos de produção convencional como “parcerias” e integrações com as agroindústrias. Isso demonstra uma capacidade de diálogo interessante, já que, como dito outras vezes aqui, as oficinas podem atuar como uma “porta de entrada” para o

movimento. Assim, busca-se semear em todos os terrenos, afinal, apesar das dificuldades, é possível que em algum destes as sementes “vinguem”.

Neste sentido, é possível perceber a importância das oficinas como espaços que promovem a divulgação de conhecimentos associados à defesa do projeto de agricultura camponesa. Saindo do âmbito das oficinas, realizadas localmente, segundo Eduarda, as mulheres dos grupos de Palmitos conseguem participar de atividades como as do dia 08 de março, porém, se for preciso fazer mobilização muitas mulheres não participam, pois acham que não é necessário, “ah eles [elas] vão tá bom, vão lutar por nós, tem muito esse pensamento”, ela conta.

Na realidade, talvez possa existir maior dificuldade de mobilizar as mulheres para participarem de atividades que não aconteçam na comunidade ou proximidades devido às tarefas que as mulheres desempenham em casa e na roça. Afinal, pelas conversas durante a pesquisa de campo, percebe-se que muitas mulheres têm dificuldade em participar nos encontros e cursos do movimento (que muitas vezes acontecem no centro de formação Maria Rosa, em Chapecó) devido às responsabilidades cotidianas como a ordenha das vacas, realizada ao princípio e ao fim do dia. E mesmo quando as mulheres conseguem deixar as obrigações “de lado” para participar de alguma atividade “fora”, ainda assim as mulheres demonstram apreensão com as tarefas que deixaram por fazer, não sendo raros os casos em que a mulher se preocupa em deixar as coisas organizadas, como a comida encaminhada e/ou feita para só depois sair de casa.

Assim, a participação no movimento muitas vezes pressupõe a busca pelo rompimento com o papel de mulher “dona de casa”, tarefa que é mais difícil do que possa parecer e que exige um trabalho de desconstrução de forma contínua. Desta maneira, a própria atuação do movimento parece ser central nesta tarefa, de forma a orientar a (des) construção de valores e atitudes pelas mulheres, que ainda precisam parar para se questionar com relação ao papel que lhe é atribuído como mulher.

Ao final da oficina com o grupo de mulheres da Linha Central perguntei a uma delas se ela fazia parte do MMC e a resposta foi: “não nas mobilizações, mas sim quando vêm cursos de interesse como os que estão sendo feitos”. Essa fala me leva a crer<sup>57</sup> que para algumas mulheres participar do movimento é interessante quando se trata de aprender sobre plantas, seus usos e coisas do “interesse das mulheres”.

Neste sentido, cabe realizar os seguintes questionamentos: como o trabalho realizado nos grupos de base com plantas e sementes pode contribuir para “libertar” as mulheres? Se muitas vezes as oficinas se constituem como “porta de entrada para o movimento”, como é possível conciliar que práticas ligadas ao cuidado, principalmente alimentação e saúde, possam ser também ferramentas que contribuam para o empoderamento das mulheres? Se o projeto de agricultura do MMC/SC demanda a construção de uma identidade camponesa, como este suscita a construção de uma identidade política feminista? Tentaremos responder a estes questionamentos no próximo capítulo.

---

<sup>57</sup> É importante frisar que a não participação em mobilizações não pode ser automaticamente apontada como reflexo direto da “opressão” que mantém as mulheres ligadas ao universo da casa e não das ruas, podendo ser uma opção individual relacionada ao fato de não gostar e/ou se sentir bem em espaços como estes.

## **CAPITULO IV – FEMINISMO CAMPONÊS: BUSCA POR UMA NOVA RURALIDADE**

O objetivo deste capítulo é buscar compreender algumas das transformações e dos desafios relacionados ao projeto de agricultura camponesa e como a abordagem de gênero e feminismo pode contribuir para a consolidação de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Neste sentido, na primeira seção o foco será a ligação das ações do projeto de agricultura camponesa e o empoderamento das mulheres e em seguida, abordaremos a questão do cuidado, que é aqui entendido de forma ampla, ou seja, inclui desde as relações entre as pessoas se estendendo para o cuidado com a natureza. Na próxima seção, serão abordados aspectos que estão vinculados às discussões sobre ruralidade, assim como questões ligadas à construção da juventude camponesa como categoria política. Por fim, serão abordadas as percepções e definições das mulheres do MMC/SC sobre o feminismo que vem sendo construído pelo movimento, tema que passou a se consolidar a partir de 2004 com as discussões sobre agroecologia.

### **4.1. Simbologia das sementes: resistência e transformação**

Como o trabalho com plantas e sementes realizado nos grupos de base pode contribuir para a “libertação” das mulheres? Se o projeto de agricultura do MMC/SC demanda a construção de uma identidade camponesa, como este busca construir uma identidade feminista? Estes foram alguns questionamentos que surgiram após a análise das ações de uso de plantas medicinais e resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas.

No projeto de agricultura camponesa do MMC/SC as sementes crioulas são símbolos de resistência, sabedoria e defesa da vida contra o modelo de produção de alimentos dominante, baseado na industrialização da agricultura. Contudo, além disso, as sementes podem ser símbolos de transformação na vida das mulheres, afinal o projeto com as sementes fomenta a busca pela geração de renda e autonomia econômica das mulheres, bem como a busca pela criação de novas relações no âmbito familiar e no entorno em geral. Neste sentido, como Lorena enfatiza:

O mais bonito é isso, que nós não melhoramos só a semente, a gente melhorou a vida, o amor pela vida, pra si própria, a autoestima, melhorou o jeito de tratar as pessoas na família, o jeito de olhar pra comunidade. Tipo uma vez era fácil [a fulana tinha um problema] virar as costas. Hoje a gente não consegue fazer isso, alguma coisa a gente precisa fazer. A gente não fica mais de cabeça baixa.

Como é possível perceber pelo relato acima existe uma percepção de ter ocorrido modificação nas relações com as pessoas, ação que pressupõe antes uma mudança com relação a si mesma, o que implica no fortalecimento da autoestima e contribui para o empoderamento. Segundo Iorio (2002), o conceito de empoderamento surgiu nos anos 1960 no âmbito dos movimentos negro e feministas; nos anos 1970 e 1980 houve um desenvolvimento teórico/instrumental deste conceito pela atuação de movimentos feministas; por fim nos anos 1990 a perspectiva se expandiu para os debates sobre desenvolvimento e

pobreza. No debate feminista, a abordagem de empoderamento pode ser vista como resultado (poder sobre) ou como processo (poder para, poder com, poder de dentro). Segundo a autora:

Empoderamento não é somente o resultado de se alcançar o poder sobre, mas pode ser também o desenvolvimento de poder para, poder com ou poder de dentro. Estes tipos de poder não são finitos (com princípio e fim), mas ele pode crescer com o seu exercício. Um grupo exercendo estes poderes não necessariamente reduz o poder dos outros. Nesta perspectiva de empoderamento, a compreensão da dominação está associada às relações de poder, que são múltiplas e estão profundamente enraizadas em sistemas de redes sociais. O empoderamento de pessoas ou grupos nesta perspectiva não implica necessariamente a perda de poder de outros, embora implique mudanças que podem levar a que isso possa ocorrer (IORIO, 2002, p. 23).

Assim, quando nos referimos ao empoderamento das mulheres do MMC/SC estamos trabalhando com este conceito numa abordagem que o entende enquanto processo e não como resultado. Mas a organização das mulheres em outros coletivos, tais como os clubes de mães poderia também contribuir para a emergência de processos de empoderamento das mulheres? Essa questão se fundamenta a partir da percepção ocorrida durante a pesquisa de campo de que há na região uma diferenciação entre “clubes de mães” e “grupos de mulheres”.

Quando se fala em grupos de mulheres faz-se referência aos grupos de base do MMC/SC, que são coletivos organizados embora possuam dinâmicas variáveis, ou seja, podem se reunir com regularidade ou não, neste último caso podendo ser considerados “desmobilizados”. Um fator que diferencia os grupos de mulheres dos clubes de mães se refere ao fato destes serem iniciativas ligadas à atuação das prefeituras, onde as discussões sobre gênero e feminismo são inexistentes e as ações costumam estar associadas à realização de cursos e venda de artesanatos em feiras e eventos. Como o próprio nome indica, nestes clubes é o papel de “mãe” que se valoriza e não de mulher – ainda que a mulher possa ser mãe esta não é a sua única atribuição.

Uma das lideranças da pesquisa critica a atuação de algumas prefeituras que possuem interesse nas oficinas sobre plantas medicinais promovidas pelo MMC/SC, mas descartam que os clubes de mães se tornem grupos de mulheres vinculados ao movimento. Percebe-se assim que existem tensões e distinções entre esses coletivos de mulheres; no entanto, não podemos descartar que podem existir também algumas semelhanças entre estas duas configurações sociais no que se refere às dinâmicas que podem gerar. Além disso, conforme relatado no campo, um dos grupos de mulheres pesquisados, o da Linha Boa Vista, era antes um clube de mães, tinha até Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Neste sentido, para promover análises comparativas entre grupos de mulheres e clubes de mães destacamos que seriam necessárias pesquisas voltadas para a melhor compreensão da atuação destes coletivos, até porque parece haver uma lacuna de pesquisa sobre esses clubes “institucionais”.

Entretanto, considerando o nosso campo de análise destacamos que a atuação dos coletivos ligados ao movimento de mulheres presentes nas comunidades rurais do Oeste Catarinense visa contribuir para promover o empoderamento das mulheres camponesas. Neste sentido, para Lorena:

Nenhuma [entidade] abre o olho tão verdadeiro e tão limpo como faz o movimento de mulheres, porque ele faz você sentir. Tu vai lá, vai ver o problema das outras, sem máscaras. O movimento faz você ver que você é um ser humano, não é menos que o homem e que ninguém faz por você. Isso é o mais importante, ninguém faz pela gente. E ninguém muda ninguém.

Na relação entre o projeto de agricultura camponesa e a busca pelo empoderamento das mulheres percebemos que aparece no discurso do movimento uma associação entre mulheres e natureza. Assim, as sementes, por carregarem o potencial de multiplicação da vida, são utilizadas como elemento de uma relação simbólica estabelecida entre mulheres e natureza. As estações que regem o funcionamento desta e a reprodução da vida podem assim servir como metáfora para se referir à “natureza” da mulher, que também possui ciclos (representado pela menstruação) e pode gerar vida. Esta analogia aparece quando o útero da mulher, que abriga o bebê, é comparado com a terra que abriga as sementes.



**Figura 6: Analogia mulher e mãe Terra.**  
Ilustração de Daniel Salvador. Retirada da cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas”.

Um elemento que chama atenção na fala das mulheres se refere à linguagem usada para se referir ao plantio de sementes/mudas; assim, em oposição ao termo “cova”, tão comum nas ciências agrárias, as mulheres utilizam a expressão “berço”, local onde se semeia. Segundo Lorena, cova é uma linguagem que agride, se refere à morte e não à vida, no entanto, berço se mostra como termo mais adequado para aludir à vida, da planta que nascerá e crescerá. Nesta abordagem, o próprio solo é percebido de forma diferenciada. No encontro retomado do grupo de referência em produção de sementes crioulas, as seguintes palavras foram usadas pelas mulheres para caracterizar o solo: vida, continuidade, amor, fertilidade, diversidade, construção, ser vivo, textura, rocha, receptivo, produção, mãe, chão, cuidado, persistência.

Na dinâmica “cochichando com a vizinha”, uma dupla de mulheres conversa entre si sobre os significados que a palavra solo remete para cada uma delas. As palavras que surgiram para se referir ao vínculo estabelecido com o solo foram: dependência; tudo; cumplicidade; cuidado; respeito; sobrevivência; cultivar; adubar; colher; somos solo. Estas palavras remetem à importância do solo para a vida, afinal ele é a estrutura física onde se pisa e que também propicia o desenvolvimento das plantas, pois armazena os seres, nutrientes e

água necessários para o ciclo de vida das plantas que serão consumidas pelas pessoas e animais. Para além das funções associadas à vida, o solo é também o espaço necessário para o enterro do corpo, após a morte. Neste sentido, a partir dessas percepções critica-se o excesso de “limpeza” do solo, ou seja, que implica na retirada do “mato”, que é visto como sujeira, considerando, porém, que existe uma diferenciação entre limpeza e higiene, sendo a obsessão pela limpeza associada a padrões impostos pela sociedade.

Em oposição a essa visão, as mulheres destacam a necessidade de manter o solo coberto de forma a proteger a estrutura deste e da cadeia de seres vivos que lá habitam. Assim, Lorena destaca alguns elementos relacionados aos cuidados com o solo, que deve estar sempre coberto, “quanto menos mexer melhor”. Segundo ela, “antes de conhecer a agroecologia” se colhia amendoim e depois jogava as cascas fora, mas hoje não, pois esses resíduos são usados na cobertura do solo: “o que tá no lugar eu deixo no lugar, porque você plantou, a mãe Terra te deu, nutriu, aí o que sobrou é dela de novo, tem que devolver pra ela”. Segunda ela, a análise do solo é realizada através da presença de plantas espontâneas e a adubação pode ser feita com pó de pedra e composto.

Percebemos que parece existir uma diferenciação entre solo e terra, ou melhor, Terra. O solo, como vimos, é visto como uma entidade que possui vida, já que abriga diversas formas de vida, mas as mulheres dizem que são as “filhas da Terra”, ou seja, o uso do termo “Terra” pressupõe uma relação de conexão com o planeta, que possibilita a vida dos seres vivos. Como “filhas da Terra” elas “devem ser a fonte de produtos agroecológicos”.

Esta relação simbólica entre mulheres e natureza é também fortalecida por práticas como a que Lorena faz e aconselha: escolher uma planta e deixar perto da porta de casa, ao sair se despedir da planta deixando os problemas com ela; quando voltar para casa, “entregar” novamente para a planta o que aconteceu lá fora. A planta, segundo Lorena, é uma espécie de “pega tudo” que ajuda a viver melhor dentro e fora de casa.

A relação simbólica das mulheres camponesas com a natureza pode ser evidenciada também a partir do relato de Taís, 68 anos, que deixou sua casa no interior de Mafra/SC para morar com um irmão na cidade deste município de forma a acompanhar e cuidar da mãe que estava doente. Com a morte da mãe, Taís continuou morando na cidade com o irmão, porém, ela frisa que pretende voltar para a sua terra no interior. No entanto, enquanto isso não acontece, ela ressalta que:

Na vila onde eu moro, não tem terra minha mesmo, mas tem a vizinha que me emprestou [um pedacinho do terreno] pra plantar o que eu quisesse. Então ali que eu faço meus canteiros, minha produção de sementes. É bem pequeno o canteiro, ele mede mais ou menos uns 40 m<sup>2</sup>, mas é de grande utilidade pra mim, porque a gente que se criou na roça a gente não quer parar, a gente gosta de sempre ter aquelas plantinhas. E é saúde pra gente né, traz muita alegria. Nossa, a gente fica mais saudável até.

Outro elemento que expressa esta vinculação entre mulheres e natureza aparece na fala de Lorena quando ela se refere a sua última gravidez, que ocorreu quando ainda estava amamentando o filho anterior. Quando sentiu as primeiras tonturas e enjoos, não imaginava que poderia estar grávida, mas como ela estava fraca, por conta da amamentação, estava também “mais fértil”. Segundo Lorena, quando uma planta produz muitos frutos amontoados mais de um lado do que de outro ela garante que a planta está doente. A doença/fraqueza faz aumentar a chance de reprodução de forma a não se extinguir, pois, segundo ela, “a natureza luta sempre pela vida”, “assim é com as plantas, é com a gente também”.

A analogia entre mulheres e natureza no discurso do MMC/SC parece provocar um estímulo de identificação, de forma a gerar nas mulheres um sentimento de responsabilidade com o resgate das sementes crioulas, mas não restrito a ele. Assim, elas frisam nos cantos que

celebram: “semeia, semeia sempre, em todo o terreno, em todo o lugar a boa semente, com amor e interesse como se estivessemos semeando o próprio coração”. O ato de semear é então entendido de forma ampla como metáfora para qualquer ação que seja feita, como mostra o canto abaixo, intitulado “Põe a Semente na Terra”:

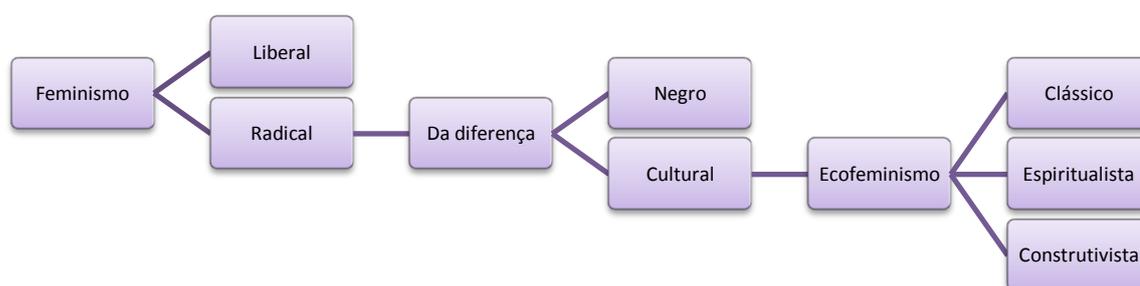
Põe a Semente na Terra  
Não será em vão  
Não te preocupe a colheita  
Plantas para o irmão  
Toda a semente é um anseio de frutificar,  
E todo fruto é uma forma da gente se dar.  
Toda a palavra é um anseio de comunicar,  
E toda a fala é uma forma da gente se dar.  
Todo o tijolo é um anseio de edificar,  
E toda a obra é uma forma da gente se dar.  
Toda a Mãe-Terra é um apelo para sermos irmãos,  
E toda a roça é um convite para o mutirão.  
Toda a colheita é um chamado para se ajudar,  
E toda a venda é um momento de se organizar.  
Todo o suor é uma enxada a gerar comida,  
E toda a luta é um arado a arrancar mais vida.  
Toda a chuva é uma benção que faz germinar,  
E todo o sangue é uma força para libertar.  
Todo o serviço é um anseio de compartilhar,  
E o compromisso é uma maneira da gente se dar.

O canto acima não apenas reflete a influência religiosa das CEB's e da Teologia da Libertação, de onde brotou a organização das mulheres do MMC/SC, mas expressa também a defesa de valores como solidariedade, união, trabalho, onde as sementes são simbolizadas pelos atos que buscam criar/fortalecer novas relações no planeta - já que aparece o termo Terra - inclusive novas relações com a própria Terra.

A recorrente analogia sobre a relação mulheres/natureza, que aparece no discurso e fomenta as práticas do MMC/SC, é um tema que emergiu, sobretudo a partir dos anos 1970. Segundo Mires (2012), o relatório *Os limites do crescimento*, publicado em 1972 pelo Clube de Roma, apesar de todos os seus exageros, catastrofismos e percepções malthusianas, representa um marco histórico onde “ficava historicamente documentada a crise do consenso industrialista” (MIRES, 2012, p.20). O discurso contido neste relatório, conforme afirma Siliprandi (2009), impunha a necessidade de controlar o crescimento da população numa perspectiva Neomalthusiana, o que atingiu as mulheres através dos programas de planejamento familiar:

Uma das primeiras interfaces entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres. Enquanto para uma parte dos ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento da população mundial para se adequar à “capacidade de carga” do planeta, para as ecofeministas, a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo em que se garantisse o direito de escolha das mulheres com relação à procriação (SILIPRANDI, 2009, p. 68).

Considerando as limitações deste trabalho em poder analisar em detalhes as discussões sobre ecofeminismos, recorremos à revisão bibliográfica sobre o tema realizada por Siliprandi (2009). Segundo a autora, os primeiros movimentos ecofeministas surgiram a partir de correntes feministas radicais que emergiram durante a segunda onda feminista nos anos 1960. Em oposição a um feminismo liberal, protagonizado pela Organização Nacional de Mulheres dos EUA, grupos feministas radicais produziram reflexões em torno da saúde<sup>58</sup> das mulheres, família e sexualidade. Dessas correntes radicais surgiu a vertente do feminismo da diferença, cuja principal derivação nos EUA veio a formar a corrente do feminismo cultural, de onde eclodiram os primeiros movimentos ecofeministas. A figura a seguir mostra as derivações do movimento feminista e a emergência dos ecofeminismos:



**Figura 7: Dos feminismos aos ecofeminismos.**  
Elaborado pela autora com base em Siliprandi (2009).

A partir do trabalho de autoras como Simone de Beauvoir, Françoise E’Eaubonne e Sherry Ortner se consolidou uma primeira vertente do ecofeminismo denominada clássica ou essencialista, a qual buscava inverter a relação de inferioridade a que mulheres e natureza estavam sujeitas. Surgiu também uma corrente ecofeminista de caráter espiritualista que questionava o androcentrismo das religiões dominantes e buscava uma nova espiritualidade de valorização e consagração da “irmandade” feminina. Vandana Shiva elaborou uma versão específica da corrente espiritualista, combinando a marginalização material e simbólica das mulheres camponesas do Terceiro Mundo com os pressupostos da cosmologia hindu. Por fim, Val Plumwood, Alicia Puleo e Bina Agarwal desenvolveram uma vertente do ecofeminismo denominada construtivista. Nos anos 1970 e 1980 os primeiros movimentos ecofeministas ganharam visibilidade pública, como o Movimento Chipko na Índia e o Green Belt Movement no Quênia. Segundo a autora:

Estes movimentos de base, assim como outros menos conhecidos ocorridos em diversas regiões da Ásia, África e América Latina contribuíram para mostrar que as mulheres do terceiro mundo – em particular, as camponesas – não eram necessariamente nem vilãs nem vítimas apáticas da destruição ambiental. Eram também ativistas e militantes com propostas de mudanças nos modelos produtivos, construídas a partir de suas condições de

<sup>58</sup> No campo da saúde destaca-se a atuação do Coletivo de Mulheres de Boston, criado em 1969 nos EUA, o qual publicou em 1970 o primeiro manual de ginecologia alternativa para as mulheres, denunciando a relação das indústrias farmacêuticas e os métodos contraceptivos e a medicalização das fases de vida das mulheres, buscando assim recuperar práticas tradicionais de cuidado à saúde (Siliprandi, 2009).

sobrevivência. Estas lutas combinavam a defesa do meio natural com a demanda de um protagonismo das mulheres nas decisões sobre o seu território, e contribuíram para enriquecer o conjunto das lutas feministas, mostrando outras faces da opressão das mulheres – decorrentes da forma como as políticas de desenvolvimento as atingiam especificamente – que não estavam na ordem do dia para as mulheres dos países desenvolvidos. (SILIPRANDI, 2009, p. 77).

Embora fosse necessário aprofundar mais nessa discussão, ressaltamos que abordar as relações entre mulheres e natureza pressupõe considerar que tal como nos feminismos, os ecofeminismos são também marcados pela pluralidade de pensamentos e “disputas”, sendo frequente as críticas recaírem, sobretudo nas vertentes “essencialista” e “espiritualista”. Neste sentido, ao propor um ecofeminismo “ilustrado” ou construtivista, Puleo (2009) critica os valores de reencantamento do mundo natural, seja pela idealização de comunidades originárias e de suas tradições patriarcais, seja pela (re) criação de novos mitos, como os da “Deusa”, que busca valorizar a natureza e o feminino.

No Brasil, observamos atualmente tanto uma ampliação de discursos feministas<sup>59</sup> como também de movimentos de “resgate do sagrado feminino”, em que se valorizam saberes ancestrais das mulheres, exalta-se a figura da “mulher selvagem”, fomenta-se o parto humanizado<sup>60</sup>, enfim o que podemos dizer que seria um misto de ecofeminismo clássico e espiritualista. Nestes movimentos, o discurso sobre a relação mulheres/natureza pode, por um lado se opor diretamente aos movimentos feministas ou, no entanto, considerar algumas das conquistas que os feminismos trouxeram em suas elaborações.

Apesar de tentar contextualizar brevemente algumas discussões que envolvem a relação mulheres/natureza, sobretudo, a partir da emergência de movimentos ecofeministas, com relação ao MMC/SC não pretendemos “encaixá-lo” em nenhuma destas correntes. Embora apareçam em seus discursos e práticas elementos que evidenciam uma relação simbólica e material entre mulheres/natureza, o que nos interessa é compreender se essa associação pode contribuir para o empoderamento das mulheres e em caso afirmativo, de que maneira. Neste sentido, concordamos com o que Paulilo & Silva (2007) bem destaca:

O que percebemos, então, é que grande parte das correntes feministas temem qualquer essencialismo que aproxime a mulher da natureza, pois foi essa aproximação que levou a sociedade a – ao procurar submeter a natureza a suas necessidades – subordinar também a mulher. Para as militantes do MMC, acreditar na relação entre mulher e vida é algo que lhes dá motivação e legitimidade para lutarem por melhores condições de alimentação e saúde, tanto da humanidade quanto da terra. O risco que há na diferença entre as duas visões é que elas sejam retiradas do contexto da prática e levadas demasiadamente a sério por uma tendência ‘missionária’ de ‘colonizar’ o entendimento do mundo dos grupos oprimidos. O que está claro nas formas de luta do MMC é que, independentemente dos valores últimos que lhe dão suporte, *é o cotidiano que lhe serve de base e estímulo* (PAULILO & SILVA, 2007, p. 402, grifo nosso).

---

<sup>59</sup> Seria uma terceira onda feminista, onde o debate está se tornando mais popular e não mais restrito aos movimentos de mulheres, instituições multilaterais e academia?

<sup>60</sup> O movimento pelo parto humanizado cresce a cada dia, não sem razão, já que no Brasil a taxa de cesáreas é extremamente elevada à considerada adequada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas fica o questionamento: será que este movimento, que tem o objetivo principal de tornar a mulher protagonista do parto e das decisões sobre ele, vem contribuindo para o empoderamento das mulheres para além do seu papel como mães?

Parece fundamental, portanto, considerar o cotidiano, seus valores e práticas, como parte do processo de busca pela compreensão do possível empoderamento das mulheres do MMC/SC a partir da valorização da relação mulheres/natureza. Consideramos que a valorização simbólica das mulheres é um aspecto essencial para promover o empoderamento destas e que existem distintas formas de buscar essa valorização simbólica, o que irá variar de acordo com as especificidades socioculturais dos distintos grupos a que pertençam. No entanto, seja como for é importante atentar-se para a vinculação entre desigualdades materiais e simbólicas, não podendo assim omitir o enfrentamento das desigualdades materiais existentes entre homens e mulheres em prol de uma valorização de caráter simbólico (ainda que talvez o simbolismo possa concorrer para fortalecer também a busca por condições materiais menos desiguais).

Tomando como base o nosso estudo sobre as mulheres do MMC/SC queremos fazer algumas ressalvas com relação aos aspectos simbólicos de perspectivas ecofeministas de caráter “espiritualista”. No caso do MMC/SC, a religião católica, principalmente, teve grande papel para a constituição do movimento, que se originou através da atuação das CEBs, e ainda hoje o tem, não parecendo haver oposição entre a defesa da igualdade de gênero e a prática do cristianismo pelas mulheres, como veremos adiante.

Desta maneira, e não esquecendo que o culto à espiritualidade pode estar vinculado a uma religião específica ou não, é muitas vezes através da religião que se torna possível “chegar” até as mulheres, ainda mais se considerarmos o meio rural e a importância das igrejas como espaços de socialização, principalmente para as mulheres. Assim, sem defender nenhuma corrente ecofeminista espiritualista em específico, apenas queremos chamar a atenção para esse aspecto, sem, contudo, deixar de destacar que todas as formas de poder devem ser questionadas, inclusive os espaços que as religiões ocupam e os valores de opressão às mulheres que muitas vezes buscam legitimar.

Embora a relação mulheres/natureza observada no MMC/SC enfatize a necessidade de responsabilização das mulheres pelo cuidado com a natureza, vale destacar que esse comprometimento não é exclusivo e restrito às mulheres, pelo contrário, o desafio é tanto criar novas relações entre homens e mulheres, como entre estes e a natureza, ou a Terra, de forma mais ampla. Neste sentido, percebemos que por trás desse grande desafio, existe uma ênfase em torno do cuidado, tanto o cuidado com as pessoas como o cuidado com a natureza, da qual a nossa existência é dependente. É por isso que estamos propondo aqui o cuidado como categoria de análise para buscar compreender como podem ser geradas estas novas relações.

#### **4.1.1. - O “poder” do cuidado: o cuidado como categoria de análise**

Sem cuidado a vida não poderia existir, sobretudo, a vida humana. Que seria do bebê se não houvesse alguém responsável em lhe prover alimentação, atenção e afeto após o seu nascimento? Quanto aos doentes, a falta de auxílio impossibilitaria que estes pudessem recuperar a sua saúde. Embora o cuidado seja um ato essencial para a vida das pessoas, segundo Boff (2005), é preciso lembrar que:

Nós não temos apenas cuidado. Nós somos cuidado. Isto significa que cuidado possui uma dimensão ontológica, quer dizer, entra na constituição do ser humano. É um modo-de-ser singular do homem e da mulher. Sem cuidado, deixamos de ser humanos. (BOFF, 2005, p. 28).

Segundo o autor, cuidado, em latim, significa cura e possui dois significados principais que estão interligados entre si; é uma atitude de atenção e bom trato para com alguém - de importância para mim, o que “implica um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e se centra no outro com desvelo e solicitude” (BOFF, 2005, p. 29). Por conseguinte, seu outro significado revela preocupação e inquietação para com quem nos envolvemos.

De acordo com Batthyány (2009), embora cuidado seja um conceito que possui várias definições, “em termos gerais podemos conceber o cuidado como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valorização social” (BATTHYÁNY, 2009, p. 94). Segundo Bourdieu (2014), embora as atividades relacionadas à reprodução biológica e social desempenhadas pelas mulheres sejam decisivas para a família, seu trabalho permanece subordinado às atividades produtivas, que são reconhecidas social e economicamente.

A justificativa natural para a divisão social do trabalho se encontra na diferença biológica entre os sexos e apesar das mudanças relativas à condição das mulheres no mercado laboral, permanecem lógicas pautadas na estrutura da divisão sexual do trabalho: desempenham tarefas ligadas ao ensino, cuidados e serviços, extensões de funções domésticas e permanecem em posições relativas inferiores aos homens. Além disso, a “feminilização” de determinada profissão indica que há desvalorização ou tendência ao declínio desta carreira em comparação com outras atividades (Bourdieu, 2014).

As atividades que envolvem o cuidado com idosos/as e doentes também recaem mais sobre as mulheres. Taís, viúva há 13 anos e mãe de oito filhos (dos quais cinco são mulheres), relata que foi morar com um irmão na cidade de Mafra/SC para acompanhar e cuidar da mãe que estava com 90 anos e com problemas de saúde (e que por fim faleceu aos 92 anos de idade). Segundo Batthyány (2009), o envelhecimento das sociedades e a crescente importância das doenças crônicas colocam a necessidade de abordar a problemática relacionada ao cuidado e à atenção de pessoas dependentes, atividades que se realizam em grande medida no seio das famílias. Diante da ampliação da expectativa de vida no Brasil, percebemos indícios do surgimento do “cuidador” como nova profissão.<sup>61</sup>

O cuidar se expressa de diferentes formas; no âmbito familiar pode se apresentar através de atividades ligadas à garantia da alimentação, desde o cultivo dos alimentos até o seu preparo e a limpeza da cozinha após o consumo. Por que os homens estão, em geral, mais omissos da atuação nesta esfera é um questionamento pertinente, afinal, sua realização não demanda nenhuma especialidade “feminina”, própria às mulheres, como o ato de gerar uma nova vida, essa sim, de exclusividade delas.

No entanto, buscando rejeitar apenas o possível caráter “opressor” das tarefas que pesam mais sobre as mulheres, podemos considerar que cozinhar, por exemplo, embora possa até ser considerada uma “obrigação” para muitas mulheres, pode trazer também uma recompensa simbólica que se manifesta na alegria em ver as pessoas se saborearem com sua comida. Nesta mesma linha, educar, que é também um ato de cuidar, pode se constituir como um canal de transmissão de valores e, portanto, por esta ótica o cuidado de filhos/as e netos/as adquire outra dimensão para além da simples designação “trabalho doméstico”. Não estamos com isso defendendo que estas tarefas devam continuar sendo realizadas quase que com exclusividade pelas mulheres, muito pelo contrário, é essencial que ocorra divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, tarefas que devem ser ressignificadas.

---

<sup>61</sup> No Instituto Federal de Brasília (IFB) existe um curso de formação para “cuidador de idosos”, o que comprova o crescente grau de profissionalização da atividade. Além disso, na cidade do Rio de Janeiro, observamos anúncios de uma empresa de serviços especializados denominada “Amigos Cuidadores”. Para mais informações, consulte: <http://amigoscuidadores.com.br/>. Acesso em: 28/04/2016.

Percebemos assim que a educação cumpre um papel fundamental para promover mudanças nas relações entre homens e mulheres. Taís, de Mafra/SC, participa do movimento há 23 anos e lembra que sofreu muito com o marido, já falecido, e que não concordava com sua participação no movimento. Embora tenha sofrido bastante com isso, ela “foi assim mesmo” e afirma que pôde educar os filhos de maneira diferenciada:

Eu fui colocando na cabeça deles que o homem também tem obrigação em casa, que a mulher trabalha também não é só o homem que trabalha. Que antes era assim, o homem trabalhava, a mulher não né. E bem no fundo a mulher trabalha mais do que o homem. E nesse ponto, meus filhos, eu não tive dificuldades com eles porque eles entenderam e hoje eles são casados, só um que não é, e tudo eles são capazes de [fazer] cozinhar, lavar, limpar, cuidar de uma horta. Isso aí eles aprenderam comigo. Então eu me sinto feliz com o movimento de mulheres que abriu a minha mente e eu vi que as coisas não eram por onde eu caminhava, e sim a gente tinha liberdade, só que a gente não sabia [...] Eu me sinto feliz com a minha família. Mas essa organização eu levei daqui do movimento de mulheres, porque eu não tinha essa noção.

Como é possível perceber pela fala de Taís, o movimento atuou de maneira decisiva na sua vida, ou seja, “abrindo os olhos” com relação à exclusiva atribuição das mulheres nas tarefas domésticas. Ainda frisando o papel da educação na criação da prole, ela destaca que suas filhas também foram educadas tendo consciência das relações de gênero, de forma a repassarem para os maridos a tarefa de contribuir com as atividades domésticas e de cuidado com as crianças.

Quando homens e mulheres são socializados, de preferência ainda na infância, para exercer atividades ligadas ao cuidado, é possível romper com a visão de que estas são “coisas de mulher”. Com isso, talvez perdesse sentido, por exemplo, que um casal que teve apenas filhos homens decidisse em um dado momento da vida, adotar uma filha para que esta pudesse “cuidar” deles quando estes fossem idosos. Homens também deveriam ser educados privilegiando o “modo de ser” cuidado.

Esse processo de socialização/educação está muito ligado à necessidade de desconstrução de visões sobre valores “femininos” tais como a sensibilidade. Homens também poder se tornar sensíveis desde que não sejam reprimidos por isso, afinal, como Bourdieu (2014) destaca, não são apenas as mulheres as vítimas<sup>62</sup> da “violência simbólica” oculta na dominação masculina, os homens também o são, já que são socializados a construir uma virilidade que o deve governar sempre. Além disso, a sensibilidade pode ser vista também de forma dual, como Mota (2006) destaca com relação à Marcha das Margaridas, em que o símbolo “Margarida” representa tanto a mulher forte que lutou até a morte pelos direitos dos/as trabalhadores/as rurais, como a frágil flor de mesmo nome. Assim as mulheres “transformam o desqualificado e frágil feminino em força e eficácia política, na luta e nas ruas” (MOTA, 2006, p. 350).

Segundo Batthyány (2009), é preciso promover o cuidado como responsabilidade social e coletiva e não como um problema individual, devendo incorporá-lo na agenda de

---

<sup>62</sup> Quanto ao uso corrente que o autor faz do termo “vítima” em sua análise sobre a dominação masculina, é preciso destacar que o uso é também atribuído aos homens não apenas às mulheres. Além disso, consideramos que o termo deve ser visto de uma perspectiva dialógica, de forma a fugir das dualidades passivo/ativo, afinal a condição de opressão carrega em si o potencial de gerar transformação, pois ser vítima é ser também potencialmente sujeito. Além disso, os feminismos existem e lutam para que as mulheres (e homens) deixem de ser vítimas do domínio masculino, o que demanda um processo de conscientização sobre sua condição de mulher no mundo e da dominação simbólica que vivenciam.

políticas públicas. Segundo a autora, no âmbito público o déficit de cuidado se vê, entre outros indicadores, na insuficiente atenção que prestam as políticas sociais às situações de mães, idosos, doentes e impedidos.

Assim como o cuidado, segundo Boff (2005), o trabalho é também um modo-de-ser do ser humano, mas cuja evolução passou de uma interação com a natureza à intervenção nesta, na busca em dominá-la de forma a atender aos interesses do homem:

Ora, a ideologia latente no modo-de-ser trabalho é a conquista do outro, do mundo, da natureza, na forma da dominação pura e simples. Esse modo-de-ser mata a ternura, liquida o cuidado e distorce a essência humana. Por isso, a dominação do modo-de-ser trabalho masculinizou todas as relações, abriu espaço para o antropocentrismo (dominação do ser humano, homem e mulher), o androcentrismo (dominação do homem), o patriarcalismo e o machismo [...] O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia (BOFF, 2005, p. 32).

Quando associamos trabalho e cuidado, duas categorias centrais para a compreensão das relações humanas, em especial no campo da saúde, onde trabalho é sinônimo de cuidado, percebe-se que com a profissionalização da medicina houve a marginalização das mulheres nesta área e/ou a sua inserção de forma subordinada. Como Ehrenreich & English (2006) destacam, o surgimento da profissão de enfermeira é um produto direto da opressão das mulheres, já que suas criadoras, Florence Nightengale e Dorotea Dix, popularizaram uma imagem de mulher, “a dama da lanterna”, que cuidava desinteressadamente dos feridos e servia de forma obediente aos médicos<sup>63</sup>.

Mas não é apenas na área da saúde que cuidado e trabalho se relacionam, pois como Boff (2005) enfatiza, estes dois modos-de-ser não são antagônicos: “O cuidado não se opõe ao trabalho, mas lhe confere uma modalidade diferente. Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito” (BOFF, 2005, p. 31). Dessa ótica, se alterariam as relações de poder entre seres humanos e natureza, o que evitaria a continuidade da degradação desta como a extinção de espécies e a contaminação dos ambientes, por exemplo. Ao contrário, ganha relevância a nossa posição enquanto seres que dependem totalmente da natureza para viver: água, alimentos, ar, enfim, tudo provêm da natureza, mesmo os bens que produzimos dependem de elementos extraídos dela. Neste sentido, quando Amanda, filha de Rita, frisa a luta do MMC/SC, assim como de outros movimentos sociais, em defesa da vida, a referência “é a vida de todos os seres vivos” e dos elementos, da água e da terra, possuindo uma dimensão mais ampla que a simples vida humana.

Mas essa percepção de cuidado/trabalho com a natureza não é ainda vista como algo importante para muitos agricultores, para os quais prevalece a lógica da dominação e da contaminação. Segundo Eduarda, os vizinhos da comunidade que estão se organizando para a criação de uma cooperativa para retirar água do rio Uruguai a criticam por não querer fazer parte da iniciativa. No entanto, como Eduarda enfatiza, já há alguns anos ela utiliza cisternas para captação de água da chuva e, portanto, não tem necessidade de se vincular à cooperativa,

---

<sup>63</sup> La “enfermera Nightengale” era simplemente la Mujer Ideal trasplantada del hogar al hospital y libre de obligaciones reproductoras. Esta mujer ofrecía al médico la obediencia absoluta, virtud de una buena esposa, y al paciente la altruista devoción de una madre, mientras ejercía sobre el personal subalterno del hospital la gentil pero firme disciplina de un ama de casa acostumbrada a dirigir la servidumbre (EHRENREICH & ENGLISH, 2006, p. 34).

o que ainda geraria custos iniciais e permanentes. Para os vizinhos, “cisterna é pra quem não tem água, eles não precisam, pois tem água”, conta ela. Vale destacar que a água que possuem, ou seja, a proveniente do rio Uruguai, é o local para onde correm os resíduos de agrotóxicos usados nas propriedades.

Embora algumas relações de interconexão entre as ações humanas e as respostas da natureza sejam pouco consideradas por alguns agricultores - tais como o uso de agrotóxicos/contaminação de solos, águas, alimentos e pessoas - outras relações parecem ser mais evidentes. Moradores/as do Faxinal dos Rosas, onde vivem Clara e Rita, relatam que houve uma diminuição das geadas na região que eram antigamente mais frequentes, o que, segundo os/as locais estaria extremamente relacionado à construção da barragem no município. O represamento fez aumentar a “cerração”, ou seja, a neblina, cuja presença impede a ocorrência de geada, ou seja, o orvalho que se congela na superfície do solo devido à queda de temperatura do ar.

No que se refere à relação entre trabalho/cuidado com a natureza, existe de fato uma percepção restrita sobre o conceito de trabalho, o qual se coloca muitas vezes de forma antagônica ao cuidado. Conforme Eduarda relata, as críticas que ela e a filha costumam receber de pessoas da região se fundamentam numa percepção de que elas “são pessoas loucas, que não trabalham; afinal preservação não é trabalho é coisa de gente preguiçosa. Aviário, vaca, suínos é trabalho”, desabafa. Essa visão limitada sobre trabalho implica que a conservação da natureza seja algo bem restrito, que pouca gente faz como Eduarda destaca. No entanto, ela ignora as críticas e segue firme com o objetivo de continuar trabalhando com agroecologia, o que possibilita conservar a natureza e ao mesmo tempo produzir alimentos saudáveis.

Explorar os significados das categorias trabalho e cuidado para os distintos grupos sociais parece ser um caminho para tentar compreender os desafios e as estratégias que podem ser usadas para fomentar processos de mudança que possibilitem uma relação mais harmônica das pessoas com o meio em que vivem. Nesse sentido, nas palavras de Boff (2005):

O grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado. Eles não se opõem. Mas se compõem. Limitam-se mutuamente e, ao mesmo tempo, complementam-se. Juntos constituem a integralidade da experiência humana, por um lado ligada à objetividade e por outro à subjetividade. O equívoco consiste em opor uma dimensão à outra, e não vê-las como modos-de-ser do único e mesmo ser humano (BOFF, 2005, p. 32).

Nossa civilização precisa é superar a ditadura do modo-de-ser-trabalho. Ela nos mantém reféns do mundo das máquinas produtivas, escravos de uma lógica que hoje se mostra agressiva e destrutiva, da Terra e de seus recursos, das relações entre os povos, das interações entre capital e trabalho, da espiritualidade e de nosso sentido de pertença a um destino comum [...] [o cuidado] é o modo-de-ser que resgata nossa humanidade mais essencial, cuja força pode servir de plataforma para um novo ensaio civilizatório (BOFF, 2005, p. 34).

Consideramos que a articulação entre trabalho e cuidado aparece como um dos pilares do MMC/SC na defesa de um projeto de agricultura camponesa de base agroecológica e de construção de uma nova sociedade. Essas propostas ganham maior ênfase na medida em que o campo se vê diante de transformações sociais tais como o envelhecimento da população e a migração das/os jovens para as cidades, colocando em risco a continuidade da agricultura camponesa. Vejamos a seguir alguns elementos destas dinâmicas.

## 4.2. Dinâmicas e transformações no campo: envelhecimento e migração

As reflexões em torno das mudanças que vêm sendo observadas nos espaços rurais apontam para as discussões em torno do conceito de ruralidade, o qual, segundo Schneider (2009) sugere, reflete a busca pelas/os cientistas sociais em superar as dicotomias presentes nas definições de rural em oposição a urbano. Segundo o autor:

Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento ou a tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perderam seu sentido (SCHNEIDER, 2009, p. 35).

De acordo com Schneider (2009), as redefinições conceituais e analíticas sobre a ruralidade apontam para três perspectivas: a primeira ressalta mudanças socioeconômicas e demográficas; a segunda enfatiza questões culturais e de representação relacionadas aos atores, e por fim uma terceira que analisa a ruralidade a partir de transformações do período pós-fordista e dos impactos e reconfigurações nos espaços regionais.

Desta maneira, Carneiro (1998) é uma das autoras que parece se pautar na segunda perspectiva apresentada por Schneider (2009). Para Carneiro (1998), é preciso “pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 1998, p. 61). Para Schneider (2009), a ruralidade é entendida como representação social que se define de acordo com a cultura dos atores sociais, os quais exercem múltiplas atividades, não apenas de caráter agrícola (como os serviços de turismo, por exemplo). Ainda segundo o autor, o conceito de ruralidade se destaca como elemento central para repensar o desenvolvimento rural, de forma a superar as estratégias setoriais e adotar enfoques com abordagens territoriais.

Das perspectivas analíticas sobre a ruralidade apontada por Schneider (2009), nossa análise se aproxima mais das duas primeiras tendências, apesar de considerar ser possível que a terceira abordagem atue como pano de fundo das demais, e assim haja um diálogo entre as três. Desta maneira, vamos abordar aqui mudanças socioeconômicas e demográficas como o envelhecimento da população no campo e sua relação com os processos de sucessão na propriedade, além da migração da juventude para as cidades.

Por sua vez, estes fatores também estão relacionados a aspectos de âmbito cultural, afinal a questão da sucessão se baseia em valores de um sistema patriarcal que não valoriza o trabalho das mulheres e que contribui para a permanência da desigualdade entre homens e mulheres no campo. Além disso, a migração da juventude deve ser vista como fenômeno dinâmico onde se observa a existência de um fluxo em que campo e cidade se alimentam e de certa forma se complementam, como nos casos em que se opta em trabalhar na cidade e morar no campo.

Por fim, outro aspecto que pretendemos ressaltar aqui se refere ao debate, no âmbito do MMC/SC, em torno de uma nova categoria política, a de jovens camponesas, cuja emergência também problematiza os valores culturais que colocam as mulheres em situação de desigualdade e assim vêm contribuindo para a consolidação do feminismo como bandeira de luta do movimento. Neste debate em que gênero e geração dialogam entre si, percebem-se ainda tendências sociais como o maior acesso à educação superior entre a nova geração do

movimento, elemento que contribui para a mudança de valores culturais e que vem enriquecer ainda mais os debates em torno das novas ruralidades.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial ocasionado por fatores como quedas das taxas de fecundidade e mortalidade, além do aumento da expectativa de vida. No campo, aliado ao envelhecimento, a migração de jovens para as cidades coloca em questão a sucessão familiar na propriedade (Jahn, 2013). Segundo Paulilo (2004), a sucessão, que em geral é masculina, é impactada devido à maior longevidade do pai (afinal aposentadoria no campo não significa parar de trabalhar) e assim a posição de dependente se amplia podendo ser essa uma das causas da saída dos filhos da propriedade.

Assim, a relação de dependência, que por sua vez está relacionada à ausência de renda própria, seria um dos fatores que vêm levando os/as jovens a migrarem para as cidades. Conforme No município de Palmitos Eduarda relata que as jovens vão muitas vezes trabalhar como domésticas ou em outros serviços na cidade para ter acesso à renda e de maneira geral, aos 15 anos filhos/as de agricultores/as são incentivados a ir estudar e trabalhar na cidade. Afinal, o campo é visto como um lugar de poucas oportunidades para a juventude, e de fato, é.

Mas se na migração da juventude o acesso à renda é um fator que atinge a ambos os sexos, há que se considerar a existência de elementos específicos às relações estabelecidas entre homens e mulheres no campo. Desta maneira, ao investigar a percepção de jovens sobre o êxodo rural feminino em uma comunidade do interior do Oeste de Santa Catarina, Kummer (2013) relata que os rapazes têm a percepção que o trabalho na roça é mais voltado para os homens, sendo mais pesado e difícil para as mulheres, que cuidam então do trabalho doméstico. Segundo o autor:

Os rapazes constituem uma visão de que as moças saem do meio rural por falta de interesse, mas na maioria dos casos não se questionam sobre as motivações disto. Ensejam discursos que mantêm as moças como indivíduos isolados, num ambiente paralelo. Alguns chegam a perceber sua migração como algo natural, pré-determinado. (KUMMER, 2013, p. 9).

Assim, segundo o autor, os rapazes veem na busca de oportunidades de trabalho ou estudo nas cidades, pelas mulheres, o anseio pela autonomia, já que na casa dos pais e na vida de casada em geral elas não possuem. A migração para a cidade é uma espécie de caminho para se libertar, mas “é, todo modo, uma autonomia alcançada sob o abandono de um modo de vida e não na sua transformação” (KUMMER, 2013, p. 11). Para os jovens, a permanência no campo depende do casamento, o qual se apresenta de maneira paradoxal, já que é difícil encontrar moças que queiram continuar no campo.

A desvalorização do trabalho das mulheres e a busca pela autonomia seriam então fatores motivadores para a migração das jovens para a cidade. Uma alternativa para resolver esta questão, segundo Paulilo (2004), seria a criação de um estatuto para a produção familiar, que possibilitasse à esposa e filhos/as maiores de 18 anos participarem das decisões e da divisão da renda de forma igualitária na família. Tal medida, “tornará sem sentido a separação entre trabalho doméstico e trabalho produtivo e assim as jovens saberiam que seu trabalho vale tanto quanto o dos seus irmãos na manutenção do patrimônio e na reprodução da família” (PAULILO, 2004, p. 248).

A busca de atividades econômicas na propriedade que possam empregar e garantir renda aos/as filhos/as de agricultores/as pode ser uma possibilidade para a permanência dos/as jovens no campo. Com relação a isso, destacamos o caso da família de Esther, integrante da regional de Chapecó do MMC e residente na linha Simonetto, em Chapecó. Ela e o marido tiveram três filhos e uma filha e atualmente todos trabalham e residem na propriedade. Até novembro de 2014 a família era “integrada” a uma agroindústria na criação de peru, porém

como a renda não estava sendo suficiente para cobrir os gastos, a família decidiu largar a atividade. Esther e seu marido fazem parte da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF- SUL), e como há aproximadamente 15/16 anos construíram o próprio frigorífico é este que possibilita emprego e renda aos filhos, que há uns seis anos passaram a tomar a responsabilidade do empreendimento familiar. Os produtos do frigorífico, que processa carne suína e seus derivados, são comercializados em supermercados e feiras de Chapecó. O frigorífico emprega além dos quatro filhos, por volta de dois a três empregados fixos.

O caso da família de Esther foi um dos poucos que pudemos visualizar no campo. No entanto, ao considerarmos a migração para as cidades com a busca por oportunidades de trabalho e renda, bem como de casamento, não podemos deixar de frisar as dificuldades que a permanência das/os jovens nas cidades pode gerar. Neste sentido, somos levadas a falar em “tempos de migrar” e “tempos de voltar” ao refletir sobre a migração dos/as jovens na região. Segundo Elaine, residente na Linha Boa Vista, em Chapecó, os jovens quando completam 18 anos costumam mudar para a cidade, período que se sucede com o retorno ao campo:

Como aqui ficam as raízes, o pai e mãe, sempre tem um pedacinho de terra né. Ai eles constituem família lá [na cidade] e eles voltam a morar no campo de novo com a família. Eles vão enquanto eles estão solteiros. Porque a gente tá vendo isso aqui. Olha nós aqui, a minha sogra, porque teve época que morava só ela e o meu sogro ali, não tinha nenhum filho perto. Tamo todos nois, só falta um [filho], mas tem espaço pra ele construir também.

Como Elaine ressalta na fala acima apenas um dos quatro filhos da sogra continua morando na cidade, e parece que não tem vontade de voltar. Elaine e o marido moravam na cidade até que construíram a casa própria ao lado da sogra e do sogro, assim como um dos cunhados e a cunhada, que num percurso similar saíram, voltaram e construíram suas casas ao lado dos pais. Essa trajetória de ida para a cidade quando solteiro e retorno ao campo após constituir família é apontada por Elaine como possibilidade de ocorrer também com seus dois filhos, que já são adolescentes<sup>64</sup>. A motivação para o retorno ao campo é segundo ela:

Eu não sei se é o modo de vida que é melhor aqui. Eu acredito que seja né. Desde tu criar um filho, é diferente de tu criar um filho na cidade né. Então acho que é o modo de vida que faz com que as pessoas voltem. Porque a gente vê nossos vizinhos aqui, quantos e quantos os filhos estão morando perto. Saíram solteiro e voltaram tudo casado. Então acho que é o modo de vida no interior que é melhor e sem contar que na cidade tu paga aluguel. Eu te disse que cada raiz, cada pai e mãe que fica tem um pedacinho de terra que pode oferecer pro filho fazer a sua moradia né.

Como é possível perceber a possibilidade de retorno ao campo é então uma alternativa enquanto local de moradia, podendo manter-se os elos com a cidade através do trabalho. Percebemos assim que existe uma complexidade de fatores envolvidos nas dinâmicas de transformação do campo, sendo o envelhecimento, a migração dos/as jovens e mesmo o estabelecimento no campo como local de moradia motivos que poderiam atuar como obstáculos à constituição do projeto de agricultura camponesa do MMC/SC.

---

<sup>64</sup> Elaine tem ainda uma filha de 21 anos que mora na cidade.

O envelhecimento da população rural se reflete ainda na organização do próprio MMC/SC, já que pelo menos metade das participantes do movimento deve ser de mulheres aposentadas. Jahn (2013) destaca que a organização de mulheres idosas pode ser importante, quando se consideram as possibilidades que o círculo de amizades tem em proporcionar maior satisfação de vida a elas. Segundo a autora, o envelhecimento gera ao movimento necessidade de adequação de suas ações, temas e demandas, passando pela reestruturação de mobilizações e atos de ruas, com trajetos mais curtos, até a produção de material em formato adequado à redução da visão, com uso de letras grandes, desenhos e imagens.

Pensar a continuidade do movimento foi um dos objetivos da XII Assembleia; para além dos reencontros, celebrações e formação política um dos espaços do evento esteve voltado para discussões sobre o futuro do movimento, com base nas sínteses das assembleias municipais e regionais que pontuaram questões para o plano de ação do MMC/SC de 2014/2017. Além disso, a nova direção também foi apresentada, sendo frisada a importância das dirigentes, “que devem possuir uma paixão revolucionária”, e que são fundamentais para realizar o trabalho de base. Além das dirigentes, a continuidade depende das mulheres que estão entrando agora no movimento, sendo a assembleia o seu primeiro encontro, bem como da atuação das jovens camponesas, tema que veremos a seguir.

#### **4.2.1. Juventude camponesa: uma nova categoria política**

A temática da juventude ganhou força no movimento principalmente após 2004 com os debates sobre o projeto de agricultura camponesa. Dentre as dificuldades que as jovens encontram para exercitar outro modelo de agricultura estão: pouco apoio e estímulo para continuar no campo, acesso à terra e à renda, autonomia e participação nas decisões da família, movimento e sociedade. As jovens do MMC/SC constituem um grupo variável com relação à forma de inserção no movimento, idade, escolaridade e visões sobre trabalho e vida no campo. Porém, seu engajamento vem consolidando a categoria jovem camponesa, construção que se apresenta como um processo marcado por tensões e contradições, já que existe uma imagem negativa sobre os colonos como coitados, seres inferiorizados (Menezes & Gaspareto, 2013).

Vale lembrar que o termo “colono” é usado para se referir ao camponês do sul do Brasil. Observamos que o preconceito associado à imagem do colono/camponês se mostra de forma contraditória, pois também recai sob o campesinato que mobilizado e organizado, cuja atuação visa à própria desconstrução dos valores que colocam os/as camponeses/as em situação de inferioridade. Neste sentido, Ângela ressalta o preconceito que teve que enfrentar, tanto na escola como depois na faculdade por ter se engajado no movimento:

Porque não é fácil você ser mulher, você ser agricultora, e ainda você ser de movimento social de esquerda. Então você traz uma carga pra sociedade de preconceito muito grande né? E a juventude é aquela fase de ter os primeiros namoros [...] Nessa sociedade que a gente vive [não é fácil] você dizer que é de um movimento social.

O apoio que Ângela teve do pai e da mãe, que também participam de organizações sociais, possibilitou que a jovem pudesse enfrentar a estigmatização sentida por ser militante. A construção da identidade “jovem camponesa”, de acordo com Menezes & Gaspareto (2013), implica na disputa de concepção e valores, sendo um processo dinâmico que articula aspectos de cultura e classe social. Pretende-se assim, transformar a visão de trabalho e vida no campo como atrasada, inferior, precária para concebê-lo enquanto lugar com qualidade de

vida, em que o sentido do trabalho não é opressor, mas livre e pertencente a quem produz (Menezes & Gaspareto, 2013).

Como dito antes, a forma de engajamento das mulheres da nova geração do movimento é variável. Amanda e Ângela, filhas de Rita e Clara respectivamente, acompanhavam as mães desde crianças até que se engajaram como militantes. Neste sentido, percebemos que a militância no MMC/SC por vezes é considerada uma “tendência familiar”, ao menos se considerarmos o caso das lideranças, assimilando-se neste aspecto com as observações realizadas por Comerford (2009) com relação ao surgimento e implantação de sindicatos de trabalhadores rurais na zona da mata mineira. Segundo o autor, a criação dos sindicatos naquela região foi um empreendimento assumido por famílias ou segmentos destas, envolvendo ainda pessoas conectadas em redes de vizinhança e amizade, o que possibilitou garantir a viabilidade da empreitada.

O engajamento de Ângela ocorreu por volta dos anos 2000. Em 2001 ela foi indicada pelo movimento para participar do Fórum Social Mundial e no ano seguinte iniciou um processo de formação de lideranças. Ela lembra que naquela época era a única jovem que participava do curso. Já Elaine começou a participar do movimento quando as reuniões do grupo de base da Linha Boa Vista passaram a ocorrer na casa de sua sogra, que nesta época estava doente (sediar as reuniões era uma forma de não deixar de participar do movimento). Elaine relata que a sogra teve papel fundamental no apoio para a sua participação no movimento:

E ela [a sogra] assim, é uma das pessoas que, quando eu comecei a participar fora, sair do grupo de base e ir em outros lugares, ela foi uma pessoa que sempre me apoiou. Ela me dizia assim: “eu não tenho tanta saúde que nem você” [a viagem pra Brasília né]. Ela disse: “eu não vou porque eu não aguento, mas você pode ir que eu vou cuidar dos teus filhos, pode ir despreocupada”. Então, sempre ela me apoiou nisso né, já que ela participa aqui, mas pra ir longe ela não vai. Sempre me apoiou muito e sempre quis que eu participasse também.

O relato acima evidencia uma relação entre sogra e nora que foge aos padrões deste tipo de vínculo, muitas das vezes conturbado havendo uma intermediação na ligação entre elas a partir da inserção e engajamento no movimento social. Desta maneira, parece interessante buscar compreender melhor os arranjos familiares e as relações de cooperação que podem existir ou não entre as mulheres (e os homens), de forma a entender a relação destas configurações e sua atuação para promover e/ou determinar a participação das mulheres em movimentos sociais e outros coletivos.

Elaine nasceu na cidade de Chapecó, onde conheceu o marido. Depois que se casaram eles continuaram a morar na cidade, porém, para Elaine havia dificuldade em conciliar o trabalho fora de casa com o cuidado dos filhos, já que não havia com quem deixá-los. Como um dos filhos desde pequeno era doente, Elaine diz que teve que parar de trabalhar fora para se dedicar ao cuidado dos filhos e da casa. Mais uma vez surge a questão do cuidado, o qual aparece sempre como de responsabilidade das mulheres, sendo elas que renunciam à sua atividade laboral fora de casa. Por fim, Elaine e o marido decidiram morar na Linha Boa Vista, afinal assim não precisariam pagar aluguel; a princípio moraram na casa da sogra e posteriormente construíram a casa própria.

Para muitas jovens a inserção no movimento é, segundo Menezes & Gaspareto (2013), a “porta de entrada para a saída de casa”, o que se deve à possibilidade de cursar o ensino superior pelo movimento. De acordo com Menezes & Gaspareto (2013), fazer faculdade é um dos desejos das jovens, que em geral gostariam de exercer profissões mais valorizadas que a

de agricultoras; no entanto, as jovens reconhecem o campo como local de moradia e qualidade de vida, projeto que reflete a realidade atual no Oeste Catarinense, onde muitas pessoas trabalham na cidade e moram no campo.

Trabalhar na cidade e viver no campo foi também a escolha da nova geração de militantes do MMC/SC que analisamos aqui. Elaine, que é da cidade, afirma que quando se mudou para o campo não chegou a trabalhar na roça, se ocupando mais do trabalho em casa, o que também se deve ao fato da propriedade da sogra ser pequena, sendo o plantio em pouca escala e voltado mais para atender ao consumo da família; o excedente da produção (mandioca, milho pipoca e amendoim principalmente) é vendido para vizinhos/as.

Elaine começou a trabalhar no movimento como monitora e atualmente trabalha no centro de formação Maria Rosa na secretaria do MMC/SC. Antes de receber a proposta para ocupar o cargo de secretária, ela não havia trabalhado na cidade enquanto morava no campo devido às dificuldades de transporte e os custos com este, o que muitas vezes inviabiliza o deslocamento (Boa Vista está a menos de 10 km de Chapecó, mas a oferta de transporte público é precária). O trabalho na secretaria do movimento é possível já que ela consegue ir de ônibus de manhã e no retorno, caso o marido não possa buscá-la de carro, existe a opção de “pousar” no movimento, ou seja, dormir no alojamento. Porém, “se fosse outro serviço eu acho que não iria”, ela comenta.

Elaine se mostra contente com o trabalho no movimento, onde pretende assumir posições de liderança, algo que é motivado pela trajetória de uma jovem citada por ela que hoje atua na coordenação do projeto de bancos de sementes crioulas na África. Percebemos assim, que a militância abre novas oportunidades de trabalho e estudo para as jovens através da atuação do movimento na criação e envolvimento em redes, a qual amplia as bases de organização e mobilização.

Ângela, filha de Clara, tinha por volta de 16/17 anos quando teve seu primeiro emprego, na secretaria do movimento. Quando iniciou o trabalho de resgate de sementes crioulas, por volta de 2003, ela se tornou monitora nas oficinas. E embora tenha optado em fazer faculdade de Direito na UNOCHAPECÓ, ela frisa que nunca deixou a militância. Atualmente Ângela é assessora parlamentar de um dos deputados do PT/SC, o que resultou num período de afastamento dos espaços de liderança que ocupava no MMC/SC. No entanto, ela frisa que pretende no futuro voltar a contribuir na direção do movimento, que ela considera “a sua casa”.

Já o primeiro emprego de Amanda, filha de Rita, foi no STR de Chapecó, o que lhe possibilitou cursar a faculdade, já que naquela época não tinha bolsa de estudos e era preciso trabalhar para poder pagar os estudos. Como havia poucas opções de cursos na época, apenas algumas licenciaturas, ela acabou se inscrevendo para o curso de administração, contudo, ao ver que não era o que queria mudou para ciências biológicas. Amanda se casou e foi morar na cidade, onde permaneceu por cerca de três anos, no entanto, por fim acabou decidindo voltar a morar na propriedade dos pais onde construiu sua casa. O retorno ao campo era considerado mais vantajoso do que a compra de um terreno na cidade, além de possibilitar estar mais perto dos pais, sem contar que se sentia mais segura, já que naquela época o marido era caminhoneiro e ela costumava ficar sozinha em casa.

A escolha profissional de Amanda pela área de biologia, segundo ela, tinha mais a ver com o campo. Atualmente ela atua na direção do movimento, além de trabalhar como professora em escolas municipais de Chapecó. Sendo professora há cerca de oito anos, Amanda destaca que após a saída do PT da prefeitura houve muitos retrocessos na educação do município, dentre eles a terceirização da contratação de professores e da merenda escolar, esta que poderia ser fornecida diretamente pelos agricultores/as da região pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo Amanda, “a direita e o capitalismo são muito fortes na região”.

A participação no movimento influenciou diretamente os rumos profissionais de Ângela e Amanda. A primeira se especializou na área de direito ambiental, o que, segundo ela se deve à concepção diferenciada de olhar para o meio ambiente, a qual foi aprendida no movimento de mulheres. Atualmente Ângela está cursando o mestrado na UNOCHAPECÓ e o tema de pesquisa se refere ao debate em torno da sociobiodiversidade e a questão da “livre determinação camponesa”. A livre determinação camponesa é uma terminologia nova que vem sendo construída por ela em sua pesquisa que tem como objetivo compreender se os/as agricultores/as possuem de fato a escolha em continuar plantando sementes crioulas. Para tanto, ela usará as experiências do MMC/SC como elemento para a caracterização do termo. A pesquisa levou Ana a se aprofundar na análise da liberação dos transgênicos e os impactos que os/as agricultores/as tiveram neste processo. Segundo ela:

O quê que a maioria tá colocando, que eles simplesmente fizeram a opção de parar de plantar agroecológico. No caso mais específico que é a questão do milho, por motivo da polinização aberta, eles dizem assim: “o meu vizinho começou a plantar transgênico eu simplesmente vendi o moinho, que eu tinha um moinho de farinha orgânica, porque ele se tornou inviável [o milho]”. Tá, mas o senhor procurou seus direitos? “Não, eu não vou brigar com o meu vizinho ele diz” [...] Porque o meu vizinho aqui do lado planta transgênico eu não posso obrigar ele a plantar orgânico. Agora ele também não tem direito de me impedir de plantar orgânico, porque o veneno dele vem na minha propriedade. Então como você vai lidar com isso, o direito brasileiro tem que tá aberto pra lidar com essas divergências, porque se ele permite a plantação transgênica no Brasil, ao mesmo tempo ele tem que garantir que as comunidades tradicionais que têm produção crioula não percam a sua variedade. É uma obrigação do Estado brasileiro.

A pesquisa de Ângela abrange a região Oeste e extremo Oeste Catarinense, sendo que dos dez municípios mapeados por ela, temos, por exemplo, Anchieta, que era considerada a capital do milho crioulo, e Palma Sola, que é um dos maiores produtores de milho transgênico. Assim, o município de Anchieta, que está localizado geograficamente em área de baixada, recebe o pólen do milho transgênico de Palma Sola, que é levado pelo vento. Além destes, os municípios de Itapiranga e Palmitos também fazem parte da pesquisa, pois são locais onde existem as/os “guardiãs/ões de sementes”. Eduarda, de Palmitos, é considerada uma guardiã de semente de biodiversidade pela quantidade de área preservada existente em sua propriedade. A escolha do tema de pesquisa de Ângela reflete a preocupação em contribuir para o enfrentamento dos transgênicos, que podem inviabilizar a agricultura de base agroecológica. Ela frisa que não acredita na coexistência entre os dois tipos de agricultura e que algum dia será preciso fazer uma escolha.

Assim como Ângela, Amanda também está cursando o mestrado na UNOCHAPECÓ. Depois de 16 anos de formada, ela relata que se motivou a voltar a estudar ao ver outras mulheres do movimento fazê-lo. A decisão em fazer o mestrado, até para poder contribuir mais na organização, foi um desafio, pois considerando a oferta de bolsas de estudos na instituição e na área de estudo, ela achava que não teria muitas chances, o que não ocorreu. O objetivo da pesquisa de Amanda é compreender a percepção das mulheres do MMC/SC sobre a área de reserva legal. Ao conversar sobre o tema, ela destaca algumas relações entre militância e sua atuação como pesquisadora:

Então essa forma de tá se organizando, esse jeito que me motivou a voltar a estudar, a dizer que a gente também pode mostrar um pouco do nosso

trabalho e não só deixar apenas que os outros possam escrever a nossa história, mas que a gente também possa pôr um pouco no papel. Na banca eu fui questionada, “você vai ser uma pesquisadora ou vai ser uma militante?”. Na hora assim, ai meu Deus, será que agora eu tenho que ser só pesquisadora, e agora? E aí eu vi que eu tenho que ser pesquisadora, mas eu tenho que ser militante, não posso deixar de militar, porque tá no nosso sangue, na nossa identidade isso né, de tá lutando.

As reflexões em torno da relação entre ser militante e ser pesquisadora colocam em questão o tema das identidades políticas e seus elos com o cotidiano, ou seja, em sua interface com as atividades que desempenhamos, sejam elas profissionais e/ou pessoais. Neste sentido, sugerimos os seguintes questionamentos: como pensar as identidades políticas em sua amplitude de forma a não reduzi-las no cotidiano e restringi-las a determinados ambientes e situações? Como analisar a militância, ou melhor, o ativismo das mulheres, buscando incluir os desafios cotidianos desta prática, que se relacionam, nos casos acima, com a atuação acadêmica?

Pelas trajetórias que vimos, percebemos que existe uma nova geração de militantes do MMC/SC que exerce outras profissões que não estão diretamente ligadas à atividade agrícola, mas que dialogam com as ações do movimento ligadas ao projeto de agricultura camponesa. Outro dado importante é que essas mulheres constituíram família e escolheram o campo como local de moradia. Embora a nova geração contribua para a construção do projeto de agricultura camponesa, fica o questionamento que Menezes & Gaspareto (2013) propõem: como pensar a agricultura camponesa hoje a partir deste contexto em que o campo se valoriza como espaço de moradia e qualidade de vida, enquanto as pessoas que aí residem passam a se dedicar a outras profissões que não a agricultura?

O tema da juventude diz respeito também à renovação do movimento social, que parece ser de bastante apreensão já que boa parte das mulheres do MMC/SC é aposentada e/ou idosa. Nesse aspecto, Ângela destaca que em comparação com a época em que ela iniciou a militância, o MMC/SC vem avançando e conseguindo incorporar jovens lideranças, no entanto a necessidade de garantir trabalho e renda para as jovens permanece como grande desafio.

Neste sentido, a questão financeira facilita que as aposentadas possam participar e se dedicar mais à organização já que possuem um salário garantido. Além do preconceito associado ao “ser camponesa”, Ângela destaca também que existe maior dificuldade em construir entre as jovens uma identidade enquanto coletivo, pois as jovens do movimento nem sempre são da mesma comunidade, o que poderia ser um elemento facilitador para a criação do vínculo coletivo. Esse fator se deve ao fato do MMC ser uma organização formada por agricultoras que já estão estruturadas em suas propriedades, numa situação de “individualismo”, diferentemente do MST, por exemplo, onde existe uma fase que une as pessoas em torno do objetivo de conquistar a terra, fazendo surgir um “nós” enquanto sem-terra. Portanto, não se pode comparar o coletivo de jovens do MST e do MMC, por exemplo.

Em relação às ações de resgate de plantas medicinais e sementes crioulas, o que segundo Jahn (2013), é fundamental que seja um trabalho intergeracional, de forma a contemplar as jovens camponesas, para quem essas práticas são menos cotidianas, há que se considerar que estas parecem não despertar muito interesse com relação à agricultura, ao menos não enquanto profissão. Neste sentido, Ângela destaca que:

Hoje a gente vive no país uma tendência muito grande do profissionalismo [...] não se faz mais as coisas simplesmente por fazer, porque é bom pra minha família, não, mas eu quero ir além. Se tu for analisar a própria questão

do estudo, como que nós vamos potencializar pra que filhas de agricultoras camponesas façam o curso de farmácia, por exemplo, e que continuem trabalhando com plantas, que façam agronomia e continuem trabalhando com sementes? Porque hoje o próprio país avançou, quando eu comecei a participar do movimento era um sonho fazer graduação, hoje não, hoje é uma necessidade quase. E você tem opções de fazer. Então, o país vai avançando e nós dos movimentos sociais temos que ir avançando também. Então, daqui a pouco ser militante do movimento, trabalhar com sementes crioulas vai ser uma técnica e que vai ter as jovens, são agrônomas, são tecnólogas que vão tá trabalhando. E como que o movimento vai dar conta dessa demanda? Elas não vão trabalhar simplesmente com aquela agricultora que vai plantar, mas ela é uma agricultora agrônoma e que ela vai cuidar da propriedade dela, mas de uma forma mais qualificada. Então a gente não pode, é claro, esquecer ou minorizar o conhecimento popular, mas fazer com que o conhecimento popular se torne também técnico.

A tendência de profissionalização apontada acima reflete a própria atuação do movimento, o qual tem como uma de suas bandeiras de luta o acesso à educação e ensino superior público. Fruto das ações de movimentos sociais rurais do campo, dentre eles o MMC/SC, para atender as regiões do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2010 foi criada a UFFS, que possui atualmente seis campi<sup>65</sup>, um deles na cidade de Chapecó que é também a sede da universidade. Além de formar profissionais em diversas áreas, a instituição vem realizando cursos de agroecologia voltado para jovens e mulheres da região, contribuindo assim para fomentar o desenvolvimento rural sustentável no Oeste Catarinense.

Mas, se por um lado, o acesso à educação e ao ensino superior pode trazer novas oportunidades de emprego e renda as/aos jovens camponeses, há, porém que se ressaltar que a maior tendência ao profissionalismo também contribui para a ampliação das exigências e maior concorrência no mercado de trabalho. Denise, 42 anos, residente na linha Santa Terezinha, em Palmitos, conta que achava que fazer faculdade seria algo que mudaria muito a sua vida, o que não ocorreu e enfatiza que “ter feito faculdade foi uma grande bobagem”. Embora não tenha feito o curso que gostaria, Veterinária, ela estudou Administração com ênfase rural, mas apenas conseguiu emprego como vendedora. Chegou a morar em Chapecó e até mesmo em Rondônia trabalhando como vendedora.

Denise relata que não gosta da rotina de trabalho urbano e acha que não compensa morar na cidade, devido aos custos que isso tem. Assim, ela preferiu voltar a morar no campo com a mãe, Eduarda, e considera que possui uma vida melhor, tem a liberdade de trabalhar em casa e fazer o que gosta – artesanato. Durante o dia ela trabalha na roça e nas tarefas de casa e à noite se recolhe em seu atelier. O artesanato está mais focado em torno da palha de milho crioulo e do purungo (cabaça), pois são produtos diferenciados, afinal, segundo ela, crochê e tricô “todo mundo faz”. O milho crioulo, plantado por ela, garante uma palha de boa qualidade, diferentemente do milho híbrido que “caruncha” facilmente. Além do artesanato, Denise vende plantas suculentas e cactáceas em feiras e eventos. Sua renda é variável, pois depende da quantidade de encontros que existam e possam participar, mas segundo ela, consegue garantir o suficiente para comprar o que precisa.

Como vemos, além do acesso à educação e ensino superior é necessário criar e fortalecer experiências que propiciem trabalho e renda às jovens, pois, apenas um diploma na mão há muito tempo já não é mais garantia de conseguir trabalho. No que diz respeito à

---

<sup>65</sup> Chapecó, Cerro Largo/RS, Passo Fundo/RS, Erechim/RS, Realeza/PR e Laranjeiras do Sul/PR. O campus de Passo Fundo foi instalado recentemente. Para mais informações: <http://www.uffs.edu.br/>

relação da juventude com o projeto de agricultura camponesa e feminista, para Elaine, as jovens não se identificam muito com a questão das sementes crioulas e plantas medicinais, ao contrário do tema do feminismo que desperta mais interesse nessa fase da vida, que é a idade da euforia, e principalmente agora que é “o assunto do momento”. Segundo ela, “se tu for pra luta, melhor ainda”, “fazer barulho, colocar a cara a tapa”, é isso que deixa as jovens mais motivadas. No entanto, ela alerta que são poucas as jovens que participam do movimento, geralmente são as que estão estudando, pois este é um dos fatores que as motivam.

Elaine destaca ainda a importância da permanência da luta das mulheres, afinal as precursoras do movimento lutaram para garantir os direitos de hoje, porém, “se nós não tiver na luta todo dia, esses direitos um dia a gente pode perder, então a gente tem que lutar todos os dias pra garantir e pra melhorar né”. De fato, a possibilidade de perda de direitos se mostra como cenário próximo, já que vivenciamos atualmente regresso ao conservadorismo e ofensiva da direita para retomada do poder. No MMC/SC além da luta por direitos ligados à classe trabalhadora e camponesa um tema que vem adquirindo cada vez mais destaque se refere à bandeira do feminismo, assunto que abordaremos a seguir.

### **4.3. Percepções e definições sobre o feminismo camponês**

As mulheres não constituem uma categoria universal, exceto pela projeção de nossas próprias referências culturais. As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado (SARTI, 2004, p.44).

Esperamos ao longo da pesquisa ter mostrado alguns aspectos referentes ao contexto no qual as mulheres do MMC/SC estão inseridas e sobre o qual atuam. Desta maneira, podemos agora buscar compreender o tipo de feminismo que vem sendo construído por elas. Um dado importante se refere ao início das discussões sobre a temática na organização. De acordo com Ângela feminismo era um dos princípios do movimento desde o início, no entanto, era um tema polêmico e/ou que gerava receio para as agricultoras, devido ao preconceito contra a mulher e mais ainda contra a mulher agricultora. Foi somente a partir de 2004 que o tema passou a ser trabalhado de maneira mais direta. Nas palavras de Ângela:

E foi muito bonito esse processo. Eu acho que a gente deu tempo ao tempo e foi construindo de forma coletiva. Delas [as mulheres da base] entender o feminismo não como a mulher se sobrepôr aos homens, que sempre teve essa ideia, “não, as mulheres querem tomar o espaço dos homens”. Não, a gente não quer tomar o espaço do homem, a gente não quer ser igual aos homens né. A gente quer ter os mesmos direitos, mas respeitando as nossas diferenças. Então, essa construção, pra falar pode ser muito fácil, mas você construir no dia a dia, no cotidiano, ela é muito dolorosa pras mulheres. Então, por isso também eu acho que não foi como uma primeira bandeira de luta, aos poucos a gente foi mostrando. E hoje, que passam 30 anos de história do movimento, a gente conseguiu demonstrar na prática o que é o feminismo que nós defendemos. Não precisou a gente ficar dizendo: “nós somos feministas, nós somos feministas, nós somos feministas”. Então foi meio pelo trabalho que foi feito, pela construção que se teve que hoje a gente consegue dizer tudo isso é feminismo.

Em 2004 a discussão sobre feminismo ganhou ênfase no MMC/SC a partir da sua conexão com o debate sobre agroecologia, tema que segundo Ângela enfatiza:

E o movimento foi trazendo aos poucos isso né, dessa produção agroecológica, a produção de plantas, depois do programa das sementes veio a produção de alimentos saudáveis que, mesmo na Via Campesina, nos movimentos, esse debate originou-se, eu vejo, muito a partir das mulheres né [...] Mas como [...] a mulher também nunca teve muito o domínio da produção em grande escala nas propriedades, então a gente fez a opção de fazer esse resgate nos quintais, nas hortas, que é um espaço onde a mulher domina e tem mais poder de decisão.

Pelo relato acima é possível perceber que as mulheres tiveram atuação fundamental no próprio desenvolvimento da agroecologia, cujas experiências, em geral, possuem como locus de atuação os quintais, espaços onde as mulheres “dominam”. Neste sentido, é possível perceber o protagonismo das mulheres do MMC/SC no desenvolvimento da agroecologia a partir de alguns relatos sobre experimentos conduzidos por elas em suas propriedades e que evidenciam momentos em que os companheiros vão aos poucos percebendo que “dá certo”.

Por exemplo, uma espécie cujo cultivo foi deixando de ser feito pelos/as agricultores/as da região é o arroz; dentre as experiências realizadas pelas mulheres está o plantio de arroz, tanto em consórcio com a mandioca como cultivado sozinho, o que gerou, segundo elas, interesse dos companheiros e motivação para a prática. Outros relatos evidenciam o sucesso econômico das experiências conduzidas pelas mulheres e que causaram surpresa do companheiro/pai, ao perceber, por exemplo, que o faturamento das mulheres com a produção de mandioca foi maior que o gerado por ele com a produção de milho, o qual é cultivado numa área mais extensa que a mandioca.

Estes exemplos demonstram que a atuação das mulheres é fundamental para o desenvolvimento e ampliação das experiências em agroecologia. No entanto, essa contribuição parece não ser devidamente destacada do ponto de vista científico, já que, conforme Siliprandi (2009) aponta, por mais que o conhecimento agroecológico busque o diálogo de saberes:

Parece existir um vazio de análise entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas – o agroecossistema – e o nível macro – as comunidade rurais, os camponeses, os indígenas, a agricultura familiar – um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura (SILIPRANDI, 2009, p. 114).

Neste sentido, Siliprandi (2009) aponta as obras de Vandana Shiva e Joan Martinez Alier, autores considerados referências para a Agroecologia e que buscam romper com esse vazio de análise, além da contribuição da antropóloga Maria Emilia Lisboa Pacheco, primeira autora a se referir especificamente à participação das mulheres na agroecologia.

No que se refere ao movimento agroecológico, segundo Siliprandi (2009) a mobilização das mulheres iniciou-se em 2002 durante a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) que ocorreu no Rio de Janeiro. Desde então, as mulheres estão organizadas no Grupo de Trabalho denominado Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) que vem sendo um “aglutinador entre os diversos movimentos do campo agroecológico, na afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos atuantes” (SILIPRANDI, 2009, p. 169).

Como resultado da atuação do GT Mulheres da ANA, o III ENA, que teve como lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”, realizado em 2014 em Juazeiro, na Bahia, contou pela primeira vez com a paridade de gênero: das 2.100 pessoas que participaram do encontro, mais de mil mulheres ocuparam os diferentes espaços, participando de discussões, ações e estratégias de comunicação do evento afirmando que “*Sem feminismo não há Agroecologia*” (Contag, 2014). Percebe-se assim que a ampliação e consolidação da Agroecologia no Brasil trazem consigo o desafio de incorporar e aprofundar o tema do feminismo em suas discussões.

Neste sentido, buscamos compreender os significados do feminismo que vem sendo construído pelas mulheres do MMC/SC, o qual aparece como elemento chave para conduzir à “libertação” da mulher do machismo, violência e desigualdade. É importante perceber que o termo “libertação” é uma espécie de herança da Teologia da Libertação que influenciou a organização das mulheres, ainda na época do MMA, sendo o termo usado com frequência pelas mulheres para se referir aos seus anseios e lutas.

A libertação da mulher pode ser vista de diferentes óticas. É muitas vezes o resultado do processo de desvendar como as questões de gênero se manifestam no cotidiano familiar, por exemplo, tarefa que implica reconhecer o que de fato precisa ser mudado para que então as mulheres se tornem agentes dessa mudança. Neste sentido, a liderança do MMA entrevistada em 2007 por Paulilo & Silva (2007) relata que na primeira reunião do movimento que participou se deu conta que estava fazendo coisas erradas na família, já que era “aquela mulher que queria atender a todos da melhor maneira possível” e achava que o que fazia era certo; foi no movimento que ela “acordou” e aprendeu que deveria, por exemplo, repartir as tarefas em casa.

Assim como muitas mulheres do MMC/SC, Amanda relata que teve que enfrentar as críticas do marido, que não conhecia os movimentos sociais e a “luta” destes, e teve que confrontar as ideais que ele tinha sobre o papel da mulher como “a dona de casa”. Apesar das dificuldades, Amanda enfatiza que é necessário esforço, mas é possível transformar as relações, e hoje ela destaca “que possui um aliado dentro de casa”. O marido assim como a filha, segundo ela, a apóiam nas ocasiões em que ela precisa estar fora de casa devido ao trabalho, mestrado e atividades do movimento. Amanda afirma que muitas vezes é na família o espaço para se romper com as relações que oprimem as mulheres e lembra o “causo” de sua mãe, Rita, quando esta decidiu pela primeira vez em quem iria votar, criando assim um conflito na família, já que quem “decidia” o seu candidato era o seu irmão mais velho, quem direcionava também os votos do pai e da mãe. “Dizer, não, eu já tenho candidato” foi um rompimento que era necessário ser feito e só ela poderia fazer, conta Amanda.

Percebe-se que “a libertação” da mulher sobre as visões e papéis que recaem sobre ela assim como a autonomia nas decisões que lhes dizem respeito enquanto indivíduo só pode ocorrer quando ela se propõe a enfrentar as relações de poder. Mas os rompimentos, embora a princípio sejam consideradas atitudes transgressoras são, na verdade, o pontapé para o início de novas relações. Afinal, de acordo com Santos (2002):

A emancipação é tão relacional como o poder contra o qual insurge. Não há emancipação em si, mas antes relações emancipatórias, relações que criam um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais. **As relações emancipatórias desenvolvem-se, portanto, no interior das relações de poder, não como resultado automático de qualquer contradição essencial [...]** Só através do exercício cumulativo das permissões ou capacitações tornadas possíveis pelas relações de poder se torna viável deslocar as restrições e alterar as distribuições, ou seja, transformar as

capacidades que reproduzem o poder em capacidades que o destroem (SANTOS, 2002, p. 269, grifo nosso).

A atuação do MMC/SC é fundamental para favorecer a criação de relações de emancipação pelas mulheres que compõem o grupo de lideranças que fez parte da pesquisa. A partir da desconstrução dos estereótipos sobre feminismo, estas mulheres vão assumindo a identidade política feminista e originando suas próprias percepções e definições sobre feminismo. Neste sentido, para Eduarda “feminismo não é não gostar de homem”, como muitas pessoas acham; trata-se de mudar a relação de dependência da mulher com relação aos homens, principalmente no que se refere a dinheiro. Para Eduarda, a autonomia econômica das mulheres é um dos principais elementos do feminismo.

Já, para Rita, ser feminista é “assumir o teu papel como mulher”, pois, onde existe igualdade de gênero, tanto o papel do homem é importante como o da mulher também o é. Ser camponesa e feminista, para Rita, é ser mulher no campo, o que não significa ser dominada pelo machismo. Mas como ela alerta, o pior desafio hoje é conquistar as mulheres para participar do movimento para que possam entender essas questões e inclusive dialogar com os maridos sobre o tema. Segundo Rita, o próprio sistema dificulta que as mulheres se interessem em participar do movimento social, onde a mídia atua de maneira central ao fomentar padrões de consumo e de vida. Outro fator a ser considerado se refere à possibilidade que as mulheres têm em participar de atividades ligadas a outras entidades, como clubes de mães, dentre outros, onde a mulher aparece como a “rainha do lar”.

A percepção de Lorena com relação ao tema é que: “ainda falta muito para as mulheres se libertarem”, sendo que “se libertar é a capacidade de tomar decisões, ter atitude, pensar com a própria cabeça e não ficar presa só ao que os outros fazem”. Segundo Lorena, essas questões foram amadurecendo dentro dela devido à atuação do movimento. Ela confessa que “existe muita desigualdade que machuca” e ainda existe muita dificuldade em fazer com que as pessoas confiem nas mulheres, ainda mais as “do interior”, o que demonstra que o preconceito contra as mulheres é ainda um grande desafio a ser enfrentado em nossa sociedade.

Elaine, que começou a ter uma visão sobre feminismo a partir da participação dos encontros do grupo de base na Linha Boa Vista, destaca que era justamente a discussão sobre gênero e feminismo o tema que mais a interessava e onde a dinâmica de interação e troca de experiências evidenciava as diferenças culturais entre as gerações. Ela relata que antigamente, as mulheres não eram chamadas pelo nome próprio: “ah eu vou lá na casa de fulana. Mas fulana quem? Ah, a mulher do João. Bom, ela também tem um nome né. Nunca dizia eu vou lá na dona Nita. Não, eu vou lá na mulher do seu Altair, como se a mulher fosse propriedade do homem”. Embora o tempo passe, Elaine enfatiza: “lógico que tem mentes que se abrem, assim como tem mentes que continuam naquele tempo”. Para ela feminismo é:

Eu digo assim que feminismo é você ter a tua dignidade, mas ter a tua marca na história. Assim, feminismo é uma marca na história da mulher. Não é que você vai ser rebelde com o machismo, não. É você mostrar pro machismo, pra essa classe de machista, que não é daquele jeito, que a mulher também pode. **Então eu acho que feminismo pra mim é um ponto de vista que eu elaboro [...] pra mostrar que [...] a mulher também pode.** Não é que quer ser rebelde né. Muitas vezes diz assim, ah feminismo é a mulher se vestir que nem homem e dizer que eu posso fazer que nem homem. Lógico que a mulher pode fazer que nem homem, é que nem trabalhar. Por que a mulher ganha menos que o homem e faz o mesmo serviço? Ela não vai lá brigar pra dizer que ela pode mais que o homem, assim, vai conversar, vai dialogar

pontos de vista. Eu faço a mesma coisa que ele, por que eu tô ganhando menos? Será que eu tenho menos valor do que ele?

A definição acima sobre feminismo chama atenção, pois enfatiza o seu aspecto enquanto elaboração própria, sendo fundamental, para Elaine, manter uma postura que menos do que se mostrar de maneira “rebelde” seja capaz de dialogar e defender pontos de vista que justificam as relações de igualdade entre homens e mulheres.

Ao buscar conexões entre feminismo e campesinato, quando eu questiono Elaine se o feminismo estaria mais presente na cidade do que no campo, ela concorda e diz que no campo é muito comum as mulheres continuarem “submissas” aos homens, chegando a serem eles quem “administram” o dinheiro delas:

Eu vejo lá no movimento quando tem que ligar pra mulher e pedir os dados bancários pra fazer um depósito, elas não sabem o número do cartão delas, da conta delas. “Peraí que eu vou chamar o meu marido” [...] Porque hoje o marido ainda pega o cartão da mulher e vai lá receber e dá o que ele acha que é bom pra mulher e quando dá. Então é uma coisa que a gente vê bastante no campo, [a mulher] quase nem vai pra cidade, nem pra receber mesmo né [...] Então tem aquela coisa né sempre dependeu do homem né.

Apesar disso, Elaine destaca exemplos de mulheres que são lideranças e atuam na direção do movimento e que foram se “libertando” a partir da conscientização que a organização lhe proporcionou. Neste sentido, a “libertação” pode ser simbolizada pelo retorno aos estudos, já que quando jovem o pai não deixava, pois, antigamente “mulher não podia estudar” e assim realizar o sonho de se formar em Pedagogia e ser professora, sonho da juventude que se concretiza na “terceira idade”.

Ampliar o campo de análise para além do espaço familiar, buscando compreender esferas sociais importantes na vida das mulheres como o ambiente religioso e sua interação com a identidade feminista assumida pelo MMC/SC, questiono Ângela sobre a existência de possíveis conflitos com a Igreja Católica, principal religião das mulheres do movimento. Para ela: “as divergências dependem da forma como se constroem e trabalham essas questões”. Ângela lembra ainda que o movimento, desde o seu surgimento, contou com o apoio das pastorais sociais, mas não de setores mais conservadores da Igreja como o dos carismáticos. De toda forma, ela destaca que algumas bandeiras feministas como a luta pelo fim da criminalização do aborto, apesar de ser um dos princípios da organização desde o início - assim como o feminismo que passou a se consolidar, sobretudo a partir de 2004 - é um debate que ainda precisa ser amadurecido com as mulheres da base; enfim, um problema a ser enfrentado.

De maneira geral, a postura do movimento com relação à Igreja parece ser, digamos assim, de vigilância, havendo, quando necessário, situações que demandam posicionamento por parte do movimento. Destacamos aqui o debate promovido durante a realização das conferências municipais de educação, que ocorreu em 2015, em que se questionou a possibilidade de retirar o tema gênero das diretrizes curriculares da educação básica. Segundo as dirigentes do MMC/SC, a situação parece estar ligada a posicionamentos da Igreja que rejeitam os debates sobre gênero, já que estão aí incluídas discussões em torno da construção social do sexo e, portanto, do homossexualismo, prática condenada pela Igreja Católica. Cabe mencionar que não houve modificação e retirada das discussões sobre gênero das diretrizes

bases da educação, sendo que esta situação gerou mobilização das mulheres em torno do tema<sup>66</sup>.

Ao questionar sobre as possíveis contradições entre feminismo e as doutrinas que a Igreja impõe, principalmente com relação à submissão das mulheres, Elaine concorda que existe muita contradição entre a religião e o pensamento feminista. Ela afirma que, nas escrituras, por exemplo, mesmo os relatos da Bíblia sobre as mulheres são contados por homens; não tem nenhum livro que seja escrito por uma mulher, sendo que tiveram várias, Maria, Maria Madalena, Verônica, etc. No entanto, Elaine destaca que diante da conquista pelas mulheres de maior espaço na sociedade, a Igreja “vai ter que mudar o seu ponto de vista” e lembra ainda o papel do bispo Dom José, que foi o carro chefe do movimento de mulheres na região e que acreditava que “as mulheres podem mais, não porque são agricultoras, camponesas, mas porque são mulheres”.

Ainda na tentativa de compreender as inter-relações entre a atuação das mulheres nos espaços locais que ocupam e as mudanças culturais que são fomentadas por elas, Elaine destaca, no âmbito comunitário, a importância de dar espaço para as mulheres que atuam como lideranças tanto na Igreja (a comunidade tem duas ministras), como no conselho da comunidade. Ela diz que desde que assumiu a secretaria do conselho da comunidade (em que a coordenadora e a tesoureira são também mulheres), o nome das mulheres passou a constar nas atas da diretoria – antes aparecia só o nome do homem. Segundo ela, “então a gente tá mudando as coisas. Temos uma presidente mulher, né?”.

Vale destacar que, para as mulheres do MMC/SC, o período de crise política do atual governo do PT é uma consequência da onda conservadora que vem (re) surgindo. Afinal, em doze anos de governo houve avanços em políticas públicas de empoderamento de negros, agricultores e mulheres e tais avanços “assustam” os setores da direita. Mas, segundo as mulheres do MMC/SC, as manifestações de ódio e violência contra a presidenta Dilma não são apenas por conta do projeto do PT, representando também um ataque de ódio e violência contra as mulheres.

Por fim, percebemos que as mulheres do MMC/SC possuem suas próprias definições, percepções e experiências com relação ao feminismo que se constroem, se unificando em torno da organização, do trabalho e do cuidado expresso em suas ações, projetos e sonhos de libertação para construir novas relações entre homens e mulheres e destes com a natureza, onde se luta “prá mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher”<sup>67</sup>. A mudança envolve a ação coletiva, mas é antes de tudo uma atitude individual. Segundo Elaine:

A mulher [...] tem a chance de mudar, só não muda quem não quer. É que nem eu te disse, se dependesse de mim mesma, eu ia ficar dependendo do meu marido, do salário dele, não ia querer aprender a dirigir porque eu tinha o meu marido que fizesse isso pra mim né. Mas não, eu tenho que ter a minha autonomia, eu tenho que dizer: não, eu posso, eu vou fazer. Então tem coisas que só basta a mulher querer fazer.

Esse desejo de fomentar as mulheres a conquistarem sua autonomia e “libertação”, de acreditarem que é possível mudar e agir para que as transformações ocorram parece ser um dos principais méritos do MMC/SC: o de tentar despertar em cada uma destas mulheres a vontade de querer ser mais, de se assumirem enquanto camponesas e feministas que lutam e

<sup>66</sup> Havia uma formação programada para ocorrer nos dias 28 e 29 de julho de 2015 em Chapecó para as mulheres estudarem e discutirem o documento que foi lançado por alguns bispos da região Sul atacando o debate sobre a questão de gênero.

<sup>67</sup> Hino intitulado “Sem medo de ser mulher” de autoria de Zé Pinto.

atuam na construção de uma sociedade menos desigual, onde haja qualidade de vida e alimentação saudável para as pessoas poderem viver de maneira integrada e equilibrada ao ambiente que a cercam.

Neste sentido, nos remetemos à fala de uma das dirigentes do MMC/SC, em que ela destaca que feminismo e protagonismo das mulheres são apenas sementes e que há ainda muito que caminhar para se alcançar a igualdade de gênero. Mas se, por um lado, ainda falta muito que caminhar, sempre há, o mais importante é que os primeiros passos já foram dados, lá atrás, naquela reunião de mulheres em Nova Itaberaba em 1983, quando surgiu o MMA. As sementes lançadas no passado, vingaram, deram origem a vigorosas “flores” cujos frutos simbolizam a continuidade do ciclo de (re) produção de novas lutas, sonhos, vidas. Se não houver quem lance as sementes ao solo, como poderão estas germinar, crescer, florir e frutificar?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final desta pesquisa é um motivo de alegria, pois apesar dos percalços surgidos ao longo destes dois anos de mestrado, foi possível cumprir com o objetivo ao qual me propus, e talvez até mesmo indo um pouco além do que imaginava. Entretanto, seria impossível não reconhecer que apesar do esforço empreendido a pesquisa aponta para novas questões e problemáticas que não puderam ser devidamente aprofundadas aqui. Neste sentido, buscaremos nestas breves considerações finais sobre a pesquisa ressaltar alguns dos resultados obtidos com o estudo, bem como apontar temas que consideramos que merecem maior aporte investigativo.

Ao analisar a trajetória do MMC/SC buscamos mostrar como se deu o processo de mobilização e organização das mulheres agricultoras, enfatizando relatos pessoais das pioneiras do movimento. Buscar conectar as histórias de vida das mulheres com a história coletiva da organização possibilita compreender as motivações pessoais que conduzem à inserção e participação em um movimento social, e que também são criadas em decorrência desta. Afinal, se por um lado a história do MMC/SC é condicionada por dinâmicas mais amplas ligadas ao contexto histórico e aos problemas sociais vividos neste período, por outro lado sua trajetória está ligada à forma de se organizar e de buscar atender às motivações das mulheres que tornam o movimento uma realidade concreta e que atua de forma determinante para favorecer processos de fortalecimento da autoestima, empoderamento, autonomia econômica e acesso à educação.

No que se refere à investigação dos processos de ocupação e colonização do Oeste Catarinense evidenciamos componentes de memórias individuais que se articulam com uma memória coletiva de ocupação da região. O passado, e também o presente, de origem cabocla rompe com as narrativas lineares e homogêneas construídas e enfatizadas ainda hoje pelos discursos históricos oficiais que privilegiam um passado (e presente) formado por colonos descendentes de imigrantes europeus, sobretudo italianos e alemães.

Caboclos e colonos compõem o campesinato que se formou na região e que passou a se organizar a partir dos anos 1980, por influências das CEB's e pastorais sociais ligadas à Teologia da Libertação, buscando atuar para modificar seu patamar de marginalização histórica oficial, configurando-se como novos sujeitos políticos. O foco do estudo na região Oeste Catarinense se mostra de forma estratégica, já que neste território se processaram importantes mudanças a partir dos anos 1970 com a modernização do campo. O tema da modernização do campo, embora seja recorrente nas análises, merece ainda maior atenção de pesquisa de forma a tentar compreender, a partir de uma perspectiva de gênero, aspectos sociais, econômicos e culturais vinculados às estratégias e relações criadas a partir deste processo. De toda forma, este contexto de modernização do campo está intimamente relacionado à constituição de movimentos sociais na região, dentre eles o MMA, criado em 1983. O surgimento do MMA demonstra a “movimentação” das mulheres na busca pelo reconhecimento profissional e conquista de direitos sociais, questionando os valores que colocavam as mulheres em posições inferiores aos homens.

A busca pelo fortalecimento dos movimentos autônomos de mulheres e a tentativa de consolidação de um movimento nacional que unificasse as diversas organizações aparece com a criação da ANMTR, embrião do MMC, e que surge em meados dos anos 1990 num cenário marcado pelo neoliberalismo e pela ascensão da agricultura familiar como nova categoria política. No entanto, destacamos ser necessário buscar compreender de maneira mais detalhada o processo de formação da ANMTR e a transição para MMC quase uma década seguinte.

Com a criação do MMC em 2004, um dos movimentos integrantes da Via Campesina, buscou-se articular mulheres trabalhadoras rurais de todo o país em torno da identidade camponesa, onde a categoria “camponês/camponesa” passa a ser valorizada diante da emergência e do reconhecimento da “agricultura familiar”. O MMC busca fomentar a constituição de uma identidade política que implica em valorizar-se como mulher e enquanto camponesa num processo que se realiza através de formação política. Nesse processo atua de maneira central a construção e resgate da memória de mulheres lutadoras, cujas histórias de vida são referências de motivação e luta, e também a valorização dos símbolos ligados ao campo e ao trabalho da mulher.

Um dos elementos que consideramos merecer maior atenção em futuras investigações se refere ao esforço em compreender melhor os fatores envolvidos na queda da participação das mulheres na transição de MMA a MMC/SC, tentando mapear e realizar pesquisas com mulheres que fizeram parte do MMA de forma a entender os motivos que as levaram a deixar de participar do movimento. Entender esse fenômeno pode trazer novos elementos de análise sobre a organização das mulheres rurais e os seus desafios.

De toda maneira, identificamos no MMC/SC que as ações de incentivo ao uso de plantas medicinais e resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas são os principais elementos constituintes de um projeto de agricultura camponesa, o qual se constitui a partir do diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos com base na Agroecologia. Seria interessante em futuras pesquisas investigar o papel das instituições, entidades e organizações que atuaram como mediadoras no processo de incentivo e formação em Agroecologia, buscando entender as relações estabelecidas entre estas organizações e o movimento.

Poderíamos dizer que houve um processo de “seleção da tradição”, entendendo que a tradição não é algo imutável, mas que se (re) constrói incessantemente ao longo da História. Assim, as mulheres buscaram romper com tradições como as que pregavam a sua submissão aos homens; o surgimento do MMA nos anos 1980 foi um primeiro indício da busca pelo rompimento com os valores tradicionais que colocavam as mulheres em situação inferior aos homens dentro da família, sem sequer ter o seu trabalho reconhecido pela sociedade de forma geral. Por outro lado, buscou-se valorizar saberes e fazeres tradicionais ligados à atuação das mulheres, principalmente no que diz respeito à alimentação e à saúde como o uso de plantas medicinais. Neste sentido, a seleção da tradição realizada pelas mulheres do MMC/SC embute em si a reconstrução do que para elas vale do passado, onde este se reconstrói no presente e lança possibilidades para o futuro almejado.

As ações de incentivo ao uso de plantas medicinais e resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas visam contribuir para a soberania alimentar das famílias e autonomia econômica das mulheres fomentando o seu empoderamento. Um dos discursos empregados para promover esses processos de empoderamento aciona uma relação simbólica entre mulheres e natureza e que é utilizado como estímulo para gerar um sentimento de responsabilidade e cuidado com a natureza. Aprofundar as reflexões em torno das relações simbólicas estabelecidas entre as mulheres e a natureza, principalmente no que se refere ao seu aspecto ritualístico parece interesse.

A “responsabilidade” para com o cuidado com a natureza, no entanto, não aparece como algo que está restrito às mulheres, afinal, o desafio é, além de criar novas relações entre homens e mulheres, gerar novos vínculos entre estes e a natureza. Desta maneira, identificamos que o termo “cuidado” se apresenta como categoria fundamental para buscar compreender o processo de constituição destas novas relações e no qual a educação age de maneira decisiva. Penetrar na questão do cuidado como categoria de análise exige futuros esforços de pesquisa e nos parece fundamental para ampliar as reflexões em torno da

articulação trabalho/cuidado, de forma a buscar superar as limitadas visões sobre trabalho, o que talvez venha a contribuir para suplantar a divisão entre trabalho doméstico x produtivo.

Ao analisar a constituição da categoria política “jovens camponesas” no MMC/SC constatamos que existem processos de sucessão familiar, já que algumas jovens lideranças da segunda geração do movimento são filhas de lideranças que iniciaram a luta no MMA nos anos 1980. Para as jovens da segunda geração que participaram da pesquisa, o campo aparece como atual lugar de moradia, mas não como local de trabalho e geração de renda e um dos elementos relacionados a isso se refere ao maior acesso à educação superior, fenômeno que destacamos como um dos fatores que promovem transformações no meio rural e que merece maior atenção por parte das/os pesquisadoras/es. Na região em estudo, a UNOCHAPECÓ se apresenta como principal instituição de ensino privado, cujo acesso se vê favorecido pela oferta de bolsa de estudos; além disso, existe agora a possibilidade de acesso ao ensino superior público com a criação da UFFS.

Em que pesem as críticas de Schneider (2009) quanto à adjetivação “nova” ao conceito de ruralidade, pois para este autor, “determinar o caráter *novo* ou *velho* de um debate é sempre um esforço inócuo do ponto de vista científico” (SCHNEIDER, 2009, p. 35), optamos em usar a expressão para ressaltar as singularidades criadas no meio rural com a emergência do feminismo e das mudanças de valores culturais advindas. Neste sentido, um dos desafios da nova ruralidade é a construção de outra visão sobre o campesinato, pautada na igualdade de direitos entre homens e mulheres e na garantia da autonomia econômica destas. No MMC/SC foi, sobretudo a partir de 2004, com o início das discussões sobre agroecologia que o tema do feminismo ganhou maior relevância, e se constitui como uma das chaves de compreensão da “libertação” da mulher.

Vale destacar que o significado de “libertação” é variável; para algumas pode se referir principalmente à conquista de sua autonomia econômica, para outras concerne à autonomia de uma forma mais ampla. No entanto, é importante destacar que a busca pela “libertação” e/ou empoderamento das mulheres não pode ser entendida como um resultado a se alcançar, mas sim como processo contínuo de desconstrução/construção de valores e atitudes, que possibilita a criação de relações de emancipação.

Quanto aos questionamentos levantados na introdução da dissertação sobre a comparação entre movimentos autônomos de mulheres e movimentos mistos, no que se refere aos temas de gênero e feminismo e da construção de projetos alternativos de agricultura, destacamos que esses elementos merecem maior aprofundamento e também podem contribuir para ampliar as reflexões em torno da organização das mulheres. Talvez em movimentos autônomos as mulheres se sintam mais “empoderadas”, por serem as protagonistas da construção de suas ações e também pela coesão que a organização promove entre elas. Neste último caso, nos remetemos às observações de COMERFORD (2009) sobre a dimensão moral que une militantes e dirigentes envolvidos na criação dos sindicatos de trabalhadores rurais na zona da mata mineira, que muitas vezes se consideravam “como uma família”.

Por fim, queremos destacar elementos relacionados ao modelo de desenvolvimento nacional e o papel da agricultura neste processo, buscando evidenciar as/os protagonistas envolvidas/os nas disputas políticas e construções sociais relativas. Embora a agricultura tenha papel fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, o risco decorrente da visão que privilegia a agricultura simplesmente enquanto sinônimo de atividade econômica é favorecer a não valorização das/os agricultoras/es, afinal é o produto agropecuário que está em jogo e não os processos e relações sociais envolvidos na sua produção.

A economia brasileira se constituiu a partir da exportação de matérias primas agrícolas, as atuais *commodities*, com base na associação entre latifúndio e escravidão, o que favoreceu a invisibilidade de um setor camponês produtor de alimentos para a população. O rompimento desta invisibilidade é recente e ocorreu devido ao processo de organização dos

setores camponeses, iniciado a partir de meados do século passado (embora antes houvesse iniciativas regionais de mobilização) com o objetivo de buscar sua inclusão na sociedade e participar dos “benefícios do desenvolvimento nacional”. No entanto, as mulheres, embora presentes e fundamentais para a “luta”, estavam à margem destes processos por estarem subordinadas aos homens, pais e/ou maridos, e assim impedidas ou sem acesso a determinadas instâncias sociais.

A organização do MMA no Oeste Catarinense é um exemplo, dentre outros no país, de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais que se constituíram como nova categoria política no país durante os anos 1980. A consolidação do MMC mostra que as mulheres são atualmente agentes centrais na construção de uma nova sociedade, em que a agricultura camponesa resiste e se recria para disputar o modelo de desenvolvimento nacional, em oposição ao paradigma atual predominante que prioriza o agronegócio e o latifúndio. O protagonismo das mulheres camponesas é fundamental mesmo por que, como evidenciam os dados de Kummer (2013), a permanência das mulheres no campo é uma condição para que os próprios homens também fiquem. Parte importante desta equação vem de uma mudança cultural na qual se muda o papel subordinado ao qual elas são relegadas.

Apesar da conquista de alguns direitos sociais pelos setores camponeses, todavia, o acesso à terra, um dos pilares da construção de uma sociedade menos desigual, continua a ser um dos maiores desafios a serem enfrentados em nosso país. A disputa entre agronegócio e agricultura familiar se ampliou desde 2004, já que, de acordo com DELGADO (2009) o governo Lula ao mesmo tempo em que criou oportunidades para fazer avançar o projeto democratizante, também aprofundou o papel estratégico do agronegócio na economia brasileira. Segundo DELGADO (2010), um dos fatores que possibilitam ao agronegócio sua função ardilosa para o “ajuste constrangido” da economia brasileira ao setor externo é a frouxidão da política fundiária; não enfrentar a questão agrária é impedir o avanço de um projeto de desenvolvimento nacional democratizante.

A permanência do latifúndio e do peso que a exportação de *commodities* tem para a economia brasileira contou com forte contribuição da China, como apontou Moreno (2015). Aliado ao boom das *commodities*, que já se encontra numa fase de declínio em virtude da crise econômica mundial, cresce o discurso da economia verde e do crescimento econômico com base no carbono zero, linguagem cada vez mais utilizada nos discursos governamentais, de organizações internacionais e de corporações transnacionais<sup>68</sup>. Neste cenário, a tendência é que a agricultura se torne uma atividade cada vez mais estratégica que possa produzir biomassa, possível substituto do petróleo, para sustentar as crescentes sociedades industrializadas, sem, no entanto, contribuir para alterar o modelo de produção e consumo vigente.

Se o cenário atual aponta para o aprofundamento<sup>69</sup> das disputas pelo modelo de desenvolvimento nacional, embora as correlações de poder e força sejam profundamente desiguais as mulheres do MMC/SC demonstram a sua atuação na luta pela sociedade que se quer, onde a agricultura é antes elemento ligado a um modo de vida e cumpre múltiplas funções: garantia da soberania alimentar das famílias camponesas, geração de renda para as

---

<sup>68</sup> Segundo o relatório de 2011 do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (ETC), as maiores companhias do mundo vêm consolidando ainda mais o controle corporativo transacional convergindo para um cenário de uso da biomassa como substituto do petróleo para a produção industrial. Desta maneira, a matéria-prima biológica passaria a ser utilizada como fonte de energia através do uso de tecnologias como a engenharia genética, a biologia sintética e a nanotecnologia. Os maiores estoques de biomassa se encontram nos países do Sul global.

<sup>69</sup> Com a crise política instaurada no país que culminou com o afastamento de Dilma Rousseff, realizado hoje, dia 12/05/2016, em virtude da abertura do processo de impedimento da presidente, a disputa política pelos setores conservadores para a retomada do poder coloca em cheque as conquistas sociais, insuficientes é claro, realizadas durante os últimos 13 anos em que o PT esteve na liderança do governo.

mulheres e componente de uma relação simbólica estabelecida entre as pessoas e a natureza. A experiência do MMC/SC representa uma forma de luta por direitos associada à promoção da resistência da agricultura camponesa numa região marcada pela industrialização da agricultura. Porém, sua trajetória mostra que não se trata apenas de promover a resistência camponesa é preciso também reconstruir novos valores associados ao campesinato, o que requer a consolidação de um feminismo camponês que busque estabelecer relações mais igualitárias entre homens e mulheres do e no campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em: 16/11/2015.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. L. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. 1º ed. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental. P. 13-43. Programa de Las Naciones Unidas para El Medio Ambiente. México: 2000.
- ANJOS, G. **Lideranças de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições**. Cadernos Pagu (31), julho-dezembro de 2008:509-534.
- BATTHYÁNY, K. **Cuidado de personas dependientes y género**. In: Las bases invisibles del bienestar social: el trabajo no remunerado en Uruguay. Editora Rosario Aguirre. Uruguay, 2009. 1º edición, p. 87-124.
- BENATTE, A. P.; CAMPIGOTO, J. A.; CARVALHO, R. **Os santos nos faxinais: religiosidade e povos tradicionais**. Topoi, v. 12, n. 23, jul-dez. 2011. p. 140-160.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.
- BOFF, L. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar, 2005.
- BONI, V. **Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 289-302, janeiro-abril/2004.
- BOURDIEU, P. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. Edições BestBolso, 1ª edição, 2014. Tradução: Maria Helena Kühner.
- BRUMER, A. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: Alguns Conceitos e Princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 11, 1998, p. 53-75.
- CARVALHO, O. A.; MEDEIROS, R. M. V. **Migrações compulsórias, lugar e territorialidade na construção de hidrelétricas no rio Uruguai**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, Universidade de São Paulo, p. 2990-3014.
- CHOINASKI, L. **Uma experiência prática de luta**. In: Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo 2000 Editora Fundação Perseu Abramo.
- CINELLI, C. **Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: Experiência e Identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências: Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.
- COMERFORD, J. C. **Lutando: os diferentes usos da palavra luta entre trabalhadores rurais**. In: Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999, p. 19-46.
- COMERFORD, J. C. **“Como uma família”**: sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.p. 307-324.

- CONTAG. **Mulheres e Agroecologia**. Cartilha produzida pela Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. 2014.
- DELGADO, G. C. "**Questão Agrária no Brasil: 1950-2003**". In: Luciana Jaccoud. (Org.). "Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo". 01 ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.
- DELGADO, G. C. **A questão agrária e o agronegócio no Brasil**. In: CARTER, M. (Org). Tradução de Cristina Yamagami. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.
- DELGADO, L. A. N. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Revista História Oral, 6, 2003, p. 9-25.
- DELGADO, N. G. **Papel e lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional**. Brasília, DF: CONDRAF/MDA, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/aBZPnk>. Acesso em: 07/01/2016.
- DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1º ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, (Vozes do campo), 2013, p. 1-103.
- EHRENREICH, B.; ENGLISH, D. **Brujas parteras y enfermeras: una historia de sanadoras femeninas**. Metcalfe & Davenport: 2006. Olmué, Chile.
- FERRANTE, V. L. S. B. **O estatuto do trabalhador rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade**. 1975.
- FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Tradução de Maria Isabel ErthalAbdnur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALLO, I. C. D. **O Contestado e seu lugar no tempo**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 6, p. 143-155, 2001.
- HEREDIA, B. M. A; CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 9, n. 8 pp. 1-28 Jan./Jun. 2006.
- HERRLEIN JR., Ronaldo. **A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 1 (22), p. 175-207, jan./jun. 2004.
- IORIO, C. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (orgs). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002, p. 21-44.
- JAHN, E. F. **Envelhecimento do campo e o Movimento de Mulheres Camponesas: desafios e perspectivas**. Revista Grifos N° 34/35, 2013, p. 113-132.
- JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.
- KUMAR, K. **A idéia do Moderno**. In: Da sociedade Pós-industrial à Pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p.78-111.
- KUMMER, R.. **O viés enviesado: a migração rural feminina a partir do olhar masculino**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, 2013. p. 1-11.
- LERRER, D. F. In: **Trajetória e gerações de militantes do MST**. In: Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST. Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2008, p.120-154.
- LISBOA, T. K. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Revista Katalysis, n° 1, 1996, p. 104-127.

- MARQUES, G. M. **Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da Abertura**. Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, vol.1, n.1, 2007.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes. Petrópolis, 1981, p. 9-102.
- MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária**. In: CARTER, M. (Org). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 113-136.
- MEDEIROS, L. S. **Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar**. In: Pinheiro, M. (org.), *Ditadura: o que resta da transição*. S. Paulo: Boitempo, 2014, p. 195:230.
- MENEZES, M. A.; GASPARETO, S. A. K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina**. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013, p. 303-328.
- MIOR, L. C. **Agricultura Familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial**. In: VIEIRA, P.F.; CAZELLA, A.A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J.P. (Orgs.) *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. Subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED & SECCO. 2010, p. 235-258.
- MIRES, F. **A longa marcha da Ecologia**. In: *O discurso da natureza. Ecologia e política na América Latina*. Florianópolis, SC. Editora da UFSA; Bernúcia Editora, 2012, p. 15-78.
- MORENO, C. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- MOTA, M. D. B. **Margaridas nas ruas: As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política**. In: WOORTMANN, E. F; MENACHE, R.; HEREDIA, B. (Org). *Margarida Alves, Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. NEAD Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 339-353.
- NODARI, E. S. **Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental**. *História: Debates e Tendências – v. 9, nº1, 2010, p. 136-150*.
- NUNES, M. V. **Relações entre Mística e Processo de Organização Política Interna do MST**. In: *Teologia da libertação, mística e MST: o papel da comunicação grupal libertadora na organização política do movimento*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014, p. 83-100.
- PAIM, E. A. **Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina**. *Saeculum. Revista de História [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 121-138*.
- PAIM, E. A.; GASPARETO, S. A. K. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. *Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27, 2007, p. 211-255*.
- PAULILO, M. I. S. **O Peso do Trabalho Leve**. *Revista Ciência Hoje- nº 28/1987*.
- PAULILO, M. I. S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. *Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 229-252. 2004*.
- PAULILO, M. I.; SILVA, C. B. **A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz**. *Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 399-417, maio-agosto, 2007*.
- PETERSEN, P.; KESSLER, F.; CAPORAL, F.R. **A construção de uma Ciência a serviço do Campesinato**. In: *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Org: Paulo Petersen. Rio de Janeiro. AS-PTA. 2009.
- PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982.
- POLI, J. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. *Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23, p. 149-187. CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. Chapecó, 2006*.

- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRADO, M. A. M. **Da mobilidade social à constituição da identidade política**: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.
- PULEO, A. H. **Libertad, igualdad, sostenibilidad**. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política N.º 38, enero-junio, 2008, 39-59.
- QUEIROZ, M. I. P. **O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato**. In: O Campesinato Brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1973, p.7-31.
- QUEIROZ, M. I. P. **Técnica de gravador e registro da informação viva**. In: Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983. (Col. Textos, 4). 2. Ed, p. 64-73.
- RENK, A. **Catolicismo popular e etnicidade no Oeste Catarinense**. Revista Grifos, nº 25, 2008, p. 59-70.
- ROSSETTO, S. **Síntese Histórica da Região Oeste**. Cadernos do CEOM, v. 1, n. 1 (1986), reeditado no v. 4 (1989), p. 7-15
- SANTOS, B. S. **Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum**. In: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o poder e a política na transição paradigmática. Volume 1. 4º edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 261-325.
- SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 35-50, maio-agosto/2004.
- SAVOLDI, A.; GEROLDI, J.; RENK, A. **Presença da “luta” com Chica Pelega**: Narrativas caboclas nas experiências cotidianas. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.
- SCHNEIDER, S. **Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios**: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.
- SCHERER-WARREN, I. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SCOTT, J. **Gênero**: Uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: DABAT, C. R.; ÁVILA, M. B. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.
- SEYFERTH, G. **Família, condição feminina e imigração**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, p. 1-13.
- SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009. 291 f.
- SILVA, A. P. et. al. **“Conte-me sua história”**: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia. Vol. I. N° 1. 2007. p. 25-35.
- SILVA, S. R. F. **Teologia da Libertação**: revolução e reação interiorizadas na Igreja. Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de mestrado. 2006. 141 f.
- SOUZA, M. F. B. **A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988**. In: Volume I - Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois. Os Alicerces da Redemocratização. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/OMDLmp>. Acesso em: 11/11/2015.
- THOMÉ, N. **Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do Contestado**. Revista Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, nº1, jul 2012, p-5-30.

VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.139-166.

VICENZI, R. **Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense**. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 25 – Narrativas, 2006, p. 301-318.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WEBER, R. **Relatos de quem colhe relatos**: pesquisas em história oral e ciências sociais. Dados. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p. 63-83.

WOORTMANN, K. **“Com Parente Não se Neguceia”**: O Campesinato Como Ordem Moral. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro 1990, p. 11-73.

WOORTMANN, E. F. **O saber camponês**: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.) Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119-130.

### **Documentos**

MMC. **Nenhuma trabalhadora rural sem documentos**. Passo Fundo: 2004. 5ª Edição (cartilha).

MMC. **Educação Popular e Organização das Mulheres**. 1º Ed, 2010. Cartilha.

MMC. **Informativo**. Edição ano XX, jan e fev de 2013.

MMC. **Informativo**. Edição ano XXI, jan e fev de 2014.

MMC. **Semente de vida nas mãos das mulheres camponesas**. XXXX. Cartilha.